

SESSÕES DO PLENÁRIO

99ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de novembro de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO ALEX LIMA (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Mirela Macedo comunicando que, por motivo de saúde, esteve ausente nas Sessões dos dias 19 e 20/11/2019, conforme atestado médico apresentado.

Do Deputado Zé Cocá comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 29 e 30/10/2019.

Do Deputado Eduardo Alencar comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 12/11/2019.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 96^a, 97^a e 98^a, realizadas, respectivamente, em 19, 20 e 21 de novembro de 2019; das sessões especiais: 79^a e 80^a, realizadas em 14 de novembro de 2019.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Sr. Presidente!

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. Targino Machado: Não vou discutir ata.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Targino Machado!

O Sr. Targino Machado: Quero solicitar de V. Ex.^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão na forma regimental.

O Sr. Zó: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Zó!

O Sr. Zó: Eu quero aproveitar esta questão de ordem, já que vai contar os 15 minutos, já que é regimental. Não, eu sei.

Eu só queria, presidente, registrar, neste momento, a situação dos produtores rurais de Casa Nova, região de Santana do Sobrado e Juazeiro. Por quê? Porque, e aqui está o deputado Luciano Simões, o deputado Tum, o deputado... (Pausa)

O Sr. Tiago Correia: Tiago Correia.

O Sr. Zó: Tiago Correia, me desculpe Tiago. A gente precisa levantar a situação, lá, meu presidente, Alex, porque a gente lamenta, hoje, esta chuva aqui, em Salvador, é uma chuva, uma intempérie natural, a gente estava torcendo muito que acontecesse um pouco disso na região nossa, isso ninguém domina, são coisas da natureza.

Mas a desocupação que foi feita em áreas públicas, fosse uma área privada, uma área de domínio particular, mas uma área de domínio público, da Codevasf, que serve para produzir, para gerar riqueza, para a função social do campo... A gente sustenta essa situação durante uma série de anos, durante o governo Lula, o governo Dilma e até o governo Michel Temer. E no governo Bolsonaro me chega uma desapropriação de terra onde se há escolas, moradias, igrejas, todas essas edificações foram derrubadas. Foram derrubadas e o que mais tem que se registrar é que eram áreas produtivas, boa parte delas, meu Líder Rosenberg, voltadas à agroecologia, num momento em que o governo libera uma série de pesticidas para a agricultura e a gente tenta proteger com a agricultura familiar.

Lá tinham assentamentos do MST, o Dorothy e o Abril Vermelho, mas tinham assentamentos também de algumas outras ocupações. Na verdade, ocupações, não eram assentamentos regulares ainda. Pois, ontem pela manhã, um aparato militar

grande, deputado Marcelino Galo, foi a esses locais, derrubou as edificações, destruiu as lavouras e desamparou mais de 2 mil famílias. As pessoas em Santana do Sobrado estão em polvorosa, comerciantes que correm risco de não receber o dinheiro do que tinham vendido às pessoas, comerciantes de mantimentos diários das famílias, comerciantes de insumos.

Mas o que é preciso salientar nisso? Para que essa área vai servir, se não for para a agricultura às margens do canal Nilo Coelho e no Projeto Salitre? Vai servir para a agricultura.

Talvez a Codevasf não admita a agricultura familiar, a agricultura ocupada por esses agricultores, mas certamente a gente vai ficar observando se a Codevasf não vai pegar essas áreas e fazer o que foi feito em outras áreas. Os grandes ocupam, Robinson Almeida, Targino Machado, os grandes ocupam e muitas vezes vão lá e conseguem regularizar essa área, conseguem a estrutura. Lá no projeto Nilo Coelho teve isso, às margens do canal do Nilo Coelho teve isso.

E, pasmem, é preciso que a Bahia fique alerta, porque nesse projeto sai água da cidade de Casa Nova, na Bahia, irriga o Pernambuco e não irriga quase nada da Bahia. A área ocupada tinha uva, manga, goiaba, coco, maracujá, banana, cultura de ciclo curto, e tudo isso foi destruído, destruído na Bahia, em Juazeiro, e destruído em Santana do Sobrado, em Casa Nova.

Por isso ficamos alertas. O nosso advogado, companheiro, amigo Paciel Coelho de Santana tem acompanhado isso de perto. A Câmara de Vereadores de Casa Nova se manifestou ontem, a Câmara de Vereadores de Juazeiro se manifestou, e eu quero me manifestar, deputado Roberto Carlos, porque a gente não tem isso como a coisa correta, que é pegar os agricultores que produzem, que geram riqueza, que deixam a família no campo, para desocupar quem está produzindo.

A Sr.^a Olívia Santana: pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zó: Se a função fundamental da terra é...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) produzir, é gerar riqueza, por que a Codevasf, principalmente nesse governo truculento, nesse governo que não respeita o Nordeste nem os pobres, foi tirar esses agricultores de lá?

Agora a questão social está lá, as pessoas estão debaixo de barracas, estão sem moradia e precisamos dar uma resposta, nós, da Assembleia Legislativa da Bahia, e o nosso governo do estado. Por isso, quero deixar esse registro da minha indignação, que é a indignação do povo de Juazeiro, de Casa Nova, de Santana do Sobrado...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) contra essa arbitrariedade da Codevasf. Muito obrigado.

O Sr. Targino Machado: Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, primeiro deputada Olívia, depois deputado Rosemberg.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, não há mais questão de ordem. Só se o senhor zerar o painel, abrir os 15 minutos, tudo bem, porque já houve a minha questão de ordem e para contraditar já foi feita pelo membro da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Targino, V. Ex.^a tem razão. Eu defiro a questão de ordem de V. Ex.^a.

A Sr. Olívia Santana: É pra não falar de Salvador? Pra gente não poder debater a situação da cidade? Líder Targino? É porque não pode discutir Salvador? É por isso que a gente não pode nem usar os 15 minutos de praxe?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Há um pedido de verificação de quórum. Vou pedir para zerar o painel, para contar o tempo regimental de 15 minutos, e vou dar a questão de ordem, primeiro à deputada Olívia Santana, depois ao deputado Rosemberg Pinto, depois deputado Robinson Almeida.

O Sr. Targino Machado: Não pode os três de lá, excelência. Não pode os três de lá. Tem que ter a proporcionalidade.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputada Olívia Santana. Peço para zerar o painel e contar os 15 minutos.

Questão de ordem da deputada Olívia Santana.

A Sr.^a Olívia Santana: Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo, inicialmente, à vinda dos nossos colegas deputados aqui para o plenário, principalmente num dia tão importante como o dia de hoje, a situação que acontece na capital baiana.

Salvador amanheceu inundada, submersa em água, com uma série de situações de deslizamentos, a população está desesperada, os bairros populares, a população mais pobre que é a que mais sofre. A Codesal já recebeu mais de 130 denúncias, solicitações de socorro, de ajuda, neste momento terrível que a cidade está passando.

É claro que a chuva que castiga esta cidade está num volume muito além do esperado, do que se podia imaginar que pudesse acontecer, mas não é a primeira vez, nós já tivemos situações como esta no ano passado. A cidade está despreparada para lidar com esta situação, até porque o modelo de ocupação, o padrão de desenvolvimento de Salvador se esgotou. É um modelo avesso, avesso ao bem-estar das pessoas é preciso garantir o bem-estar das pessoas.

A Codesal já disparou o sistema de alarme pedindo à população atingida, à mais pobre que saia das suas casas. Vai sair para onde? Onde essas pessoas serão abrigadas? Mesmo em áreas que receberam investimentos milionários, a situação é muito triste, é horrível. Áreas como a Barra, Rio Vermelho, Placafor também inundadas pelo alto grau de impermeabilização do solo.

Então, nós precisamos repactuar a cidade, o modelo de desenvolvimento urbano de Salvador. É preciso parar de desdenhar da fala do Movimento Ambientalista, ouvir a inteligência ambientalista na cidade, ouvir a população mais pobre, ouvir quem vive a cidade, quem sofre com as carências da cidade.

Eu quero dizer que há 3 ou 4 meses eu subi a esta tribuna para falar da situação da Gamboa atingida pelas fortes chuvas. A Gamboa está lá até hoje abandonada. Os moradores tendo que passar pelo mar, pela praia para ir para o trabalho, as

trabalhadoras domésticas, os operários da construção civil. É essa a realidade que nós temos em Salvador.

Agora não é hora de apontarmos os culpados meramente. É hora de haver uma força tarefa de todos os segmentos políticos, institucionais no sentido de ajudar quem mais precisa, quem está desabrigado, os sem tetos que vão aumentar agora com esta situação, mas é preciso entender que Salvador não pode ser tratada apenas com obras cosméticas.

Eu era vereadora e nós acreditávamos, deputada Maria del Carmen, o tamponamento dos rios, a cobertura dos rios...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, já deu quórum. Tem os deputados Targino, Tiago e Sandro Régis.

A Sr.^a Olívia Santana: Que hoje está tudo tampado, bonitinho, muitas praças,...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ou então ele tem que dar a presença, o deputado Targino Machado.

A Sr.^a Olívia Santana: (...) mas a água não tem por onde correr. Então eu finalizo a minha fala dizendo da minha total solidariedade à população. O quilombo Rio dos Macacos está lá imerso em lama, ontem teve um assassinato brutal, terrível, a comunidade desesperada com o corpo estendido no chão, a chuva torrencial e a lama.

É porque é a carne negra, são os negros, a maioria dos pobres é negra e é por isso que é tratada dessa forma. Então, eu quero repudiar esse modelo de desenvolvimento e dizer que nós temos que nos unir por uma outra Salvador. É isso. Obrigada, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado... Eu pedi ao deputado Targino para marcar a presença, já que ele fez a questão de ordem.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, eu não preciso dar. Quando completar 20...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Dar não, só marcar.

O Sr. Targino Machado: Isso por mim ou eu o farei.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Quero pedir a gentileza de V. Ex.^a marcar...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, se vale isso, vale também a presença do deputado Tiago, do deputado Pedro. Tem que contar todos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Targino, para fazer uma questão de ordem tem que estar presente.

O Sr. Targino Machado: Fazer a questão de ordem... Eu estava presente quando fiz a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Mas se V. Ex.^a não está presente cai a questão de ordem.

O Sr. Targino Machado: Para manter a questão de ordem, eu estou presente no plenário... Estou presente no plenário, mas para atender...

O Sr. Euclides Fernandes: Sr. Presidente...

O Sr. Targino Machado: Para atender a V. Ex.^a, eu vou...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Eu agradeço a gentileza de V. Ex.^a.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a lembra a minha...

O Sr. Euclides Fernandes: Sr. Presidente, Sr. Presidente, para evitar esse tipo de confusão, quem está no exercício da presidência só deve dar a questão de ordem se estiver registrado e o deputado estiver presente.

O Sr. Targino Machado: Mas eu estava, Excelência.

O Sr. Euclides Fernandes: Presente estava, mas falta dar a presença para evitar isso.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto e depois o deputado Robinson Almeida.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, já está chegando aqui o deputado João Isidório, com isso vai chegar aos 21 senhores deputados, então obviamente vai estabelecer o quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Já estabelecido.

O Sr. Targino Machado: Eu não estava ausente! Eu não estava ausente!

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, à deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, servidores desta Casa, profissionais da imprensa, eu quero aqui continuar a minha fala, dizendo que, ainda bem, estou muito feliz de esta sessão não ter sido derrubada, porque num dia como hoje, o que acontece na capital baiana, o que aconteceu... E eu me associo à fala do nosso deputado Zó, do nosso partido também, essa fala indignada com esse absurdo que aconteceu do governo federal derrubar as casas, a ocupação já consolidada, inclusive do Movimento Sem Terra e tirar aquelas pessoas. Foi horrível ver aquela cena dos tratores passando por cima dos casebres, daquele povo que não tem onde morar. Aquele povo está ali, porque não tem outra alternativa, porque o Estado faliu. O Estado brasileiro faliu! O Brasil nunca fez reforma agrária! É por isso que o povo está morando daquele jeito. A Codevasf fica anunciando que agora vai gerar emprego, tudo agora é para gerar emprego, não é? Derrubar, tratar mal a população, expulsar a população para ir morar pior do que já morava, dizendo que é para poder recuperar a área, porque vai gerar emprego.

Então, eu me associo, quero aqui me solidarizar com a população do Movimento Sem Terra, com todos aqueles que lutam por moradia, por terra e por trabalho decente, a população rural de trabalhadoras e de trabalhadores que sofreu ontem esse absurdo na região Norte, o povo de Juazeiro, esse povo que luta, sofrido e que não conta sequer com um olhar humano, humanista do governo federal. Presidente que não faz nada pelo povo, só retira direitos, até taxar seguro-desemprego esse presidente quer fazer, não é?

E essa questão importante, esse segundo assunto, eu quero retomar, porque falei na questão de ordem, sobre a situação de Salvador. Salvador imersa, Salvador sob as águas e nós temos que nos indignar e entendermos a necessidade de pensarmos um outro projeto para esta cidade. Um projeto que pense a cidade não a partir da lógica do

capital imobiliário, não a partir da lógica da ganância, da ocupação do espaço urbano, que não se importa com a vida dos pretos, dos pobres, que são a maioria de Salvador.

Você pega um avião, olha para baixo e vê que Salvador é uma franja de prédios na Orla Atlântica e o resto da cidade é uma cidade favelizada. E não há nenhuma política de urbanização que dialogue de maneira respeitosa com a inteligência ambientalista que existe na cidade, com um conceito que, inclusive, é defendido, é defendido mundialmente. A própria ONU discute sobre a necessidade das cidades sustentáveis, diversos países, diversas cidades hoje tomam um caminho diferente, exatamente, porque ou você respeita a natureza e você estabelece um novo padrão de desenvolvimento de ocupação do espaço urbano ou vai tudo por água abaixo. Literalmente é o que está acontecendo.

Houve investimentos vultosos, milionários, nas obras que foram feitas na Barra, no Rio Vermelho, até aqui em Placafor, mas o que é que acontece? Na hora que a chuva cai também esses lugares foram atingidos. Nós estamos vendo carros flutuando nas águas, sendo arrastados pelas águas, por quê? Porque o padrão, esse modelo de desenvolvimento...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) está errado.

Eu quero lembrar, quando fui vereadora, nós fizemos um movimento contra, contra esse tamponamento dos rios, essa cobertura dos rios. Deputada Maria del Carmen, minha colega também na Câmara, e tamparam os rios, porque acham que é só estética que vale. E nós temos que pensar numa política de macrodrenagem que proteja a vida das pessoas, que garanta, de fato,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) uma cidade sustentável e não esse horror que nós estamos vendo aí que nos entristece.

Então, eu quero finalizar a minha fala dizendo que nós temos que fazer uma verdadeira força-tarefa, unir todos os segmentos em defesa de Salvador, do povo que está desabrigado. Nós, com os nossos mandatos de deputadas e deputados, o governo do estado, a prefeitura precisa assumir uma atitude menos politqueira e que efetivamente ajude as pessoas que mais precisam. Salvador não quer festa somente, Salvador quer principalmente um modelo de investimento e de construção de uma cidade digna de proteção e de sustentabilidade para todas e para todos. É isso!

Obrigada por sua tolerância, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna, vocês que nos assistem através da *TV Assembleia*, nas redes sociais, a imprensa escrita aqui, falada, no dia 19 do mês nove, que foi o mês de outubro, nós tivemos uma audiência pública na cidade de Itabuna. A preocupação, naquele momento,

era pelo número de pessoas que vinham morrendo nos hospitais, principalmente no Hospital de Base.

Tivemos uma reunião na Câmara, com a participação de vários vereadores, a imprensa, detectamos alguns problemas, vários. Primeiro, a cobertura da atenção básica, que não é problema, mas consta nos dados, nos números, 82,9% em julho. Observamos que durante 2 anos de administração municipal na cidade de Itabuna, foram mudados seis secretários de saúde, seis! Itabuna atende a 162 municípios pactuados, o secretário, naquele dia da audiência que estivemos lá, fazia 16 dias que tinha assumido gestão plena. O Hospital de Base é o único hospital portas abertas. Estou aqui fazendo um relatório superficialmente, mas se for ler tudo, o tempo é muito pouco e eu estou correndo contra o tempo.

No final da audiência, foi proposta pelo presidente, no caso, eu propus a criação de um grupo de trabalho que apresentasse um relatório final do atual secretário de saúde, que passou naquela secretaria. E tivesse um representante do Legislativo, do município, aliás, da própria secretaria e outros, do Ministério Público.

Foi feito... Nós visitamos também o Hospital de Base. Enfim, nós tomamos as devidas providências dentro daquilo que foi proposto, só que não avançou. Não avançou, por quê? Estivemos com o secretário, o secretário esteve aqui, nós o orientamos, eu coloquei uma pessoa técnica para poder dar ajuda, marcaram uma reunião com o Cosems, lá em Itabuna, dia 11 e dia 12 deste mês. Essa reunião não aconteceu. Eu mandei a pessoa representando a Frente lá, a pessoa técnica, para poder colocar à disposição. E até agora a situação é gravíssima.

E aqui, Srs. Deputados, nós temos que fazer uma força-tarefa. Não se pode ver o caos na saúde de Itabuna e só um deputado estadual, até agora, chamar a atenção das autoridades competentes, que é este deputado que aqui está. Por exemplo, lá na cidade de Itabuna, o deputado mais votado foi Rosemberg Pinto. Temos que nos unir, deputado. V. Ex.^a até agora... Olhe, José de Arimateia, Marcell Moraes, Osni, todos eles foram eleitos e bem votados em Itabuna. Dos deputados federais, até agora, o único que se manifestou, preocupado com a causa, foi o deputado federal Márcio Marinho. O deputado Josias Gomes até agora nem sequer levantou a voz em defesa, em sensibilidade às vidas que estão sendo ceifadas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) por uma gestão que não está dando certo na questão de funcionar. Outra deputada que também, até agora, a professora Dayane Pimentel, que também foi bem votada, Alice Portugal, Adolfo Viana, Ronaldo Carleto, Jorge Solla.

Srs. Deputados, o caso é grave na saúde de Itabuna.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Precisamos unir as forças políticas, está morrendo gente. Agora mesmo o último dado, está aqui, foi matéria no jornal. Está aqui, uma criança de 4 anos morreu em Itabuna por falta de atendimento. E para concluir, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: (...) a minha maior preocupação é que o problema da Saúde continua um caos e não existe sequer uma mobilização política desta Casa e dos deputados que acabei de mencionar aqui. Saúde não tem partido, Saúde não tem partido, deputado, Saúde é coisa séria...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: (...) nós temos que defender.

Para concluir, eu quero dizer, Sr. Presidente, que estou à disposição. Agora a minha parte eu já fiz, tenho minha consciência tranquila. Já fui lá, debatemos, a Frente foi lá, agora precisamos unir forças.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, deputado Capitão Alden. (Pausa) Ausente. Com a palavra a deputada presidente da Unale, deputada Ivana Bastos, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a IVANA BASTOS: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, eu quero aqui registrar o sucesso da XXIII Conferência Nacional da Unale, que foi realizada aqui em Salvador, do dia 20 a 22 de outubro, novembro, gente. Meu Deus do céu, nós já estamos no final do ano, já estamos em dezembro. Registrar e dizer da nossa alegria de ter sediado o maior evento de parlamentares da América Latina. Nós recebemos aqui em solo baiano mais de 1.600 pessoas que vieram a Salvador e participaram da conferência.

Quero aqui também agradecer aos deputados da minha Casa, da Assembleia Legislativa da Bahia, agradecer em especial ao deputado Euclides pela moção de congratulações, já mandei para Brasília. E a alegria que nos dá é que todos os jornais da região, eu estou apresentando amanhã à Mesa Diretora, do Brasil deram notícias. Os deputados têm chegado... No Mato Grosso, usaram a palavra da tribuna e registraram o sucesso dessa conferência.

Aqui nós tratamos da humanização, da humanização das leis. Tivemos eventos simultâneos com os taquígrafos, com o pessoal da Taquigrafia, com a Polícia Legislativa, com os ouvidores, com todas as pessoas que fazem uma Assembleia. Todas as pessoas que conduzem uma Casa Legislativa.

Para minha alegria, deputada Fabíola, eu disse que você é a minha guru, porque há uns 4 anos atrás, 3 anos, você disse que iria dar certo, que a gente iria trazer para a Bahia e que a gente iria emplacar essa presidência. Então, eu divido com você essa alegria da presidência da Unale onde nós vamos representar 1.059 deputados estaduais deste país, onde nós vamos representar 27 Casas Legislativas.

E nós tivemos coisas muito positivas, experiências trocadas, meu caro Euclides, ali naquela conferência. Nós tivemos vários *cases*. Nós tivemos o *case* da reforma tributária humanizada, nós tivemos o *case* da Ouvidoria. E teve coisas interessantes na Ouvidoria, lá eles conversavam e diziam: “Muitos acham que a Ouvidoria é inimiga

do deputado, a Ouvidoria é para ajudar também, é onde chegam sugestões, onde chegam melhoramentos, onde podemos aprimorar o nosso trabalho.”

Eu quero agradecer ao governo do estado, ao governador Rui Costa, que foi essencial para que essa conferência se realizasse aqui em Salvador; agradecer aos secretários Marcos Cavalcanti e Fausto Franco, à Bahiagás, na pessoa de Gavazza, à Desenharia, na pessoa de Dr. Miranda. Agradecer a todos os amigos, porque sem todos eles a gente não teria conseguido isso. Agradecer também à Unale, ao próprio corpo da Unale, ao secretário André Curvello, ao meu gabinete, a todos.

Aqui, Maria del Carmen, era um só nós da Bahia. Encontrávamos um assessor de um deputado, o assessor de outro, todos vibrando, todos torcendo. Encerramos, assim, com chave de ouro numa recepção no Palácio da Aclamação. O chamamento da Bahia é muito forte. O chamamento da Bahia trouxe o maior público que uma conferência da Unale já teve, porque além dessas 1.500 pessoas inscritas, muitos vieram com a família, ficaram em Salvador até domingo, até segunda cedo.

Então, fica aí de público o meu agradecimento, a minha gratidão à ALBA, a todos os colegas pela torcida, pelo carinho. E, com certeza, eu levo o nome da Assembleia Legislativa da Bahia por onde eu passar durante esse ano de mandato da Unale.

Meu muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Parabéns, deputada Ivana!

Convido o deputado Robinson Almeida, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero aqui, em nome de toda a Assembleia, de todos os deputados, parabenizar a nossa colega Ivana por ter sido eleita presidente da Unale no último encontro aqui em Salvador. Estive lá, participei, foi um encontro de muito conteúdo, com a representação de todo o país. Parabéns, que tenha muita força, muita competência, que é a sua característica, para tocar essa nova missão.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu quero hoje aqui também parabenizar o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, que realizou um congresso importante no final de semana, além de tirar diretrizes políticas para se colocar de forma muito coerente na construção de alternativas para o Brasil diante do desmonte que tem sido perpetrado pelo presidente Bolsonaro. Também reelegeu a deputada federal Gleisi Hoffmann como a presidente para mais um mandato à frente do Partido dos Trabalhadores. Quero desejar boa sorte não só a ela, mas a toda a direção nacional eleita.

Quero também, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, parabenizar o município de Paripiranga, em especial o prefeito Justino e toda a sua equipe, o vereador Wilson do PT, a deputada Fátima Nunes, que também é da terra, pela realização da Festa do Milho, a sua terceira edição. Paripiranga teve safra recorde de milho este ano, e nada mais relevante do que celebrar a agricultura, a cultura que se transforma em geração de renda, de emprego e oportunidades para a nossa gente tão sofrida do Sertão.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, hoje é um dia também de solidariedade ao povo de Salvador. É óbvio que as chuvas que caem em Salvador e em boa parte da Bahia estão acima dos índices pluviométricos registrados historicamente, mas é inadmissível que ano após ano os gestores públicos sejam surpreendidos por essa chuva. Falta na cidade, como se vê, obras de micro e macrodrenagem, falta preparação para a chuva, que todo ano pega de surpresa a Prefeitura de Salvador.

Então hoje a cidade parou, a cidade travou, as pessoas não puderam ir trabalhar, muita gente faltou ao estudo, escolas não funcionaram, um verdadeiro transtorno na cidade. E eu pergunto por que é que a prefeitura não tem feito o dever de casa, ter investido mais nas obras de infraestrutura para conviver com esse problema que se repete ano após ano, e fica investindo nas atividades que não são as prioritárias para Salvador.

Essa situação tem que servir de alerta aos governantes da cidade. Ano que vem, teremos chuvas novamente. O que é que está colocado no orçamento da cidade para as obras de micro e macrodrenagem? O que é que a prefeitura está fazendo no seu planejamento? Porque sei que, para o final de ano, o Réveillon já está planejado, sei quais são as bandas que vão tocar, sei quais são os shows que vão ter, mas eu quero saber quando é que vai ser feita a obra de infraestrutura em todas as áreas alagadas da cidade. A situação só não é pior, deputados, porque o governo do estado tem um grande programa, o maior programa de contenção de encostas na cidade. Por isso mesmo, várias vidas estão sendo preservadas diante dessa intensidade e da possibilidade de deslizamento de terra.

Então, Prefeitura de Salvador, prefeito ACM Neto, vamos trabalhar pelo povo que mais precisa, diminua o tamanho das festas do Réveillon e invista mais em infraestrutura para garantir a mobilidade na cidade de Salvador. E por falar no prefeito de Salvador, eu quero aqui também relatar uma notícia da *Folha de S. Paulo*, a de que a Polícia Federal identificou que o maior laranja, o maior laranja, da eleição de 2018 não é do PSL. Não é do PSL! O maior laranja é do DEM.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

É do DEM o maior laranja! Presidido pelo prefeito ACM Neto!

Prefeito, o senhor, que é aliado de Bolsonaro, que defendeu a reforma da Previdência, que o ajuda a desmontar o Brasil, agora o senhor está concorrendo com ele, com o troféu “Laranja do Ano”, porque foi uma candidata do DEM que recebeu milhões, e teve apenas seis votos. O senhor tem que ir a público explicar ao povo brasileiro, o senhor, que defende a moralidade,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o senhor, que defende os bons costumes na política...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir, deputado.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: (...) tem que explicar por que é que o senhor permitiu e transferiu esse dinheiro para esse superlaranja do estado do Acre.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, o pessoal da tribuna, da TV ALBA, da Taquigrafia, do cafezinho, da segurança, hoje eu vou falar aqui da ASA. Eu sou um dos fundadores dessa Articulação do Semiárido Brasileiro, a ASA faz 20 anos agora, neste mês de novembro.

(Lê) “A Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) celebra nesta semana 20 anos de existência. Espalham-se pelo Semiárido merecidas festas, comemorações e celebrações. Eu, como deputado que sou, da ASA, quero me somar a essas celebrações aqui desta tribuna.

Depois da criação da ASA, essa articulação e muitos outros atores têm trabalhado em prol da convivência com o Semiárido, jogando fora a política do combate à seca que fez apenas enriquecer os que são ricos e jogar os pobres na exclusão, miséria e morte.

A partir de iniciativas e propostas da ASA, os governos Lula e Dilma, assim como vários governos estaduais – o nosso inclusive –, se dedicaram a políticas de convivência com o Semiárido, como as cisternas de consumo humano, as cisternas de produção, as cisternas nas escolas, os bancos de sementes, o PAA, o PNAE, a assistência técnica, e crédito, e muitas outras ações que mudaram a face do Semiárido brasileiro.

Quero aqui me referir às 1,2 milhão cisternas de consumo construídas nas casas dos agricultores; às 200 mil cisternas de captação de água da chuva para produção, que transformaram 200 mil famílias do Semiárido em produtoras de alimentos de qualidade nas 7 mil escolas que foram dotadas de sistemas de água, nos mil bancos de sementes instalados, em funcionamento nas comunidades.

Quero aqui me referir, de modo taxativo, ao fato de que saímos de 1 milhão de mortos – cifra que acompanhava o Semiárido em outras estiagens – para 1,2 milhão cisternas, abastecendo mais de 6 milhões de famílias.

Esses números acima significam a partilha da água, significam quebrar o paradigma da sede que tornava escravos os povos do Semiárido, significam a libertação das mulheres do carregar água na cabeça, significam a libertação política das famílias e sua população. Significam a construção de um novo Semiárido.

Lamentavelmente essas políticas estão sendo freadas ou até mesmo extintas pelo ‘desgoverno federal’, num processo de destruição dos direitos e das esperanças do povo do Semiárido.

Queremos, aqui, denunciar esse desrespeito, apelar para o nosso governo na perspectiva de que encontremos caminhos para construir, para continuar a seguir na resistência. De fato, para universalizar as cisternas no Semiárido, faltam ainda 350 mil cisternas de consumo humano, das quais cerca de 100 mil no estado da Bahia – desafio também para esta Assembleia.

Mas aqui queremos, nesta data, de modo especial, saudar e parabenizar a ASA, seu espírito guerreiro, inovador, criativo, seu forte poder de articulação e de construção de políticas.

Na contramão do que se afirma em muitos espaços, a ASA é uma demonstração de que governo e sociedade civil podem confluir na construção e execução de políticas. Exemplo de que a sociedade civil sabe, pode e é capaz de gerir bem e eficientemente recursos públicos. Exemplo de dedicação à população mais pobre. Salve à ASA. Salve aos seus 20 anos de vida.”

Quero, aqui, em nome da ASA, saudar e parabenizar Naidison Baptista, essa liderança que nos representa. Quero também, aqui, saudar o CAA, a Barriguda, a Agrocoop, a Cáritas de Irecê, a Central de Fundo de Pasto, o Cedasb. Em nome dessas instituições, saudar o conjunto de instituições que compõem a ASA no Brasil, são mais de 3 mil instituições que participam e que constroem essa grande articulação que está mudando a vida do nosso povo.

Quero, aqui, Sr. Presidente, também saudar toda a militância do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, pelo grande congresso que nós realizamos no último final de semana em São Paulo. Contamos com a presença do nosso...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) líder maior, o presidente Lula,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que passou sua mensagem de luta, de fé, de esperança, a de que este país, com certeza, vai voltar para o caminho do desenvolvimento e da inclusão social.

Estamos satisfeitos com a eleição da nossa presidente Gleisi Hoffmann, que foi reeleita. Quero, aqui, mandar o meu abraço para ela, mas também quero mandar o meu abraço afetuoso para o companheiro Valter Pomar, que foi candidato também a presidente do nosso partido. Mas quero também mandar um abraço...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para Rui Falcão, para Zé Américo e para tantas outras lideranças que estão ajudando a construir e fortalecer o nosso partido. Lula é inocente. Anulação do processo de Lula já.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, ao deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Targino Machado: Não são 5 minutos, não, Excelência. Pelo tempo regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Desculpe, pelo tempo restante.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Srs. Deputados Estaduais, Sr. Presidente, nós tivemos, no período de 23 a 26 de novembro, o 23º Encontro da Unale, a União Nacional de Legisladores e Legislativos Estaduais, um encontro bastante importante. Importante no campo político, porque aqui vieram mais de 1,6 mil deputados estaduais,

com a presença de deputados federais, vereadores, prefeitos, que vieram aqui discutir temas importantes para a sociedade brasileira. Esses palestrantes não foram só do Brasil, houve até palestrante com nível internacional, que veio trazer as suas contribuições para esse debate tão importante para a sociedade brasileira.

Mas, Sr. Presidente, eu quero registrar que esse encontro só foi possível, esse encontro tão importante, importante pelo lado político, pelas discussões políticas, temas importantes como a humanização das leis, mas também pelo lado econômico... Foram mais de 1,6 mil deputados e convidados que estiveram presentes, trazendo, com isso, oxigenação para a economia da nossa Bahia.

Quero registrar, deixar registrado nos Anais desta Casa, que só foi possível esse encontro, 23º Encontro da Unale, aqui, em Salvador, pelo empenho, dedicação, esforço e trabalho incansável dessa grande deputada estadual Ivana Bastos. Para nossa alegria e para orgulho da Bahia, Ivana Bastos conquistou todos e consagrou-se a nova presidente da Unale, vai tomar posse no mês de janeiro. Então quero deixar registrado, Sr. Presidente, esse momento tão importante para a Bahia, para o Brasil e para a nossa Salvador.

Também quero registrar outro encontro importante que está em andamento, que está sendo realizado no Parque de Exposições, aqui de Salvador, que é a Fenagro, a feira de agronegócio...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que foi mantida, foi coordenada pela Secretaria de Agricultura, secretário Lucas Costa; Secretaria de Desenvolvimento Rural, Josias Gomes; e Almir Lins, presidente da Associação dos Caprinos e Ovinos.

Vai terminar essa exposição agropecuária no próximo domingo, que é um momento importante também para nossa Bahia, um momento que estimula...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a economia do nosso estado.

Agradecido, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Grande Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Marcelino Galo pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Regimentalmente, Excelência, regimentalmente eu quero dar ciência à Casa que o fim da última questão de ordem foi às 14h59. Como regimentalmente só se pode solicitar outra depois de 30 minutos, exatamente às 15h31

me sirvo desta questão de ordem para solicitar uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão, na forma regimental.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Questão de ordem, presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, é... eu queria, independentemente de qualquer coisa, solicitar ao deputado Targino que... Nós vamos já adentrar no Grande Expediente, já foi anunciado o orador, eu entendo, e regimentalmente ele está correto, mas é apenas pela questão de já ter sido anunciado, o orador já está preparado para falar.

Por isso, eu queria ver se haveria condescendência do deputado Targino no sentido de que essa verificação de quórum aconteça após o Grande Expediente. Se puder, tudo bem; se não puder, eu vou dar continuidade à minha solicitação.

Eu queria, paralelo a isso, obviamente que o deputado Targino vai se manifestar depois do meu... eu queria já pedir a todos os deputados e deputadas que estavam aqui no plenário... Em função do anúncio do deputado Marcelino Galo, os deputados, obviamente, saíram aqui para fazer atendimento nos seus gabinetes e tal. Então eu queria pedir a todos os deputados que retornem ao plenário para atender... se o deputado Targino mantiver a solicitação de verificação de quórum, para que a gente possa atender com 21 Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Que a gente possa atender essa verificação de quórum. Então eu queria pedir já a todos os deputados que estão presentes que retornem a este plenário para atender a essa verificação de quórum e pedir ao deputado presidente, Alex Lima, que, acontecendo a solicitação, que marque os 15 minutos regimentais, que faça soar as campainhas, chame nominalmente todos os deputados e deputadas para atender o pedido de verificação de quórum reivindicada pelo deputado Targino Machado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^{as} serão atendidos. Peço que zere o painel, que conte o tempo regimental... Está formulada a questão de ordem, deputado Targino.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pedi ao deputado que, se ele pudesse, retirasse. Caso ele não retire... Foi isso que eu pedi.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Ele não atendeu ao apelo de V. Ex.^a.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Então, que ele registre, aqui, a presença, como eu vou registrar a minha.

O Sr. Targino Machado: Não é o deputado Rosemberg Pinto que vai ter o condão agora de decidir onde é que eu boto o meu dedo. V. Ex.^a está... Eu acho que... Existem dois projetos sobrestando a pauta: um, de autoria do deputado Marcelino Galo; e o outro, de autoria do nobre Líder, deputado Rosemberg Pinto. Então o deputado Rosemberg Pinto está inquieto hoje.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Em hipótese alguma.

O Sr. Targino Machado: Mas eu digo o seguinte: não adianta inquietude, adianta é V. Ex.^a ligar o limpador de para-brisa e desobstruir a pauta.

Sr. Presidente, continue solicitando dos Srs. Deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Que se façam presentes, há um pedido de verificação de quórum.

Quero pedir ao deputado Targino a gentileza de marcar presença, visto que...

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a solicitando, assim o farei.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): (...) V. Ex.^a formulou... formulou a questão de ordem.

(Pausa)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Já deu.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Grande Expediente.

Pelo tempo de 25 minutos, deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr.... Sr. Presidente...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, para registrar, foi reiniciada a sessão às 15h36.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr. Presidente, deputado Alex Lima, nobres deputadas e deputados desta Casa, deputado Líder da Minoria, deputado Targino Machado, que tem sido um ponto de equilíbrio nesta Casa, hoje eu estou desconhecendo o deputado Targino, mesmo porque, na sua ausência, há uma confusão muito grande por falta de um comando ali nas hostes da Oposição, o que não é característica do Parlamento. O Parlamento é para se parlamentar, e a política, na democracia, é para se dirimir com o diálogo. Então, quero também agradecer ao deputado Targino.

Mas, Sr. Presidente, eu queria aqui fazer coro com o deputado Zó, que denunciou – e ele, que é da região, viveu isso de perto – a crueldade de uma repressão brutal contra os trabalhadores sem-terra que ocupavam aquela região desde 2007. Havia um acordo do governo federal, através da Codevasf, e as famílias que estavam ali, mais de 2 mil já produziam, estavam produzindo e produzindo toneladas de alimentos.

Aquela repressão, feita daquela forma, nós a entendemos como sinal de que o governo, de forma criminoso... Não só aquele acidente com aquela repressão, mas também no Rio dos Macacos foi assassinada de forma bárbara uma das maiores lideranças dos quilombolas daquela região, que foi o Vermelho, com 89 anos, assassinado com um machado que depois foi deixado ao lado do cadáver.

Essa é uma série de violência que está no bojo que caracteriza a centralidade de um governo de extrema direita neofascista, que escolheu o seu inimigo prioritário, que é o povo pobre, que é o povo trabalhador. Não se entende como é que se retira de uma área trabalhadores que estão produzindo alimentos, com excedente sendo exportado daquela região com a força da mão de obra familiar de famílias que já estavam estabilizadas e foram vitimadas por uma violência sem precedente do nosso Estado. Essa é a realidade dessa guerra decretada de forma cruel contra os pobres para fazer ainda mais o enriquecimento e privilégio dos ricos e bilionários deste país.

Então esse governo tem o projeto de implantar, nessa conjugação do extremo neoliberalismo, o ultra neoliberalismo, com o ultraconservadorismo, um projeto neoliberal ao extremo neste país. Essa é a situação. Nós aqui estamos para nos solidarizar com essas famílias, com a família da liderança assassinada, com as famílias das lideranças que foram, de forma nunca vista neste estado, reprimidas, mas também nos solidarizar com as famílias pobres de Salvador que estão vivendo no dia de hoje, talvez nos últimos 30 anos, com a chuva.

A chuva é um fenômeno da natureza, mas ali há crueldade também, como a dessas famílias que são empobrecidas. E aí está articulada a violência política, a violência que se aplica, e a violência econômica, que suprime empregos, que faz com que essas famílias sejam empurradas para a zona de risco, para hoje deslizar com aquela visão infeliz que nós temos que obrigatoriamente ver. Mas nós, como parlamentares, como uma instituição do Estado, nós temos a obrigação de dar respostas.

É preciso que Salvador, essa grande favela em que só a classe média vive no Litoral Atlântico, se reorganize. No outro lado da cidade, a pobreza disseminada, a miséria. É preciso que Salvador tenha outra forma de ser governada, tenha outras prioridades, é uma cidade que foi tratada apenas com maquiagem, e uma maquiagem, mesmo assim, cara e muito malfeita, porque as zonas que foram objeto de intervenção de políticas públicas do ora governo de Salvador também estão desmanchando com a chuva de um dia. É a realidade desta cidade.

Agora também, para não falar só da pobreza, só da situação atual e da miséria por que passa este país sob todos os aspectos, aqui ontem nós tivemos uma das sessões especiais mais lindas desta Casa, aí sim, para celebrar a vida, para celebrar que é possível ter um Nordeste independente, que é possível ter políticas públicas em que se trabalhe a qualidade e melhora, de fato, a vida dos pobres.

Aqui nós fizemos uma homenagem capitaneada por duas grandes deputadas, tanto a deputada Neusa Cadore como a deputada Fátima Nunes, as duas que viveram o processo de transformar essa que é também objeto de enriquecimento, objeto de acumulação de poder político, que é a exploração da seca, que eles chamavam de combate à seca. E quando se combatia a seca, muita gente enriquecia.

Então, é essa a experiência da ASA, é uma experiência referência não só para o Brasil, hoje copiada pela África, hoje copiada pelos corredores do Semiárido latino-americano. É uma entidade da sociedade civil, entidade que é a maior da América Latina. Vejam o exemplo: essa entidade aplicou R\$ 2,2 bilhões sem ter uma ressalva do tribunal de contas, veja o que significa isso como experiência de investimento de recursos públicos. Essa é a entidade que mudou a vida, que universalizou hoje... Faltam muito poucas cisternas para consumo humano, e agora a ASA avança nas cisternas de produção...

O Sr. Robinson Almeida Lula: Um aparte, senhor.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: (...) Essa é uma entidade que não só trabalha com a questão da água, mas com a questão da terra, com a água de beber, com a água de produzir, com a educação contextualizada.

Eu dou um aparte, deputado Robinson, mas, primeiro, cedendo ao Líder da Minoria, que solicitou primeiro. Por favor, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Caro deputado Marcelino Galo, não quero com V. Ex.^a polemizar, ao contrário disso quero devolver a V. Ex.^a o tratamento afável, elegante que sempre mereço de V. Ex.^a.

Mas quero com o meu aparte, depois de ter ouvido a manifestação do deputado Zó e, no momento, a manifestação de V. Ex.^a a respeito do projeto de irrigação do salitre no município de Casa Nova, dizer a V. Ex.^a que a Codevasf – essa área é da Codevasf, a área em tela –, a Codevasf requereu a reintegração de posse daquela área ocupada...

O Sr. Zó: Um aparte, Excelência.

(...) em 2012, quando, naquela época, era Lula lá e Wagner aqui. O Sr. Presidente da República e S. Ex.^a o governador, muito afinados até hoje, tiveram a oportunidade de adotar as providências cautelares para que essas pessoas não fossem prejudicadas como, de fato, estão agora. E eu quero me solidarizar com elas.

Agora, não posso deixar de dizer a V. Ex.^a que, em 2012, quem requereu a reintegração de posse foi a Codevasf. E quem nomeava o presidente e a diretoria da Codevasf era, como é, o presidente da República. Então, o presidente Lula tinha conhecimento e deu a sua anuência.

Então, eu lamento que nem o presidente, ex-presidente, presidente à época, Lula, nem o governador à época, Jaques Wagner, tenham adotado as providências que pudessem livrar aquelas pessoas do prejuízo que no momento estão tendo, como já tiveram.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Deputado Robinson Almeida. Logo após, o deputado Zó.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Deputado Marcelino, quero parabenizá-lo por sua fala, abordando vários temas de interesse do país, em particular a solidariedade às famílias que foram, de forma violenta e brutal, despejadas desse assentamento. E, se V. Ex.^a me permitir, eu vou ler uma nota conjunta:

(Lê) *“Nota conjunta dos partidos e movimentos sociais, contra o despejo das famílias sem terra em Juazeiro e casa nova...”*

E peço também, com sua vênica, que seja registrada nos Anais da Casa.

“Nós, Partidos Políticos e Movimentos Sociais da região do Vale do São Francisco, vimos em nota repudiar a ação violenta praticada pelo estado brasileiro contra as 700 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) acampadas nos assentamentos Abril Vermelho em Juazeiro e acampamento Irmã Dorothy Irani de Souza na região de Casa Nova. Famílias que tornaram uma área antes destinada apenas a monocultura e a especulação do agronegócio em um espaço agroecológico produtivo e de auto sustento.

Essas famílias trabalhadoras não só tiveram seus direitos sociais violados, mas também foram acusadas de forma caluniosa, em Nota pela Codevasf, de que suas atividades desenvolvidas na área produtiva por elas geram prejuízos ambientais e econômicos à mesma. Não bastasse a ofensa descabida às centenas de famílias, a

Codevasf demonstra total desconhecimento acerca dos propósitos das/dos Camponesas/es sem terras na região e em território nacional, que é de: ocupar e produzir, com respeito ao meio ambiente, onde a terra cumpre a sua função social e produz alimentos saudáveis.

Esperávamos uma outra postura de uma empresa estatal: a defesa das/dos mais necessitadas/os e do povo trabalhador do campo. No entanto, é pedir demais para o Governo Federal, que se apresenta nesse novo formato truculento e com a lógica de proteção e financiamento apenas dos grandes empreendimentos agrícolas, que tivesse uma postura de proteção das/dos que sempre foram oprimidas/os e marginalizadas/os na história brasileira. O Governo Bolsonaro abomina a Reforma Agrária e ainda incentiva a violência no campo sem entender que somente a justa distribuição de terra será capaz de proporcionar vida digna às famílias das/dos pequenas/os agricultoras/es que não tem onde plantar e tirar seu sustento.

A iniciativa em curso está sendo promovida a partir da ação do agronegócio na região em especial de setores da fruticultura irrigada, que não tem compromisso com a classe trabalhadora e muito menos com a nossa fauna e flora. Acreditamos que o Estado brasileiro precisa ter um posicionamento político que defenda os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, pois como já é de ciência da sociedade em geral, o MST sempre esteve comprometido com a produção de alimentos saudáveis e com a promoção da dignidade humana a partir do acesso à terra e da Reforma Agrária.

A defesa dos direitos, da soberania popular e da Democracia são elementos básicos para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Pátria Livre, venceremos.”

Assinam: PT - Partido dos Trabalhadores, PCB, Unegro, Consulta Popular, PSOL, o STR, de Juazeiro, o Levante Popular da Juventude.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Então, solicito que seja incorporado o aparte lido pelo deputado Robinson, da manifestação dos partidos do Além São Francisco, partidos da oposição.

Deputado Zó.

O Sr. Zó: Primeiro, agradecer a V. Ex.^a, deputado Marcelino, pelo espaço. Sei que V. Ex.^a milita nessa área, na luta dos trabalhadores, dos pescadores, dos sem-terra, e conhece essa realidade lá. Mas eu queria fazer alguns reparos.

Também o deputado Targino tem uma certa razão, nós poderíamos ter avançado mais na questão da reforma agrária. Talvez tenha nos faltado isso. Apesar de que a Codevasf, enquanto empresa pública, na nossa gestão, não deveria ter dado entrada nessa ação, ou, no mínimo, deveria ter retirado a ação.

Porque aquelas áreas... a do Salitre, deputado Targino, faz parte do Projeto Salitre e foi uma área ocupada. A Codevasf deve aos salitreiros um projeto chamado Projeto Lindu, porque dentro do Projeto Salitre, dos quase 300 agricultores assentados em lotes familiares, que são lotes produtivos, que tiveram critério de licitação, quase não havia salitreiros, acho que não chegavam a 2% as pessoas originárias do Salitre.

A área de Casa Nova é uma área adicional ao Projeto Nilo Coelho, que é um projeto em Pernambuco, local onde eu fui servidor durante mais de 15 anos em fazendas agrícolas e na empresa que prestava serviço para a Codevasf, como técnico da equipe que fazia a prestação de serviço na assistência técnica ao Projeto Nilo Coelho.

Essa área ela foi sendo ocupada, deputado Hilton, primeiro por grandes empresas que ganharam áreas lá. Depois, pegaram outras áreas e regularizaram; outras chegaram depois e regularizaram. Os pequenos ocuparam e não tiveram o direito de regularizar as suas áreas. É o jogo que se encontra neste país, o grande... É aquela história, tudo nosso e nada deles. O grande tem o direito de regularizar uma terra pública da Codevasf, que tem o nome de Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba, e pega as terras... quando é o grande, vai lá e resolve rapidinho. Isso com muita influência das pessoas que coordenam o Nilo Coelho.

E a ação tinha, inclusive, a participação da polícia de Pernambuco em território baiano. Isso tem que ser dito e investigado, porque era para ficar na divisa e atravessaram a divisa.

E tem a questão de que boa parte desses beneficiários, e é bom tomar cuidado... Eu já disse aqui e vou ressaltar, talvez sobre essas áreas de que os pequenos estejam saindo tenha o olho dos grandes, que dizem que não serve porque, dizem, vai prejudicar o canal, vai derrubar o canal – vou concluir, Marcelino –, mas na hora em que estiver vazia lá, você vai ver se ela não vai servir e vai ter o interesse de gente que explora o agronegócio lá.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Excelência...

O Sr. Zó: Por isso a nossa posição, junto com os movimentos sociais, de partidos, de deputados e desta Assembleia aqui. Eu conclamo que sejam contrários a essa agressão ao estado da Bahia, aos produtores baianos e a esse projeto que tira água da Bahia para levar para os irmãos pernambucanos, em Petrolina, mas que também tem que gerar riqueza em nosso estado, principalmente para quem mais precisa, que são os assentados que estavam lá.

O Sr. Tum: Um aparte, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Deputado Tum, não poderia lhe negar um aparte, você é da região. Espero que seja breve.

O Sr. Tum: Compartilho, aqui, do mesmo sentimento do deputado Zó, do mesmo sentimento do deputado Robinson, do seu sentimento. Que foram essas famílias, são 700 famílias, surpreendidas ontem, às 5 da manhã, por uma truculenta ação policial. Nós estamos, em Casa Nova, sou de Casa Nova, dando abrigo a essas pessoas que foram desalojadas sem nenhuma conversa.

Com certeza, nós sabemos que existe interesse de grandes empresários, viu, Zó. A sua fala, eu concordo em número, gênero e grau, existe o interesse de grandes empresários.

E, agora, eu estava aqui e uma pessoa de lá me ligou, dizendo que tem um empresário da região que está com três carros, com seguranças armados, tirando tudo dessa área, que é da Codevasf, mas que se situa em Casa Nova. Essa área, apesar de

ser na Bahia, a jurisdição é da Codevasf de Pernambuco. E a gente sabe que ontem até carro da prefeitura de Petrolina estava lá, nessa área, na hora dessa truculenta ação por parte da polícia.

O Sr. Roberto Carlos: Um aparte, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Solicito que sejam incorporados os apartes dos deputados Zó e Tum, que são bastante esclarecedores e precisam ser incorporados aos Anais desta Casa.

Deputado Roberto Carlos, por favor, seja breve. Também não posso negar um aparte a V. Ex.^a.

O Sr. Roberto Carlos: Meu caro Marcelino Galo, quero agradecer, se V. Ex.^a permitir, e só somar com o deputado Zó e com o deputado Tum pelo problema que o Vale do São Francisco está passando. A gente conhece de perto o sofrimento da população, principalmente desses produtores. Eu estive lá recentemente com o presidente da associação, Sr. Antônio Henrique, ele mostrando as benfeitorias que fizeram nessa área. E, infelizmente, o presidente da República, Bolsonaro, mandou a Polícia Federal retirar aqueles trabalhadores. São quase mil famílias que dependem daquilo ali para sobreviver. Muitos estão lá não é por uma opção, é pela circunstância, é porque o governo federal não deu aos trabalhadores uma oportunidade de ter um lote. E as terras, eles já trabalham há muito tempo.

Por isso, deputado, gostaria de fazer esse registro e me solidarizar com todos os produtores, tanto lá da área de Santana do Sobrado, como também de Juazeiro.

O Sr. Tiago Correia: Um aparte, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Agradeço.

Deputado Tiago.

O Sr. Tiago Correia: Deputado Marcelino Galo Lula, só para incrementar o discurso dos colegas e trazer mais informações. Foi importante o que o colega Targino Machado trouxe. Esse processo foi iniciado em 2012 pela própria Codevasf, um processo que caminhou na Justiça até hoje. Saiu a decisão judicial e o governo cumpriu essa decisão.

O que chama a atenção aqui é que nós vemos os partidos se manifestarem agora, em nenhum momento houve nenhum pedido de que esse processo fosse retirado de pauta, ou que a Codevasf desistisse desse processo quando, como lembrou o deputado Targino, o governo federal era comandado pelo Partido dos Trabalhadores, como também o governo estadual. Então, é importante lembrar que esse processo foi deflagrado em 2012. Ele apenas foi tramitando na Justiça e chegou agora.

O que não tira, de maneira alguma, o nosso sentimento de solidariedade com essas famílias, famílias produtoras, que deveriam, sim, ter sido, talvez, transferidas para assentamentos pelo próprio governo àquela época, ou, quem sabe, que essa área fosse regularizada e doada a esses mesmos produtores. Agora, não podemos, de maneira alguma, como eu vi alguns deputados,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) neste momento, penalizar a produção de frutas no Vale do São Francisco. Nós somos os maiores produtores de manga e de frutas do país: 99% das uvas de mesa exportadas pelo país saem do Vale do São Francisco; 96% da manga. Mais de R\$ 1 bilhão é produzido em receita, milhares de empregos. Então, é uma falácia dizer que a produção de frutas no Vale do São Francisco não gera emprego. A gente não pode mentir aqui, faltar com a verdade: são milhares de empregos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que são produzidos.

Então, eu acho que tem muita coisa para ser debatida.

Muito obrigado.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Então, Sr. Presidente, antes de encerrar, eu peço que não incorpore as palavras do deputado Tiago, por conta de que há assuntos aí que merecem mais esclarecimentos. Eu acho que o deputado não está totalmente inteirado, por isso que eu não gostaria de que esse aparte fosse incorporado ao nosso pronunciamento.

E me coloco à disposição, nos próximos momentos, para a gente discutir melhor, porque eu fui superintendente do INCRA, e quem dirige uma entidade não pode prevaricar. V. Ex.^a sabe disso, não é isso? Se, ali, eles achavam que o interesse foi prejudicado, eles tinham que recorrer, mas há um acordo... Eu gostaria de discutir isso de forma mais tranquila com V. Ex.^a.

Agradeço a todos.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador, pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. Hilton Coelho: Eu falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Como orienta à bancada, deputado Hilton?

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, queremos, primeiro, nos solidarizar também com os trabalhadores sem terra dos assentamentos das cidades de Casa Nova e Juazeiro e dizer que o problema fundiário na Bahia é um problema extremamente grave, e que nós não tivemos a oportunidade de tratar...

Infelizmente, Sr. Presidente, terei que falar rapidamente sobre essa situação, porque temos mais dois temas para tratar.

Mas não poderia deixar passar em branco esse imenso escândalo que foi evidenciado pela Operação Faroeste, relacionada à grilagem de terras no Oeste baiano.

A questão da grilagem de terras, obviamente, não é um problema apenas do Oeste baiano, se espalha por todo o estado da Bahia. Com certeza, nós temos indícios de que esses esquemas funcionam nas diversas regiões. Mas a Operação Faroeste, realmente, revelou as vísceras de um processo que mostra envolver somas de bilhões

de reais. Ou seja, só de bloqueio foram quase R\$ 400 milhões em contas dos envolvidos, especialmente de magistrados, mas não só deles: de funcionários públicos, dos grileiros também. O que mostra que nesse território que vem sendo duramente agredido pelos esquemas do agronegócio prevalece, realmente, a perspectiva de quem manda, quem tem a força das armas, quem consegue fazer os *lobbies*, ou seja: o poder econômico, que vai grilando as terras, ameaçando a vida, ameaçando a sobrevivência das famílias, como nós percebemos que ocorre no Oeste baiano.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Não apenas o problema da concentração fundiária, mas o problema também da utilização das águas. Nós chegamos a denunciar aqui, quando fizemos uma visita ao Oeste baiano, como esses grandes proprietários do agronegócio vêm mutilando aquilo que é o principal tanque, talvez um dos principais tanques da Bahia, um dos principais do Brasil, que são as reservas do nosso Rio São Francisco.

Então, nós queremos chamar a atenção para essa situação gravíssima...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

...e dizer que, sobretudo, esta Casa não pode se omitir. A discussão sobre o que foi revelado com a *Operação Faroste*, sobre a grilagem de terra na Bahia, precisa ser debatida nesta Casa de maneira profunda e respondida politicamente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, eu quero lamentar profundamente a decisão de um dos melhores parlamentares desta Casa, o deputado Marcelino Galo, que, como já disse no momento anterior, me trata sempre de forma lhana, urbana, civilizada e sempre de forma generosa. Eu acho até que não mereço a generosidade toda que ele me defere. Mas não posso me calar sobre a atitude que ele tomou de cassar a fala, a opinião de colegas deputados nesta Casa. Ele é um democrata por formação e tem que conviver com o contraditório.

Pior do que uma opinião que não nos agrada ou que vai de encontro à nossa é o fato de não se ter opinião.

E ele pediu que o meu aparte e o aparte do deputado Tiago Correia não fossem incorporados à fala dele para que não ficassem registrados nos Anais da Casa.

Eu não posso concordar, deputado Marcelino Galo. Estou, aqui, na metade do sexto mandato e nunca fiz isso, apesar de embates severos que tive nesta Casa, com apartes aos meus pronunciamentos que muito me desagradaram, mas eu nunca pedi para que fosse amputada a história, a história deste Parlamento.

Então, depois de feito este registro, eu quero, já às 16h07min, solicitar a V. Ex.^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, já que o final da

questão de ordem anterior e o reinício da sessão foram às 15h36min. Então, já se tem mais de 30 minutos de hiato de tempo separando uma da outra.

Então, solicito a verificação de quórum a V. Ex.^a, que essa verificação de quórum atenda ao rito regimental, que V. Ex.^a possa zerar o painel, abrir o tempo regimental de 15 minutos, convidar à exaustão através do serviço de som desta Casa, inclusive acionando diversas vezes a campainha, que serve para esse fim, convidando os Srs. Deputados presentes em qualquer dos ambientes do Poder Legislativo a comparecerem com urgência a este plenário, pois há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Quero agradecer a V. Ex.^a porque, antes de acabar, V. Ex.^a já testou a campainha. V. Ex.^a, apesar de presidente, continua um democrata por formação.

Muito obrigado, Excelência.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Sr. Presidente, deputado Targino Machado, eu não pedi a incorporação porque há incorreções na dita opinião. V. Ex.^a emitiu uma opinião, mas com incorreções do ponto de vista técnico.

Primeiro, porque qualquer dirigente público, se houve ocupação numa área que está sob a competência dele, obrigatoriamente, sob pena de ser uma prevaricação, ele teria que recorrer e solicitar a reintegração de posse. E isso foi feito.

Necessário seria, para dar continuidade, dialogar – aí que foi, sim, uma concepção de governo – porque ali eram famílias. Então, se abriu um processo de negociação entre o governo federal e os ocupantes da área no sentido de buscar uma solução, já que aquela era uma área da Codevasf. Isso o que aconteceu.

V. Ex.^a tem até razão em dizer que se demorou muito. Demorou-se. Mas, obrigatoriamente, tinha que ser feita a necessária solicitação da reintegração de posse.

Então, quando o deputado Tiago coloca também que está fazendo a defesa da fruticultura irrigada, não é o que acontece. Aquelas famílias estavam produzindo alimentos, estavam vivendo dali, estavam garantindo a sobrevivência das suas famílias. Então, por conta de que, em defesa de quem foi feita uma operação de guerra para expulsar aquelas famílias de forma violenta? Aquilo foi uma sinalização do que o governo disse que iria fazer, e ele está fazendo.

Então, nem mais um centímetro de terra para indígena, quilombola, que ele disse que se mede... a medida que ele utilizou foi arroba. E ele disse também que não iria mais regularizar e que ele iria perseguir os sem terras.

Então, essa atitude do governo federal visa dar uma demonstração política, ideológica e sinalizar para a sociedade brasileira de que lado ele está. Esses empresários de Petrolina que já estão lá se apropriando da área é por conta de quê?

Por isso eu não solicitei a incorporação.

E me coloquei à disposição do deputado Tiago para a gente, de forma mais tranquila, aqui debater. Eu sei que o deputado Tiago é um deputado cortês, é um deputado que exerce com muita competência o exercício parlamentar, aqui a gente tem

observado, mas não poderia permitir que incorreções fossem incorporadas a esse pronunciamento.

Então, se V. Ex.^a vê isso como destrato, eu peço desculpas a V. Ex.^a, mas entenda que eu estou aqui disposto a discutir que há incorreções, do ponto jurídico e do ponto de vista técnico, no que foi colocado, tanto no seu pronunciamento quanto no pronunciamento do deputado Tiago.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado... Eu vou deferir primeiro a primeira questão de ordem de V. Ex.^a.

O Sr. Targino Machado: Pois não. Como sempre, Excelência, é rápido. Até porque costume ser um crítico ácido quando necessário. E preciso trazer aqui, novamente, a minha declaração de que é sempre elegante o deputado Marcelino Galo.

Mas eu quero, deputado Marcelino Galo, fazer uma correção histórica. Eu, estou no sexto mandato, V. Ex.^a já estava aqui em 2012, e eu nunca fui aliado de nenhum diretor-presidente da Codevasf, nunca estive aliado a nenhum presidente da República, ao contrário de V. Ex.^a, que era aliado do presidente da República, do governador do Estado, Lula e Wagner, e, por conseguinte, aliado de quem nomeava a direção da Codevasf que em 2012, de forma impensada, entrou com uma ação judicial de reintegração de posse daquela área, objeto das críticas aqui hoje.

Nem eu, nem o deputado Tiago Correia, nem eu nem ele, por razões até humanitárias, vamos ficar felizes em ver 700 famílias, se não mais, prejudicadas na garantia do sustento, da subsistência familiar. Mas não posso deixar de registrar, como o deputado Tiago Correia também o fez, que a Codevasf poderia ter, àquela época... e V. Ex.^{as} estiveram tantos anos no governo e poderiam ter evitado.

Embora, reconheça eu, deputado Marcelino Galo e deputado Robinson, que também tratou da ação, que contra o imóvel público não pode haver gravame, nem mesmo aquele gravame de usucapião. Não pode haver.

Então, o presidente Lula sabia disso, o governador Jaques Wagner sabia disso. Isso foi uma morte anunciada. Eu lamento profundamente que tenha acontecido, mas não posso deixar de fazer esse registro histórico que nunca fui aliado de Codevasf, de presidente nenhum, nem mesmo do presidente que está aí, que eu considero, pessoalmente, um alopado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Defiro a questão de ordem do deputado Targino Machado.

Peço que zerem o painel, que façam contar o tempo regimental e convido as Sr.^{as} e Srs. Deputados a se fazerem presentes, pois há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, formulado pelo deputado Targino Machado.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputada Fátima Nunes.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Sr. Presidente, Srs. Deputados que estão aqui presentes, eu estou inscrita para falar daqui a pouco, mas ao tema que está sendo

discutido aqui, em questão de ordem, pelo deputado Marcelino Galo e o deputado Targino Machado, o nosso Marcelino Galo, Líder da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores e o Targino Machado, Líder da Minoria, eu queria acrescentar uma questão.

Eu leio e releio, vejo as fotos sobre essa situação lamentável, trágica dessa ação da Polícia Militar, da Polícia Federal nesse ato de desintrusão, de despejo das famílias que estavam morando/vivendo naquelas áreas, áreas essas que eram do Estado, porque a Codevasf é um órgão do Estado, e a gente fica imaginando para que serve o Estado. Na minha visão, o Estado deveria ser para incluir, para favorecer aos mais pobres, para favorecer aqueles que, ao longo da história, foram deixados à margem das oportunidades, do desenvolvimento, para que esse Estado garantisse, ou garanta, para as pessoas, a oportunidade de viver, trabalhar dignamente e ser feliz. E a gente olha, nesse momento, e vê crianças machucadas, vê pessoas, praticamente, com vida quase ceifada pelas balas e vê 700 famílias que saem dali sem ter para onde ir.

E, aí, a gente pergunta: onde está a Justiça? Onde está o Estado? Por que essas milícias? Por que tanto disparate e afronte ao cidadão e à cidadã brasileiros que nasceram e cresceram no sertão, resistindo às agruras da seca, mas trabalhando e acreditando na possibilidade de um dia encontrar o caminho de viver, de criar sua família, de sustentar os seus filhos e de viver feliz?

Portanto, eu fico imaginando também que enquanto isso acontece com os trabalhadores, com os mais pobres, com os mais simples a gente vê grandes latifundiários com grandes propriedades, de grandes proporções. E onde acharam aquelas terras? Por que eles são donos e os pequenos não podem ser?

É claro que também eu sei que isso faz parte da marca dessa nossa história, essa história de uma colonização perversa, cruel, que ao longo dos anos sempre beneficiou alguns poucos ricos e a maioria sobreviveu porque é teimoso, corajoso.

Portanto, eu quero me somar, aqui, ao discurso do deputado Marcelino Galo, quero repudiar toda a ação desse governo atual, que já antes de ser eleito, nas oportunidades de fala, que foram poucas, mas foi sempre apontando para os pobres com armas e foi sempre dizendo que ia varrer os militantes, que ia varrer os lutadores, que ia varrer do plano da face da Terra aqueles que quisessem justiça social.

Obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): O quórum já foi restabelecido.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu acho que precisamos ter uma regra do ponto de vista das solicitações de verificação de quórum e tal. Quem é o autor tem que imediatamente dar a presença no painel ou então não tem problema...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Então está prejudicada...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) está prejudicada...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concordo.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Então, acho que temos que instituir isso aqui, entendeu? E quem pedir tem que registrar presença imediatamente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concordo.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, o reinício foi às 16h20.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Às 16h21.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Tum vai falar pelo tempo de 5 minutos e o deputado Zó, pelo tempo de 7 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Tum.

O Sr. TUM: Boa tarde a todos e a todas.

Estou aqui mais uma vez continuando essa discussão, como Marcelino Galo e o deputado Robinson já falaram. Eu que sou do município de Casa Nova, acho – viu, deputado Tiago Correia, Excelência? – que a discussão aqui não tem que ser de quem é o mérito, se é da época de 2012, se é do governo Lula, se é do governo Bolsonaro. Mas sim, a discussão tem que ser sobre o amparo a essas famílias, o amparo a mais de duas mil pessoas que agora estão desalojadas.

Eu que sou do município de Casa Nova, digo que fomos surpreendidos ontem com essa ação por parte da Polícia Federal, por parte da Codevasf e da Polícia Militar. Uma ação de despejo de mais de duas mil famílias que estão em Casa Nova e que estão no município de Juazeiro.

Estamos lá ajudando, com correntes, com pessoas fazendo campanhas para arrecadar alimentos. Já conseguimos algumas lonas para poder alojar essas pessoas, e quero dizer que a gente lamenta muito esse fato que aconteceu em Casa Nova. Ontem, às 5 horas da manhã, fomos surpreendidos com isso.

E dizer, deputado Tiago, que essas pessoas são produtoras de frutas, essa área tem 1.715 hectares, todos produzindo. Essa área, Roberto Carlos – o deputado Roberto Carlos conhece bem –, é uma área em que cinco caminhões por dia vão para pegar as frutas para que essas pessoas que produzem vendam no mercado do produtor.

Então, são pessoas que trabalham, que geram renda no município de Juazeiro e no município de Casa Nova. É lamentável que essa ação tenha acontecido sem ter uma participação efetiva do Incra no sentido de tentar realojar essas famílias. Essas famílias foram surpreendidas e agora estamos tentando ajudar todas essas pessoas, essas famílias. Ontem, tivemos que mandar caminhões para poder pegar todas as carteiras escolares das escolas que funcionavam nesses acampamentos. Tivemos que encaminhar uma ajuda para que tudo fosse recolhido da melhor forma.

Acho que todos que estão aqui têm essa clareza da dificuldade que está sendo. Não quero dizer que a culpa é do governo do PT ou que é do governo Bolsonaro, quero dizer que estamos passando por um momento delicado lá. São mais de duas mil pessoas que estão desalojadas num clima de chuva, pode ser que a chuva... A gente torce para que pelo menos a metade dessa chuva de Salvador vá lá para Casa Nova, mas que a

gente agora se preocupe em acomodar essas famílias, essas pessoas que são trabalhadoras, que produzem manga, produzem goiaba, produzem limão. Eu agora estava aqui quando um associado que plantava nesse lugar me ligou dizendo que empresários de Petrolina estavam lá com dois carros com capangas armados para poder continuar a retirada.

A gente sabe, deputada, que existe interesse empresarial, econômico. A gente sabe que carros, automóveis com placa de Petrolina, com placas plotadas da Prefeitura de Petrolina também estavam lá ontem na hora, numa ação. É uma área que faz parte do município de Casa Nova, o que é um erro, deputado Zó. Acho que a gente tem que corrigir isso. Como é que a Codevasf está no município de Casa Nova, município da Bahia, e a jurisdição até hoje é do estado de Pernambuco? É a Codevasf de Pernambuco que coordena todas as ações em uma área que está na Bahia.

Então, acho que temos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que criar um grupo para poder discutir isso e com certeza corrigir esse erro. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra pelo tempo restante, o deputado Zó.

O Sr. ZÓ: Presidente, primeiro quero agradecer a Assembleia Legislativa da Bahia por, nesse momento de muita dificuldade da população de Salvador, estar tomando também esse tema que a gente traz lá do sertão da Bahia como um tema importante.

Essa questão, minha querida Olívia – mesmo com todo o compromisso que você tem com a Bahia e principalmente com a população de Salvador – que V. Ex.^a levanta aqui, é uma questão muito grave. Porque começa – Hilton, Fátima, Neusa, Roberto Carlos, Tum, Marcelino Galo, Targino Machado, todos que aqui estão – pelo princípio do direito à terra, que é elementar para o cidadão e para a cidadã. Depois, se encontra no aspecto de que a terra é pública. Essa terra é pública. Ela não pertence nem a mim nem a nenhum cidadão ou cidadã do Brasil ou do mundo. Se ela é pública, se ela está sendo ocupada para produzir e está produzindo – como bem disse o deputado Tum –, se está gerando riqueza, se está incrementando a economia daquela região... Casa Nova e Santana do Sobrado vão sofrer muito porque estou tendo notícias de lá.

Recebi, agora, cópia da sentença do advogado, amigo e companheiro Paciel Coelho e do vereador Vanderlin, além de ligação de Jander, de Casa Nova. O que acontece? A sentença determina, primeiro, que as escolas e os postos de saúde não se mantêm pelos prefeitos dessas cidades.

Primeiro, esvaziam-se os direitos individuais dos cidadãos, como escola, saúde, serviços básicos que as prefeituras têm que atender. Depois, há esse aspecto que se levanta aqui – e o deputado Tum levanta – que é preocupante. Como é que, segundo

notícias que nos chegam, empresários estão andando com jagunços armados ou milicianos intimidando o povo de Santana e de Casa Nova?

Vamos denunciar isso à Justiça. Por quê? Porque a reintegração de posse já é, primeiro, um grave crime contra o direito à terra. Depois... Eu lembro e vou externar nesta tribuna para a qual fui eleito pela segunda vez como o mais votado do território do São Francisco, principalmente pelo sertão da Bahia, por aqueles municípios... Vou externar que, da outra vez que ilegalmente queriam arrancar as bombas dos canais e os canos que irrigavam as áreas dos produtores, recebi ligação de empresários da região dizendo: “Mas isso aí vai desmoronar o canal”. Só desmorona se irrigar para o pobre que usa pouca água, que planta em pouca área? Quer dizer que para o cara que planta 50, 100, 200 hectares de uva não desmorona? Então, é essa a discussão que tem que ser feita.

E onde é que esse povo está? Esse povo, depois de uma operação em que se usaram dois helicópteros – um em Juazeiro e um em Santana –, em que se usaram, segundo nos chega, carros da Prefeitura de Petrolina... O que é que carro da Prefeitura de Petrolina está fazendo em Casa Nova? O que é que a Codevasf queria? Porque eu conheço Nilo Coelho, fui funcionário de Nilo Coelho durante anos, e com ele várias áreas chamadas de “áreas adicionais” receberam licença para irrigar e estão produzindo. Claro, não é nenhuma área de pequeno produtor, é área de médios e grandes empresários.

Então, são esses os motivos que interessam a Pernambuco para irrigar áreas e atender as pessoas e que interessam também a Juazeiro e a Casa Nova. Os projetos estão lá, precisam produzir, precisam gerar riquezas. A nossa maior fonte de riqueza e de emprego é a agricultura irrigada. E acontece isso. A gente precisa estar muito atento a tudo isso. Boa parte da economia de Santana é movida por essa turma de quase mil assentados. Quando juntamos Juazeiro e Casa Nova, os dois empreendimentos – Projeto Salitre e Projeto Nilo Coelho –, no Canal do Nilo Coelho, são quase dois mil produtores. Com isso, se você botar quatro pessoas por família – e as famílias lá são maiores –, dá quase dez mil pessoas sobrevivendo diretamente desses recursos.

E o que esse recurso gera na cadeia? Para quem não conhece agricultura irrigada como nós conhecemos, lá está se produzindo uva sem semente. Uva sem semente. Aquelas que vocês se deliciam no supermercado. Lá está se produzindo uva, coco, goiaba, maracujá. Ninguém estava pegando a terra, nem para especular nem para fazer nada. Então essa situação é mais grave porque a terra é uma área pública.

Podiam ter feito as glebas, assentado os produtores e as pessoas estariam gerando riquezas. Mas quero ressaltar que isso só está acontecendo porque é um projeto desse governo Bolsonaro que está aí. Lá, a despeito da maioria dos evangélicos terem votado em Bolsonaro, isso é o que as pesquisas dizem, meteram a retroescavadeira em cima da igreja evangélica, com banco, com tudo, derrubando. Derrubou...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) escola, derrubou tudo. Essa foi a situação que aconteceu. As pessoas estão em lonas, pedindo alimentos, porque o choque maior... Isso é que nem a morte, a maior sensação de perda da morte não é quando morre, está no hospital, tira e enterra, não. É

depois de alguns dias, quando você percebe a falta disso. O que você vai perceber, a pior dor, colegas deputados e deputadas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. ZÓ: (...) sabe quando é? É quando chegar daqui a 15 dias e tiverem conta para pagar, boleto para quitar, feira para fazer e de onde eles vão tirar? De onde esse recurso vai ser tirado?

Então, é essa situação que tem que ser denunciada. E agradeço muito essa quase 1 hora e meia de debate aqui, tratando exatamente sobre essa situação de Juazeiro, de Casa Nova e do Vale do São Francisco.

Por isso, o lema é: terra para quem precisa. E isso é o que a gente tem que defender.

Um grande abraço. Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

Marcelino, estou inscrito no PSD. Vou falar por todo o tempo de 12 minutos.

Convido o deputado Marcelino para ficar na presidência.

(O deputado Marcelino Galo Lula assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Então, indico o deputado Adolfo Menezes para falar por todo o tempo.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, tem o PSDB/PSC.

O Sr. Adolfo Menezes: Ah, tem o PSC antes? Não pode inverter, não tem problema?

O Sr. Soldado Prisco: Não, não.

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a cometeu um lapso.

O Sr. Adolfo Menezes: A gente corrige.

O Sr. Targino Machado: Eu tenho a impressão...

O Sr. Adolfo Menezes: Deputado Roberto, se V. Ex.^a não está entendendo chinês é porque aqui a gente varia português e chinês.

O Sr. Targino Machado: O tempo agora é do PSDB/PSC. Peço vênica a V. Ex.^a...

O Sr. Adolfo Menezes: Devido à emergência do PSDB, com a palavra...

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a quer a inversão para falar?

O Sr. Adolfo Menezes: Se for possível...

O Sr. Targino Machado: Então inverte, pronto.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados. Deputado Zó, deputado Marcelino, deputado Tom, é uma estupidez entre tantas que acontecem neste país. Duas mil famílias – isso aí dá umas oito mil pessoas,

seguramente –, numa época de 13 milhões de desempregados... O governo federal, ao invés de estar trabalhando para gerar empregos, desaloja oito mil pessoas que estão produzindo. Pessoas que estão trabalhando, derramando suor, e, simplesmente, tudo é destruído – como foi falado – para os grandes, para os poderosos se apossarem das terras que são riquíssimas, que produzem de tudo, naquela região de Petrolina, de Juazeiro e de meu Campo Formoso.

Mais uma estupidez do governo federal, como tantas que vemos todos os dias. Como no caso da retirada dos radares móveis das estradas, e, de lá para cá, já aumentou, deputado Antônio Henrique, 8% nos índices de acidentes de automóveis. Portanto, causando mais vítimas, mais pessoas inutilizadas para o trabalho, em cima de uma cadeira de rodas, mais mortes. É a situação do presidente que ora nós temos, que quer tirar as cadeiras das criancinhas, que não precisa fazer prova para tirar a carteira, resumindo, essa é a situação.

E digo uma coisa, que todos nós, deputados, homens da imprensa, mulheres que todos os dias transitam em Salvador, temos que rezar. Olhem, é uma questão séria que estou falando e que às vezes não nos atentamos: com tanto desemprego, vários jovens e adultos estão procurando trabalhar como delivery de tudo quanto é forma, de restaurantes, de bares, de comércio.

E é claro que nesses últimos meses todos percebemos a quantidade de pessoas que estão nas suas motos, a maioria sem experiência nenhuma, sem treinamento nenhum nesse trânsito louco de Salvador, querendo ganhar o seu pão. Mas, infelizmente, todo dia comento, triste do pai, triste da mulher e dos filhos, porque dificilmente vão escapar. Da forma que eles estão andando por aí, até por ignorância de muitos, por falta de treinamento, por ter tirado a carteira de qualquer forma – aqueles que têm carteira –, andam no trânsito de Salvador costurando, de qualquer maneira. Acredito que só Deus para proteger, porque ele vai fazer aquilo o dia inteiro, deputado Hilton. E ficamos temerosos porque eles, costurando, podem nos pegar dirigindo, bater na ponta de um para-choque e daqui a pouco estão caindo, causando um acidente mais grave. E você sabe que se a rua não tiver câmera ou não tiver a câmera de um comércio, vai ser difícil para você se explicar.

Podem perceber todos os dias, é triste a realidade. O desemprego gritante, essas pessoas querem ganhar... Às vezes por não terem oportunidade, por terem batido em tantas portas e não terem tido oportunidade de trabalho, pegam a bicicleta, pegam qualquer moto, uma Biz, e vão em disparada para querer entregar mais rápido, para ganhar o seu dinheiro honestamente, mas, infelizmente, correndo um risco tremendo. O trânsito de Salvador já é um dos piores do Brasil, onde não se respeita faixa, onde se muda de posição a qualquer momento. Tem muitos que acham que só por ligar a seta já podem entrar, e aí passam entre um carro e outro em velocidade. Só Deus para proteger, e a gente fica com receio porque ninguém está livre de causar um acidente, mesmo sem culpa. Claro, você pode até ter culpa, mas na maioria das vezes você está dentro da sua faixa, se ele tocar no para-choque, costurando, pode parecer que você o atropelou. E se não tiver câmera vai ser complicado você se explicar para não sofrer as consequências de um acidente.

Então, temos que pedir, além de tudo, além dos assaltos... Essa é a triste realidade do nosso país. Hoje mesmo, deixei de vir pela Avenida Luís Eduardo Magalhães porque, devido ao alto índice de alagamento pelas chuvas, se você fica parado ali, a chance de ser assaltado é muito grande, infelizmente. É a triste realidade do nosso país. E quando alguns... Claro que a maioria da população é composta por pessoas trabalhadoras, honestas, mas em todos os bairros tem os malandros que aproveitam esses engarrafamentos para assaltar, como hoje eu vi. Acredito que muitos viram. Até em ônibus fizeram a limpa devido às chuvas. É a triste realidade do nosso país!

Então, quando a gente esperava que o presidente Bolsonaro não criasse tantos problemas, todos os dias ele é motivo de vergonha para nós, brasileiros. Na semana passada, o secretário de Cultura foi motivo de gozação internacional no evento da Unesco fora do país, destratando todos os nossos artistas. Esse é o retrato do nosso país. Sobre a Amazônia, demitiram sumariamente o presidente do Inpe, um dos cientistas mais respeitados no mundo, um dos cientistas mais importantes, mais conceituados do nosso país. Isso porque ele divulgou que estava havendo aumento do desmatamento na Amazônia. E a equipe do Bolsonaro disse que era mentira. Agora, receberam, através de outros institutos, a comprovação de que, em 1 ano, o aumento foi de 28% no desmatamento da Amazônia.

Então, esse é o governo trapalhão que está aí, não é? Claro, democraticamente eleito. Com o seu filho falando em AI-5. O mesmo filho que queria ser embaixador da principal embaixada do mundo, que é a dos Estados Unidos. É a triste realidade do nosso país!

E o brasileiro... Voltando àqueles que esculhambam o Supremo Tribunal Federal, porque o Supremo, na sua maioria, por 6 a 5, entendeu que tem de se obedecer a Constituição. O Supremo não é para fazer as leis, o Supremo é para interpretar as leis. E aqueles que são contra o PT só não batem nos ministros porque não têm oportunidade. O brasileiro é interessante: faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço. Aí eu vi alguns jornalistas perguntando: “Se você por acaso cometesse – ou alguém próximo cometesse – um crime, você iria pedir aos seus advogados que exigissem que se cumprisse a Constituição e você só poderia ser condenado na terceira instância ou você pararia na segunda instância?”

Então, infelizmente, é a cultura do brasileiro. Está lá a Câmara querendo votar o que não pode. Mesmo aqueles que são contra esperar a prisão tanto tempo com bons advogados... Mas você tem de saber que temos uma Constituição, que é a Lei Maior do país. A partir do momento que se muda a Constituição ao bel-prazer, não vai dar certo, vai levar-nos a uma ditadura, o que não é nada bom para ninguém. Porque aí não poderíamos estar falando nada aqui; a imprensa não seria livre; você não faria as suas manifestações.

Então, infelizmente, o Brasil chegou nesses extremos, de um lado e de outro, o que não é bom para ninguém. A gente espera que o Congresso Nacional, na sua maioria, tenha juízo, ouça a rua e faça o que tiver de fazer. Mas a gente tem... Gostando ou não das decisões, gostando ou não do presidente Lula, que foi preso injustamente, porque lá não tinha um cheque, deputado Tiago, não tinha uma escritura, não tinha

comprovação nenhuma. Até porque o ministro atual, Sérgio Moro... O Dallagnol disse que achava que era do presidente Lula. Você não pode condenar ninguém porque acha, por achismo, e isso foi comprovado nas gravações daquele site, o *Intercept*, salvo engano.

Tanto é que no convite da presidenta Dilma – na época, ela convidou o presidente Lula para ser ministro –, o Sérgio Moro usou de tudo quanto é artimanha para dizer que a presidenta Dilma estava querendo dar foro especial ao presidente Lula para ele não ser preso. Na gravação completa, mostrava que o presidente Lula até resistiu, não queria aceitar, mas para tirar o presidente Lula da política, na época, usaram só um trecho por conveniência dos procuradores. Então, isso não é justiça! Justiça tem de ser imparcial, justiça não tem de ser parcial como foram o Dallagnol e a turma dele de Curitiba.

Ninguém aqui está querendo que não se puna. Agora, temos uma Constituição e ela tem de ser cumprida, porque se não houver a Constituição a gente desencaminha para países – graças a Deus poucos no mundo – onde a democracia não existe. Como é o caso da Venezuela, como é o caso da Coreia do Norte, como é o caso, disfarçadamente, da Rússia e por aí vai.

Então, espero que o Congresso Nacional...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) saiba ouvir as ruas e faça o que tiver de ser feito, mas obedecendo a nossa Lei Maior que é a Constituição.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Tiago Correia: Falarão pelo PSDB/PSC o deputado Prisco, pelo tempo de 5 minutos, e o deputado Tiago Correia, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): Com a palavra o deputado Soldado Prisco, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente e demais membros desta Casa, vi aqui a discussão sobre a Codevasf e o próprio deputado do PT dizendo que o governo usou instrumento de guerra.

Não sei até que ponto fica a hipocrisia e a demagogia nesta Casa. Porque o governo no mês passado utilizou a maior estrutura policial para reprimir trabalhadores na sede da Associação, em toda a Bahia. Mais de 500 policiais nessa operação para reprimir trabalhadores.

Que demagogia é essa que chega aqui em cima e fica fazendo esse discurso demagogo ao invés de falar a verdade? O próprio Partido dos Trabalhadores entrou no Supremo Tribunal Federal contra a medida coercitiva. E aqui na Bahia, na sede da Aspra, houve o sequestro de 25 pessoas, sendo nove militares e os demais civis. Foram levados para o Draco e para a Corregedoria da Polícia, parecendo a época do Dops,

como era feito na Ditadura. Essa é a pior ditadura: a ditadura da demagogia e da hipocrisia, do uso do Poder Judiciário que a gente está vendo agora ser desnudado, colocado para toda a população da Bahia ver como está acontecendo. É por isso que o PT da Bahia tem feito isso. Eles se utilizaram de uma medida que não é permitida, que eles mesmos são contrários, e sequestraram trabalhadores.

Esse mesmo partido e esse mesmo governador, que é demagogo, hipócrita, fala que quer defender trabalhadores, hoje tenta fechar uma entidade de classe. Uma associação de policiais que já deixou de pagar o salário a quase 200 trabalhadores, porque exatamente por uma recomendação de um promotor do Ministério Público, sem decisão judicial, o governador cortou o repasse da entidade. Veja a aberração a que chegou essa Bahia.

Por que o silêncio ensurdecador desta Casa com a Operação Faroeste? Agora já dá para entender o porquê, como é que o Poder Judiciário baiano funciona. Funciona dessa forma que está aí, sem decisão judicial, com o Ministério Público sendo aparelhado por este governo, fazendo esses absurdos. E nesta semana um procurador do Estado da Bahia fez uma nova petição ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, dizendo que a medida coercitiva desse governo – que não existiu, foi um sequestro – foi correta.

Que governo é esse que entra no Supremo contra e aqui diz que é favorável? Que demagogia e hipocrisia são essas? O povo da Bahia tem que saber o que este partido está fazendo. Essa lama, essa sujeira e essa podridão desse partido, desse governador que estão sendo desvendadas agora.

Espero em Deus que esses que foram presos e afastados façam delação premiada para mostrar como é que está. Eu acredito no Poder Judiciário, mas infelizmente tem pessoas lá que estão aparelhadas por este governo, estão servindo a ele para prejudicar trabalhadores.

Esta associação, a Aspra, não vai se render e se vender a vocês nem aos seus coronéis. Aqui vocês criticam a polícia, mas usam os coronéis para perseguir trabalhadores. Vamos continuar a nossa luta de cabeça erguida e esperamos em Deus que, como o Império Romano um dia caiu de tanta podridão, este governo vai cair de tanta hipocrisia e mentira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres colegas, servidores desta Casa, amigos da imprensa, pessoas que nos acompanham pela TV ALBA.

Sr. Presidente, muito pertinente esse debate que é feito nesta Casa hoje acerca da desocupação do Projeto Salitre, no município de Casa Nova e no município de Juazeiro. Vejo alguns membros do governo dizerem que é uma medida descabida, inconcebível.

Mas, Sr. Presidente, essa medida nasceu em 2012, quando o governo federal era presidido pelo presidente Lula e o estado era governado pelo governador Jaques Wagner, ambos do Partido dos Trabalhadores.

É importante frisar que aquelas famílias já estavam ocupando aquela área desde 2007, aproximadamente. Em 2012, o governo federal, através da Codevasf, moveu uma ação de despejo, de reintegração de posse, e essa ação vem tramitando na Justiça, vem rolando. Argumentei isso aqui e um membro do Partido dos Trabalhadores disse: “Mas o gestor da Codevasf, naquele momento, se não entrasse com a ação, estaria prevaricando. Ele é um servidor público”. E esse projeto, decorrente da ação desse servidor indicado pelo Partido dos Trabalhadores, depois de ter transitado em julgado, sai a determinação judicial para que se cumpra a reintegração de posse. E aí vem dizer que é uma medida descabida?

Por que essa medida não foi revertida em 2012? Por que o governo federal e o governo do estado – este, à época, sob o comando do governador Jaques Wagner – não intercederam, não procuraram encaminhar essas famílias a outra área onde elas pudessem ser assentadas? Por que não procuraram um entendimento com a própria Codevasf para que se fizesse uma permuta da área ou, quem sabe, a cessão da área para que aquelas famílias pudessem ali se estabelecer?

E hoje, depois de transitado em julgado desde 2012, o Partido dos Trabalhadores se manifesta aqui, através de uma carta, contra “a ação descabida do governo federal”. Mas essa ação nasceu no berço do governo do PT, em 2012, Sr. Presidente. Não entendo, realmente não entendo.

O que vemos hoje são mais de 700 famílias sendo despejadas dos seus lares, através de uma ação que tramitou durante diversos anos na Justiça. Não vi ninguém se manifestar. E aí vem falar aqui, hoje, que a culpa é dos produtores de frutas do Vale do São Francisco.

Ora, Sr. Presidente, o Vale do São Francisco é a terceira maior região produtora de frutas do mundo. O Vale do São Francisco produz 99% das uvas exportadas pelo Brasil e é responsável por quase 97% de toda a manga que exportamos. Gera mais de R\$ 1 bilhão por ano de riquezas ao nosso país, ao nosso estado. Gera mais de 250 mil empregos. E querem colocar a culpa dessa reintegração de posse nos produtores de frutas?! Não é justo, Sr. Presidente.

Acho que precisamos fazer um debate mais sério, precisamos estudar melhor o assunto. O que temos agora são famílias que não têm para onde ir justamente pela falta de empenho, pela falta de cuidado durante todos esses anos. E aí querem culpar um governo federal que assumiu há 11 meses e cumpriu uma decisão judicial que, como disse, nasceu em 2012, quando, à época, tanto o governo federal quanto o estadual eram do PT. Não vi ninguém se manifestar, não vi nenhum partido lutar contra essa medida ou tentar paralisar essa ação que corria na Justiça...

O Sr. Zó: Excelência, me dê uma parte.

O Sr. TIAGO CORREIA: (...) Não vi ninguém tentar intermediar, de maneira alguma.

Um aparte, deputado Zó.

O Sr. Zó: Olhe, eu até entendo a fala de V. Ex.^a, mas nós sempre nos manifestamos contra essa medida, independentemente de qualquer governo. Nós nos manifestamos e estivemos lá, inclusive durante o governo Temer, para tentar a retirada dessa ação, com o apoio de empresários do agronegócio da região.

Então discordo de V. Ex.^a. Acredito que o governo também não fez força, através da atual gestão da Codevasf, para que essa ação não fosse implementada. Mas essa é uma luta que eu e outros deputados, Marcelino, estamos travando já há algum tempo.

O Sr. TIAGO CORREIA: Reconheço, deputado Zó, que o senhor é sempre um defensor do Vale do São Francisco e de toda aquela população. Mas o que me estranha, Zó, são pessoas do Partido dos Trabalhadores se dizerem surpresos, até afirmando que foram pegos de surpresa ontem, quando essa decisão foi implementada. Tenho aqui essa decisão. Sabe quando ela saiu, deputado Zó? Dia 7 de novembro de 2009, encaminhada pela Justiça Federal para...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para concluir, Sr. Presidente.

(...) oficial ao município de Casa Nova, oficial ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) de Casa Nova, oficial à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), oficial ao Conselho Tutelar do município de Casa Nova, oficial ao comando do 9º Grupamento de Bombeiros Militar do município de Juazeiro, oficial ao comando da Polícia Militar do Estado da Bahia e oficial ao comando da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, que ocorreria essa reintegração. Isso desde o dia 7 de novembro.

Então ninguém foi pego de surpresa, não foi uma medida tomada de anteontem para ontem. E eu vejo hoje aqui vários discursos eloquentes tentando, muitas vezes, tampar o sol com a peneira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Hilton Coelho: Comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Comunicação inadiável, deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, quero registrar que na próxima sexta-feira será realizada uma audiência pública na Câmara Municipal de Salvador para discutir o nosso trem do Subúrbio, a sua permanência como grande equipamento público da cidade de Salvador, mas, potencialmente, também da Região Metropolitana, do Recôncavo e do sertão. Essa discussão decorre da proposta do governo do estado de demolição desse trem para a construção do chamado monotrilho. Na verdade, não tem nada de trilho; é um transporte sobre pneus.

Essa audiência será realizada na Câmara Municipal de Salvador, a partir das 9h. Precisamos que toda a população – não apenas aquelas centenas e centenas de pessoas que podem ter suas casas demolidas por causa dessa ação do governo de arrancar os trilhos do trem do Subúrbio – entenda que não podemos ter um transporte de massa

que passe da atual tarifa de R\$ 0,50 para R\$ 4,00. Não podemos ter um transporte de massa paralisado por 3 anos em benefício de uma empresa chinesa... Aliás, parece-me que essa empresa participa de uma situação, no mínimo, questionável.

Tivemos no nosso trem, nos últimos meses – justamente no momento em que o governo quer paralisar o seu funcionamento por 3 anos –, diversos acidentes que levaram, inclusive, à possibilidade de morte de seus usuários. É uma mensagem do “destino”, muito entre aspas, para que a população do Subúrbio renuncie ao seu direito de andar naquele trem. Isso acontece, justamente, nesse momento em que o governo quer demolir o trem para construir, como eu disse, um transporte sobre pneus.

Então, toda a cidade de Salvador precisa estar atenta para a importância de manter o nosso trem e de ampliar o seu itinerário para as diversas regiões do nosso estado. Ampliação que tem potencial, conforme estudo apresentado pela Universidade Federal da Bahia. E quero dizer que podemos ter representações, inclusive de outros estados, que vêm se articulando contra esse desmonte das ferrovias brasileiras.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que recebemos, em nosso gabinete, diversas denúncias de profissionais da área de educação. Eles vêm demonstrando que famílias estão tendo o seu direito de renovação de matrícula negado em diversas escolas da cidade de Salvador. Ou seja, mais uma vez volta aquele fantasma da negação de matrículas, com o esvaziamento das escolas e com a possibilidade de fechamento das instituições, a exemplo do Colégio Odorico Tavares. O governo tem alardeado que intenciona fechar esse tradicional colégio, que fica ali no Corredor da Vitória, assim como outros tantos da nossa cidade e do nosso estado.

Portanto, esta Casa deve estar atenta para mais uma operação de fechamento das escolas do governo Rui Costa. Precisa resistir, porque quase metade da nossa juventude está fora das escolas, Sr. Presidente, como comprovam os indicadores do IBGE.

No Brasil, temos o escandaloso número, em média, de 38 homicídios a cada 100 mil habitantes. Na Bahia, quando se segrega a situação da juventude, especialmente da juventude negra, esse número vai 120 homicídios a cada 100 mil habitantes. Num estado, volto a dizer, que tem, praticamente, metade da sua população juvenil fora das escolas. Não podemos, portanto, admitir que o governo faça essa política de fechamento dos colégios estaduais da nossa Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Concedo a palavra...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, a última questão de ordem foi encerrada às 16h20, então poderíamos solicitar outra às 16h50. Entretanto havia um orador na tribuna, e depois V. Ex.^a concedeu a palavra ao nobre deputado para uma comunicação inadiável.

Agora, tempestivamente, quero solicitar de V. Ex.^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. E o faço na forma regimental, devendo V. Ex.^a

zerar o painel, abrir o tempo regimental de 15 minutos e convocar todos os Srs. Deputados. Peço que faça uma convocação à exaustão, acionando as campainhas e solicitando que todos os deputados que estiverem presentes em qualquer ambiente da Casa compareçam ao Plenário da Assembleia Legislativa, porque há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Muito obrigado, Excelência.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, Líder Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, tenho tentado agilizar esta sessão para que as pessoas voltem para casa, tendo em vista que a cidade de Salvador está muito maltratada nessa questão das águas pluviais, por isso essa chuva de hoje causou transtornos irreparáveis para a sociedade.

Enquanto não há uma nova eleição nesta cidade para que a gente possa encontrar alguém que tenha carinho por Salvador, carinho por sua população... até porque prefeito não é para fazer festa, é para cuidar da cidade, é para dar tranquilidade ao seu povo. A população de Salvador precisa se deslocar com tranquilidade tanto na chuva quanto no sol. Que ela possa ficar em casa sem perigo de desabamento. As ruas não podem ficar alagadas, dificultando os nossos jovens de irem para a escola.

Enfim, eu estava tentando agilizar para que a gente votasse rapidamente. Mas como o deputado Targino a cada 30 minutos pede verificação de quórum, isso acaba atrasando e dificultando a minha vontade de que a gente pudesse ir para casa mais cedo.

Para agilizar isso, peço a V. Ex.^a que solicite aos deputados que venham ao plenário para atender a esta verificação de quórum para a continuidade da sessão, solicitada pelo deputado Targino.

Lembro que pretendemos votar hoje dois projetos que estão obstruindo a pauta. E também pretendemos votar as urgências para dois projetos importantes para o estado da Bahia. Um deles se refere ao novo regramento do ICMS; o outro à continuidade dos REDAs. Se continuar a limitação de 24 meses para a permanência do servidor contratado pelo REDA, muitas demissões acontecerão no Estado, especialmente na Educação. Por isso, queremos que se possa ampliar por mais 12 meses.

Então eu queria pedir a V. Ex.^a que marcasse o tempo regimental de 15 minutos e chamasse todos os deputados e deputadas. E também já os convido a virem ao plenário. E que os dois solicitantes – conforme ficou combinado com o deputado Alex Lima –, eu e o deputado Targino, sejam os primeiros a dar presença, sob pena de prejudicar a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Solicito que zerem o painel.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Srs. Deputados que estão nos seus gabinetes ou em outras dependências da Casa, temos 15 minutos para dar presença, sob pena de não termos, mais uma vez, sessão nesta semana.

O Sr. Tiago Correia: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Sr. Presidente. O deputado Tiago Correia também solicitou...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O deputado Targino também precisa dar presença, sob pena de prejudicar...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, o deputado Rosemberg, apesar de representar aqui a maioria esmagadora dos deputados, ainda não está acima do Regimento Interno. Aqui quem modifica o Regimento não é a minha palavra nem a do deputado Rosemberg. Ele quis...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: V. Ex.^a não deu presença, então não pode falar. Não pode falar sem dar presença no painel, presidente!

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a falou, e eu fiquei atento. Tenho tempo regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Se V. Ex.^a não está presente, como pode falar?

O Sr. Targino Machado: Eu tenho tempo, Excelência. Estou dizendo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Targino vai dar a presença.

O Sr. Targino Machado: Estou me reportando a V. Ex.^a para dizer que não é o deputado Rosemberg ou qualquer outro aqui que vai dizer o que devo fazer. Conheço o Regimento como poucos nesta Casa...

O Sr. Robinson Almeida Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado: (...) Para isso, eu estudo. E não há nada que me obrigue. Nenhum cidadão está obrigado a fazer – e isso está na Constituição – aquilo que a lei não determina.

O Sr. Zé Raimundo Lula: V. Ex.^a não é quantum para estar em dois lugares. Só as partículas quânticas estão em dois lugares ao mesmo tempo. Ou V. Ex.^a está presente ou não está. E a presença é registrada ali, tem de marcar.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Eu...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Robinson, só um minuto. O deputado Tiago Correia já tinha solicitado.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, só para ficar claro. Quando houve o pedido de verificação de quórum...

O Sr. Robinson Almeida Lula: Como Tiago pode falar se ele não deu presença?

O Sr. Tiago Correia: Com certeza. Estou dando aqui, agora.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Presença, Tiago. Muito bem. Presença, Sandro.

O Sr. Tiago Correia: Quando houve o pedido do deputado Targino de verificação de quórum, a sessão estava em curso. Aí o senhor zera o painel, abre os 15 minutos e os deputados que queiram têm 15 minutos para dar presença.

O Sr. Zé Raimundo Lula: E o autor da questão de ordem?

O Sr. Tiago Correia: Ele tem 15 minutos.

O Sr. Zé Raimundo Lula: E o autor?

O Sr. Tiago Correia: Quinze minutos.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Não, é pré-requisito. Para fazer a questão de ordem, o autor tem de estar presente.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Só fala quem dá presença, Sr. Presidente.

O Sr. Tiago Correia: Assunto vencido.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Só usa o microfone quem dá presença.

O Sr. Robinson Almeida Lula: E a minha questão de ordem?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Depois, deputado Robinson. Só um minuto. Temos 15 minutos.

Deputado Tiago.

O Sr. Tiago Correia: É só para ressaltar as palavras do Líder Rosemberg acerca do carinho que a cidade de Salvador precisa ter dos seus governantes. Nesse sentido, devo dizer que talvez Salvador nunca tenha tido um prefeito com tanto carinho por ela quanto o prefeito ACM Neto. Ele fez uma verdadeira revolução em nossa cidade, principalmente em sua infraestrutura, Sr. Presidente. Requalificou todos os trechos de orla, inclusive o que é de competência do governo do Estado, como a orla de Amaralina, onde as obras já foram iniciadas...

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Presidente, ele tem de dar presença para falar. Ele tem de dar presença.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já deu. O deputado Tiago já deu presença.

O Sr. Tiago Correia: Eles estão muito fervorosos, Sr. Presidente.

Eu queria que fosse acrescido, Sr. Presidente, esse tempo que eu perdi.

Mas o prefeito ACM Neto requalificou toda a orla da cidade de Salvador, requalificou toda a malha viária da cidade de Salvador. Hoje, Salvador, Sr. Presidente...

O Sr. Robinson Almeida Lula: Qual foi a obra de macrodrenagem que o prefeito fez, Tiago? A obra de macrodrenagem, cita aí.

O Sr. Tiago Correia: São 258 milímetros de chuvas, Sr. Presidente, em Salvador.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Cita aí a obra de macrodrenagem.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: O prefeito não foi avisado...

O Sr. Tiago Correia: Citarei, Dr. Robinson.

Essa quantidade de chuva que caiu hoje, 258 milímetros, Sr. Presidente, é muito mais do que estava previsto para todo o mês. Talvez os membros da base do governo quisessem que a cidade não molhasse, que a chuva fosse desviada para o Oceano Atlântico...

O Sr. Robinson Almeida Lula: Já tem quórum, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado, já tem quórum. V. Ex.^a faz a questão de ordem logo mais.

O Sr. Tiago Correia: Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PL/Avante/Podemos/PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Sr. Presidente, falarão os deputados Marquinho Viana e Robinson Almeida, cada um por 5 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Acho que V. Ex.^a pulou de novo o tempo. O último tempo foi do PSD, agora é PSL/Republicanos/MDB...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É verdade, é verdade...

O Sr. Robinson Almeida Lula: Não, Sr. Presidente, houve uma inversão...

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: O deputado Targino tem razão, porque houve uma permuta...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Targino, houve uma inversão, mas pode falar...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, agora não...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Agora não?

Sem problemas. Foi um erro, deputado Targino...

O Sr. Targino Machado: Houve uma inversão a pedido de V. Ex.^a...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., sem problemas...

O Sr. Targino Machado: E agora vão falar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 10 minutos...

O Sr. Targino Machado: (...) no horário do PSL/Republicano/MDB os deputados Sandro Régis e José de Arimateia, por 5 minutos cada um.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao deputado Sandro Régis por 5 minutos.

Desculpe, deputado Targino.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, deputado Targino Machado, nosso Líder da Oposição, escutamos discursos de deputados da Oposição, especialmente do PT, falando sobre o desastre que ocorre em Salvador devido à quantidade de chuvas que hoje recai sobre a cidade.

Mas tem aquele ditado, deputado Targino Machado, da memória seletiva. Eles se esquecem da reforma da Fonte Nova, na qual o ex-governador Jaques Wagner, hoje senador da República, gastou mundos e fundos. E a Fonte Nova nem de chuva precisou para desabar. Não foi por causa de chuva que desabou; foi por outro tipo de escoamento que a Fonte Nova desabou.

O problema é que as pessoas esquecem, deputados Targino Machado e Tiago Correia, antes de atirar pedras, que são grandes vidraças. É muito fácil vir a esta tribuna fazer discursos politiqueiros, fazer politicagem suja, esquecendo de um passado tão presente.

Antes de criticarem os danos causados por essa chuva que cai hoje – somente em 1 dia, mais do que a média do mês –, eles podiam explicar o escândalo da Fonte Nova, onde morreram famílias porque ela desabou menos de 1 mês depois de ter sido reformada.

Por que não vêm a esta tribuna para explicar? Aí ninguém fala. Aí é tido como normalidade. Mas é muito fácil jogar pedra. Jogar pedra foi o que Judas fez com Jesus Cristo. Jogar pedra, deputado Targino, é fácil demais. Agora, olhar para o passado, relembrar, trazer discussões para esta Casa, aí se torna uma memória altamente seletiva.

Em vez de se fazer esse discurso acusatório, em vez de se fazer essa grande politicagem, os deputados do PT poderiam buscar uma forma de ajudar Salvador neste momento. Nenhum dos deputados de oposição usa esta tribuna para agredir, para xingar, para fazer discursos politiqueiros. Conteúdos para isso nós temos de sobra; assuntos para terminar esta legislatura e a próxima.

Nós temos procurado, sob V. Ex.^a, fazer uma oposição certa, correta. Muitas vezes, nos temas para o bem da Bahia e dos baianos, a Oposição tem sido firme...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com os seus ideais. Mas, se for para baixar o nível, nós topamos também. Se for para baixar o nível, estamos aqui para baixar. Aí nós vamos ver quem vai ganhar esse debate.

Deputado Adolfo Menezes, V. Ex.^a lembra do desastre da Fonte Nova. Menos de 1 mês depois de inaugurada, houve aquela tragédia que ceifou várias famílias...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Aí não existe memória nem existe discurso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para fazer um chamamento à força política que está representada nesta Casa pelos deputados estaduais votados em Itabuna, como também faço esse chamamento aos deputados federais votados lá. Mais uma vez, eu gostaria de chamar a atenção dos senhores para esse tema.

Hoje mesmo eu recebi um vídeo de vários secretários de Saúde dos municípios próximos de Itabuna, no qual eles informam que não estão recebendo atendimento – são mais de 70 cidades pactuadas com Itabuna. Pois bem, os próprios secretários estão dizendo que os pacientes encaminhados para os hospitais de Itabuna não estão sendo atendidos. Sem contar esse último episódio, quando uma criança faleceu por falta de atendimento.

Eu e o deputado Rosemberg fomos, entre os eleitos, os mais votados naquela região. Eu já fiz a minha parte e continuo fazendo. Mas os demais deputados... estou aqui com a relação: Marcell Moraes; Osni, que teve 1.247 votos lá; Capitão Alden;

Samuel Junior; Maria del Carmen; Soldado Prisco; Pastor Tom. Enfim, quando estou falando isso aqui, Srs. Deputados, é porque não acredito que não estejam sabendo disso. Ou então não chegou ao conhecimento de vocês essa situação da saúde de Itabuna, que é grave.

Não podemos ficar só no discurso, Sr. Presidente, temos de agir. Já conversei com o secretário, levei uma pessoa técnica para mostrar que a situação da saúde de Itabuna é um problema de gestão, que precisa ser resolvido.

Se não tiver a força política dos deputados federais... somente o deputado federal Márcio Marinho está empenhado para ajudar a resolver o problema. Os demais, principalmente os da Base de Governo, como Josias Gomes, Alice Portugal, Ronaldo Carletto, Jorge Solla, todos eles bem votados em Itabuna...

Hoje, Salvador está pedindo socorro por causa dessas chuvas que estão caindo, mais de 200 milímetros. Mas temos de destacar que na cidade de Itabuna já foram trocados, durante 2 anos, seis secretários municipais de Saúde. Isso não é normal. A população tem o direito de cobrar. Será que esses deputados também não estão recebendo essa cobrança? Estou recebendo. A população está pedindo socorro. Quando esses deputados vão acordar para lutar e defender essa causa? Estamos em um momento difícil para a saúde pública de Itabuna.

Sr. Presidente, venho aqui mais uma vez alertar os Srs. Deputados para que não fiquem com os ouvidos tapados e com olhos vendados, sem perceberem a situação da saúde pública de Itabuna.

Para concluir, Sr. Presidente, informo que estaremos recebendo na Comissão de Meio Ambiente, amanhã, como presidente, a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador. E aqui quero parabenizar o prefeito ACM Neto, que vai fazer o que o governo do estado ainda não fez: a implantação de um hospital público veterinário para atender a mais de 400 mil cachorros que existem aqui na Região Metropolitana de Salvador. Estaremos apresentando amanhã, às 10h, aqui nesta Casa. Os Srs. Deputados estão convidados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PL/Avante/Podemos...

Falarão os deputados Marquinho e Robinson, por 5 minutos cada.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr. Presidente, caros amigos deputados, colegas, antes de mais nada, quero parabenizar a deputada Ivana Bastos por sua eleição para a presidência da Unale. Foi um bonito encontro dessa entidade, no qual se discutiu a humanização das leis.

Mas, Sr. Presidente, venho hoje a esta tribuna, para parabenizar, mais uma vez, o secretário da Agricultura – os dois: Josias e o outro da Agricultura, da Seagri – por realizar mais uma Fenagro. E em mais um ano sou surpreendido, o terceiro ano seguido:

a minha querida Barra da Estiva, que me projetou para estar onde estou hoje, aqui, não participa há três anos.

Foi iniciado um processo de fortalecimento da agricultura familiar em nosso município, do ano de 2005 até 2016, com grande êxito. Lá nós saímos com um café que produzíamos: o pior café da Bahia, e fomos certificados várias vezes já como o melhor café da Bahia nesse período. Foi introduzida a produção do morango, que hoje é um sucesso no município. Hoje, entram quase R\$ 200 mil por dia de morango no município, além de citros por causa da laranja poncã, do maracujá, e o café, que é a mola mestra do nosso município.

E este prefeito que aí está hoje, que o povo colocou democraticamente, não se importa com aquele município, que é um município que tem grande renda e seu povo, a cada dia, melhora a sua qualidade de vida. O exemplo disso são os bancos que se instalaram lá. Hoje, numa cidade de quase 25 mil habitantes, nós temos quatro agências bancárias: o Banco do Brasil; o Banco do Nordeste, que financia, os dois financiam muito a agricultura; a Caixa Econômica; e o Bradesco.

Então, o município, no período de 2005 a 2016, se desenvolveu e muito. É um município próspero. E, naquela região, nós somos o município que gera mais empregos e renda, incluindo também a nossa vizinha Ibicoara, que, hoje, produz também, o carro chefe é a batata e agora está iniciando com o vinho.

Então, eu quero dizer aqui a todos vocês que o povo, às vezes, em um único ano, erra e paga por esse erro por quatro anos. É o exemplo da nossa querida Barra da Estiva. Eu dei a entrevista ao *Bocão News*, e lá o meu nome era ventilado para ser um dos pré-candidatos a prefeito. Mas eu tenho um compromisso com a minha região. Como sou o deputado mais votado da Chapada Diamantina e um dos daquela região ali do Sudoeste, não posso decepcionar as pessoas que me reelegeram com uma votação expressiva naquela região. Então, será um dos pré-candidatos novamente dona Lúcia, que foi quem iniciou todo esse processo, a partir de 2005. Ela será novamente uma das pré-candidatas, e vamos lançar o nome para que a população escolha e assim não errar novamente, como foi feito com esse atual prefeito do município.

Então, nobre presidente, eu queria aqui, antes de encerrar, também rebater aqui uma crítica feita pelo presidente da UPB e prefeito de Bom Jesus da Lapa, Eures Ribeiro, criticando a Embasa, dizendo que a Embasa está falida. Olha, eu discordo das palavras do presidente da UPB, porque o município de Bom Jesus da Lapa... a Embasa não opera no município, lá é o SAAE. E o rio passa do lado da cidade. E a cidade falta água o tempo todo! Então, demonstra que o SAAE naquele município está com má gestão.

Eu queria só lembrar, aqui, um pouco...

(O Sr. Presidente faz soar às campanhas.)

(...) os investimentos que a Embasa vem fazendo na região toda em que eu sou votado: a exemplo do município de Aracatu, investimento de mais de 6 milhões; o município de Rio de Contas, 7,4 milhões; o município de Ibicoara, já investiu quase 8 milhões no distrito de Cascavel e semana que vem será dado ordem de serviço de mais 2 milhões para concluir a obra de um distrito que é maior do que a sede;...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o município de Iramaia está tendo investimento na sede e, mais, se preparando para fazer um investimento de quase R\$ 6 milhões.

Então, os municípios que procuram, que são administrados pela Embasa, têm, realmente, feito o seu dever de casa com o exemplo também do município de Livramento de Nossa Senhora.

Então, para concluir, nobre presidente, o município de Livramento pode ter investimento, no distrito de Iguatemi, da ordem de quase R\$ 10 milhões, sem falar na ampliação da sede, então, eu queria só deixar registrado nos Anais desta Casa que eu discordo do que falou o presidente da UPB e prefeito de Bom Jesus da Lapa,...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. MARQUINHO VIANA: (...) ele tem que cuidar primeiro da casa dele que é administrada pelo SAAE e o rio corre do lado e metade da cidade está sem água.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o deputado Robinson.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, hoje, eu venho também, aqui, me posicionar em relação à Medida Provisória nº 905, editada pelo governo federal.

Esse governo Bolsonaro bate recordes em ataques aos direitos dos trabalhadores e perseguição de todas as entidades que representam o segmento do trabalho.

Reparem que absurdo o que contem a Medida Provisória nº 905: primeiro, ela acaba com a obrigatoriedade do registro profissional para 14 categorias, entre elas, deputado Euclides, radialista e jornalista, não precisam mais de registro profissional; segundo, ela também permite que os jornalistas tenham elevada a sua carga de trabalho de cinco para sete horas se fizer um acordo com o patrão, informal, que o senhor sabe como é o acordo, é uma imposição, ou aceita ou será demitido. Além disso, a medida provisória institui um contrato de trabalho para jovens de 18 a 29 anos com redução de FGTS, férias, multa rescisória e outros benefícios; também enfraquece a fiscalização e punição às infrações trabalhistas; reduz ações de segurança e saúde e impõe mecanismos para diminuir o poder de ação dos sindicatos.

É inaceitável essa medida provisória e o movimento sindical reunido, na última segunda-feira, no Sindicato dos Bancários, me solicitou e eu já requeri a realização de uma audiência pública aqui na Assembleia, deputada Olívia, para tratarmos dessa questão junto à bancada federal e aos senadores, é uma medida provisória que tem o mesmo sentido da reforma trabalhista, que tem o mesmo sentido do processo de terceirização que é acabar, definitivamente, com qualquer defesa do mundo do trabalho, dos direitos dos trabalhadores no Brasil.

Então, aqui, o meu repúdio a essa medida, e ela vem, na sequência, com uma confissão do ministro da Economia, do incompetente ministro da Economia, Paulo Guedes, que na sua gestão vai levar o troféu do dólar ter alcançado o maior valor da

história, deputado Targino, R\$ 4,26, que disseram falsamente aos brasileiros que quando aprovasse a reforma da Previdência, o dólar ia baixar a R\$ 3,00 e o Brasil ia voltar a gerar emprego e desenvolvimento.

Mentira pura, mais uma mentira. Ele sabe que o caldeirão está aí fervilhando, pronto para explodir, e ele repete a asneira produzida pelo filho do presidente, que é a ameaça do AI-5. O Paulo Guedes, da Economia, afirmou aos repórteres que não se assustem se alguém pedir o AI-5 diante da reação popular ao desmonte que eles estão fazendo no Brasil, à semelhança do que ocorre no Chile, à semelhança do que ocorre no Equador e em outros países que resistem a esse neoliberalismo na América Latina.

Por isso, nós temos que aqui reiterar o nosso compromisso com a democracia, dizer que essa atitude é digna de uma censura pública. Infelizmente eles acabaram com a Comissão de Ética Pública, da presidência, porque esse ministro tinha que receber uma censura pública. Assim como o Conselho de Ética da Câmara Federal está instalando processo contra o deputado Eduardo Bolsonaro, que também falou essa sandice e essa asneira, atentando contra o Estado democrático de direito.

E aqui eu quero prestar, mais uma vez, solidariedade ao povo de Salvador, povo batalhador, guerreiro, sofrido. Hoje é um transtorno enorme para sair de casa para trabalhar. Infelizmente o prefeito de Salvador escolhe outras prioridades, organizou um Réveillon de uma semana, gastando milhões com artistas nacionais e internacionais, em vez de reduzir o tamanho da festa e fazer investimentos em obras de macrodrenagem na cidade.

Essa não é a prioridade, assim como não foi a prioridade ele botar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) 2,8 milhões para ONG presidida por sua mãe, e não pela saúde. Eu fiz a denúncia na época, e estou reiterando aqui que a prioridade dos investimentos públicos em Salvador devem ser outros.

E aqui é uma crítica política. Eu não estou dizendo que há desvio em investir no Réveillon. Eu estou dizendo que esse dinheiro que, ao invés de ir nessa intensidade, nesse tamanho de duração de festa, deveria cuidar da nossa cidade, das nossas ruas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o setor mais carente que precisa de investimento em obras de macrodrenagem. Fica a lição aí, prefeito.

No ano que vem vai ter chuva de novo, e eu estou cobrando desde já, para o senhor ficar em estado de alerta.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Euclides Fernandes, e por 6 minutos o deputado Roberto Carlos. Cinco minutos e meio o deputado Euclides Fernandes... 6 minutos, Euclides; por 5 minutos, Roberto Carlos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 6 minutos o deputado Euclides. Pode marcar.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Sr. Presidente, grande líder político da região de Campo Formoso, Senhor do Bonfim, Srs. Deputados, gostaria de me expressar de maneira divergente ao antigo pronunciamento do nobre deputado Marquinho Viana.

Ele subiu a esta tribuna para tecer elogios à ação da Embasa. Eu gostaria de dizer que na minha região é totalmente diferente. A ação da Embasa é altamente precária, o abastecimento de água é péssimo, as famílias dos bairros pobres, principalmente, vivem a lamentar a falta de água.

Então, meu caro deputado Marquinhos, só se na sua região a Embasa tem outra postura na ação de trabalho, mas na nossa região, realmente, é uma infelicidade. Ainda tem mais. Próximo a Jequié nós temos o município de Lafaiete Coutinho, a terra do deputado Zé Cocá, Maracás, Itiruçu, Planaltino, Irajuba que há anos sofrem com a problemática do abastecimento de água e a Embasa sempre prometendo e trazia água do Paraguaçu para resolver definitivamente problema de abastecimento de água em mais de cinco comunidades ali daquela região...

O Sr. Marquinhos: Lá está faltando deputado de prestígio.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: V. Ex.^a peça um aparte. Fica mais ético.

O Sr. Marquinhos: Está faltando deputado lá.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: V. Ex.^a peça um aparte, porque fica mais ético.

Então, Sr. Presidente, eu quero vir aqui trazer essa divergência, evidentemente, porque a situação do serviço do serviço da Embasa na minha região é lamentável sobre todos os aspectos e também, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o sofrimento das filarmônicas da nossa Bahia, mais de 184 filarmônicas que existem na Bahia que são equipamentos importantes para a inclusão social, acima de tudo, e infelizmente a Secretaria de Cultura, a quem tem mais a responsabilidade de trazer a sustentabilidade às filarmônicas do nosso estado, principalmente, do interior não tem se preocupado, não tem levado aquele apoio necessário para que essas filarmônicas, que exercem um excelente papel nas comunidades do interior do estado, e, principalmente, por ser presença constante nos eventos da sociedade, está aí passando por alta necessidade.

Recentemente, foi o Dia do Músico e o que nós tivemos foi um grupo de líderes, maestros de bandas fazendo um protesto a respeito da falta de sustentabilidade pelo poder público do estado, para atender as necessidades das bandas das filarmônicas no interior do estado.

E elas são muito importantes, elas precisam de recursos, recursos para comprar instrumentos, recursos para comprar fardamento, recursos para cuidar das sedes, e infelizmente, até hoje, neste ano não foi liberado um centavo para atender às necessidades das bandas, as filarmônicas, principalmente do interior do estado.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria também de colocar, Sr. Presidente, a nossa satisfação. Nós temos um embate político em 2020. Nós temos duas configurações: a

configuração histórica do grupamento político, que vem do saudoso senador, Antônio Carlos Magalhães, hoje na liderança do nosso prefeito de Salvador, ACM Neto.

Do outro lado, nós temos o nosso governador Rui Costa, que tem tido um excelente desempenho à frente do governo do estado, tanto que foi reeleito com mais de 72% dos votos dos eleitores do estado da Bahia. Nas várias pesquisas agora ele é visto com aceitabilidade e o aplauso do cidadão baiano neste segundo mandato.

(O Sr. Presidente faz soar às campainhas)

Me cede mais uns minutos, Roberto Carlos? Um só, Excelência.

Então, eu quero registrar, com a aquiescência do nobre deputado do PDT, Roberto Carlos, o que eu quero acrescentar, Sr. Presidente, é que nós vamos ter esse embate em 2020 que é uma preparação para 2022. Esse embate...

(O Sr. Presidente faz soar às campainhas)

Excelência! Roberto Carlos me cedeu o tempo dele, com a alegria e a satisfação desse deputado.

Então nós vamos ter esse embate. No interior do estado já começam essa construção, PP e PSD na guerra, na labuta para trazerem mais prefeitos e candidatos a prefeitos. É uma luta dos dois partidos, um comandado pelo vice-governador, João Leão, o outro pelo senador Otto Alencar.

Essa luta no interior, a preparação, a configuração para 2022, quem vai chegar em 2022 com musculatura mais forte para a eleição estadual de 2022. E aqui em Salvador, Sr. Presidente, Adolfo Menezes, nós temos um embate do nosso governador Rui Costa e o prefeito ACM Neto.

O Rui Costa transformou-se em governador da Bahia e prefeito de Salvador, porque o trabalho dele é grandioso, o trabalho nas encostas, na mobilidade, na área de saúde. Hoje ele é muito querido aqui na cidade de Salvador. Já o prefeito ACM Neto, Sr. Presidente, o prefeito ACM Neto, não podemos negar que ele está fazendo uma excelente gestão. Não se pode negar de absoluto, de que ele tem cuidado, ele tem, realmente, cuidado das encostas, tem cuidado da mobilidade do cidadão aqui em Salvador e também tem se preocupado com o desenvolvimento econômico do município.

Agora mesmo, uma importante obra, um importante equipamento, meu caro José Raimundo, grande deputado de Vitória da Conquista, o equipamento do Centro de Convenções, que ele está já concluindo para entregar ainda esse ano à população baiana, é um equipamento que vai incentivar, que vai apoiar o turismo que representa o desenvolvimento econômico social do estado da Bahia.

Então nós temos esse embate, esse embate em 2020 vai se preparar para 2022.

Eu estou aqui sendo insistente, pedindo para poder concluir, porque o meu tempo acabou, mas eu ainda quero registrar, Sr. Presidente, a minha alegria, porque a Base do Governo já está com duas candidaturas à Prefeitura de Salvador. A Base do governador Rui Costa, o critério dele é levar, na minha leitura, ao segundo turno, mais de uma candidatura. E já está posta aqui a candidatura de Olívia Santana, guerreira, uma pessoa que tem mostrado disposição, força de vontade para esse enfrentamento em 2020.

E a outra candidatura, meu caro presidente Adolfo, querido presidente Adolfo Menezes, é a candidatura de João Bacelar, lançada lá no Centro de Cultura da Câmara de Vereadores de Salvador, do Partido Podemos. João Bacelar é integrado totalmente à cidade de Salvador, a sua história, o seu currículo de vida, de trabalho e de política na cidade de Salvador.

Foi vereador aqui deste município, secretário da Educação, deputado estadual, deputado federal, nas eleições dele de deputado estadual e de federal foi maciça a votação que ele teve aqui na cidade de Salvador...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Ele é um excelente candidato como é também a nobre deputada Olívia Santana do PCdoB, integrada totalmente à vida de Salvador.

Então os partidos da Base do governador Rui Costa estão muito bem estruturados, com excelentes candidatos, candidatos que vivem em Salvador, que constroem Salvador. Do outro lado, nós temos....

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes): Deputado Euclides...

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: (...) o prefeito ACM Neto que não quer várias candidaturas, ele quer a unidade. Ele quer lançar um só candidato para tentar vencer a eleição no primeiro turno.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Excelência, eu vou atender a V. Ex.^a, porque V. Ex.^a é muito gentil e eu não quero atrapalhar a sua presidência, o exercício da presidência de V. Ex.^a. Portanto, eu vou me retirar.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Depois do Grande Expediente, por 5 minutos, o deputado Roberto Carlos.

Pela ordem, por 1 minuto, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Ainda falta a fala do deputado...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Excelência...

O Sr. Targino Machado: Não, não. Eu vou postergar a minha questão de ordem para logo após a fala do deputado Roberto Carlos. Mas não posso resistir ao ímpeto de agradecer ao nobre deputado que acabou de descer da tribuna o grande papel que ele nos prestou aqui à Oposição numa inominada obstrução.

Muito obrigado, deputado Euclides Fernandes.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Roberto Carlos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROBERTO CARLOS: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Roberto Carlos, chegou agora aqui um requerimento para prorrogar a sessão por mais 300 minutos. Os Srs. Deputados, que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Pelo tempo de 5 minutos, o deputado Roberto Carlos.

O Sr. ROBERTO CARLOS: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, povo que prestigia esta Casa, imprensa, o deputado Euclides Fernandes falou da alegria, da satisfação que ele está tendo nesses últimos dias, e eu faço o inverso, Sr. Presidente. Falo da minha indignação que sofri nesta segunda-feira contra a insensibilidade do governo federal, agindo de maneira truculenta, arrogante, contra os trabalhadores da fruticultura irrigada de Juazeiro e Casa Nova. Mandaram, Sr. Presidente, a Polícia Federal, a Codevasf, destruir muitos sonhos, destruir todos os bens de mais de mil produtores que trabalham com dignidade, deputado Jurandy Oliveira. Muitos sonhos sonhados para sustentar a sua família. Muitos sonhos sonhados pela luta do trabalho, das suas mãos cheias de calo, do suor, do calor da região do Vale do São Francisco para trabalhar com dignidade para sustentar a sua família.

A minha consciência me impõe, Sr. Presidente, de não aceitar a maneira que o governo federal adotou para a retirada de mais de 100 trabalhadores que não estão ali, Sr. Presidente, por uma opção, estão ali porque o governo federal não fez políticas de desenvolvimento do trabalho. Hoje nós estamos aí beirando a casa de 14 milhões de brasileiros desempregados, e o governo federal acha que isso é pouco! E aí faz questão, Sr. Presidente, de desabrigar mais de mil trabalhadores, que com o seu trabalho, com o seu suor, sustentam a sua família. E a alegação: reintegração de posse.

Ora, Sr. Presidente, a área em discussão é pública! A área em discussão, Sr. Presidente, não estava nem sequer, deputado Jurandy Oliveira, cercada com uma mínima infraestrutura, era uma área bruta, uma área onde aqueles trabalhadores fizeram uma ocupação, não são invasores, fizeram uma ocupação digna para trabalhar e sustentar o seu pão de cada dia.

O vereador Alex, de Santana do Sobrado, me disse: “Deputado Roberto Carlos, o chororô daquele povo que estava trabalhando, principalmente em Santana do Sobrado, foi grande”. Também, da mesma forma, o vereador Charles Leal, de Juazeiro, me disse que do lado de Juazeiro foi a mesma coisa. Porque, Sr. Presidente, não é fácil você vê alguém que deveria zelar pela população, alguém que deveria fazer políticas públicas para a geração de emprego, e esta pessoa vira, literalmente contrária, e destrói os espaços de mais de mil pessoas. São mil produtores que estão produzindo a sua fruticultura nas regiões de Juazeiro e Casa Nova para garantir o seu sustento e o sustento da sua família.

Por isso, Sr. Presidente, a minha indignação é contra o governo federal, e aqui, eu peço aos deputados ligados ao governo federal que façam essa intermediação, mostrando ao governo federal, ao presidente Bolsonaro, que nós estamos em pleno século XXI e não houve nenhuma discussão com os produtores. Não foi aberto nenhum diálogo para discutir com eles a permanência ou não ali naquela localidade. E aí, Sr. Presidente, o presidente Bolsonaro, com toda a sua arrogância, sem conhecer de perto

os problemas daqueles produtores, mandou a Polícia Federal e a Codevasf destruir todos os seus bens. São mais de quatro mil pessoas agora sem empregos e estão sem poder sustentar suas famílias. E agora, o que farão?

Por isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer esse registro e cobrar inclusive desta Casa um posicionamento, o Ministério Público Federal também deveria se posicionar, a Defensoria Pública da União deveria se posicionar, para que possamos, realmente, ajudar esses mil produtores do Vale do São Francisco.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

Não há orador?

São 11 minutos para o DEM.

O Sr. Targino Machado: Falarei, Sr. Presidente, pelos 11 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pelos 11 minutos o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

Antes, porém, conforme o combinado com V. Ex.^a, respeitando a fala do nobre deputado Roberto Carlos na tribuna, eu quero agora neste momento, fazer uma questão de ordem solicitando de V. Ex.^a que faça a verificação de quórum para continuidade da presente sessão e que o faça na forma regimental.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Rosemberg, questão de ordem, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não tem os 15 minutos, tem?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já tem 30 minutos, deputado?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não. Ainda não tem 30 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu não marquei, mas chama logo. Nós temos número para continuar a sessão. Chama os deputados, Rosemberg.

Marque o tempo de 15 minutos.

Srs. Deputados, mais uma vez existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Os Srs. Deputados, que se encontram nas dependências desta Casa, 15 minutos...

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Questão de ordem, Sr. Presidente, nesse tempo.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Eu também quero questão de ordem nesse tempo aí, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já solicitou os 15 minutos.

Srs. Deputados, solicito a presença de todos, temos apenas o tempo do DEM e o tempo do Líder da Maioria para iniciarmos a votação.

Solicito a presença de todos no Plenário desta Casa.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Sr. Presidente, eu estava até inscrito para falar sobre esse assunto que ocorreu, essa tragédia cívica e social na região do São Francisco, que abrange os municípios de Casa Nova e Juazeiro, especificamente, mas não vai ser possível, já que nós vamos praticamente para o encerramento da sessão. Mas eu queria dizer que o que aconteceu mostra a total insensibilidade do governo federal em relação à situação social por que passa o nosso país.

E quando eu coloco isso, Sr. Presidente, eu não quero aqui de forma alguma deixar de separar os três Poderes e responsabilizar principalmente a ação judicial que vai fazer com que mais de mil famílias naquela região percam o seu sustento em um país que neste momento já bate uma taxa de desemprego alarmante e onde não se mostra inclusive nenhuma perspectiva de superação da grave crise que se avizinha.

E a verdade, Sr. Presidente, é que nós, que conhecemos a região e sabemos da importância dos projetos Nilo Coelho e do Vale do Salitre na região, sabemos que esses empreendimentos trazem um resultado econômico para aquela região bastante significativo.

Mas é verdade também que os perímetros irrigados, eles não foram capazes de trabalhar qualquer equilíbrio social de maior significado na região. Sendo necessário, portanto, a ação dos movimentos sociais. Por isso quero aqui lamentar, rejeitar e repudiar essa tão grave atitude também.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 11 minutos, o deputado líder Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Funcionários, senhores da imprensa, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, vários oradores na tarde de hoje vieram trazer comentários a esta Assembleia, mas nenhum com a lucidez do deputado Euclides Fernandes.

Assim é que se faz verdadeiramente política aliada à verdade, sem tergiversar, doa em quem doer. Este é o grande deputado Euclides Fernandes, que...

O Sr. Euclides Fernandes (Fora do microfone): Obrigado.

O Sr. TARGINO MACHADO: (...) tem a coragem cívica de ocupar esta tribuna e raras vezes, decano deste Parlamento, deputado Jurandy Oliveira, raras vezes eu pude assistir, e V. Ex.^a também. Embora não estou aqui a comparar a minha experiência com a experiência de V. Ex.^a, deputado Jurandy, porque nesse quesito eu perco e muito para V. Ex.^a.

Mas momento de rara felicidade aqui hoje. O Procon tem... Deputado Euclides, não dê trela à conversa do deputado Marquinho Viana, porque ele e V. Ex.^a são como a água e o óleo. Veio a esta tribuna, o deputado Marquinho Viana, e fez um discurso, que eu peço licença a V. Ex.^a por não ter grandes recursos vernaculares para trazer a nomenclatura ao discurso de V. Ex.^a, para rotular o discurso de V. Ex.^a como um

discurso puxa-saco da Embasa, porque o Procon já está chato de receber queixas da Embasa.

Não é nos distantes rincões desta Bahia que está faltando a presença da Embasa. Que se abram as torneiras e deixem jorrar o líquido precioso, não só precioso, porque é importante para a vida, mas precioso pelo quanto ele custa ao consumidor.

E, chegando água, jorrando água ou não jorrando, deputado Euclides – e aqui eu quero concordar com V. Ex.^a –, a Embasa fatura, mas o consumidor fica duplamente no prejuízo: o prejuízo financeiro e o prejuízo da falta de um bem tão importante quanto a água. A água é vida!

E V. Ex.^a, deputado Euclides, vem a esta tribuna com a envergadura política e a estatura pessoal de V. Ex.^a – mesmo pertencendo à base do governo Rui Costa, que é o responsável pelo funcionamento, pelo bom funcionamento da Embasa e não consegue fazê-lo –, vem V. Ex.^a e, de forma ativa, responsável e de forma, até eu diria, intransigente em defesa do interesse da Bahia e dos baianos, e coloca a sua opinião de que a Embasa, se fechar, as pessoas não vão sentir falta, porque ela não faz jorrar água. A água vai continuar jorrando independentemente da Embasa ou não. Porque o povo vai procurar um meio mais barato de adquirir água, porque a água está cara.

E observem a estatura pessoal e política desse íntegro deputado Euclides Fernandes: vem aqui, deputado Paulo Câmara, depois de alguns deputados, da Base governista também, de forma abjeta, de forma transversa, oblíqua, puxarem o saco do governo, falarem mal do melhor prefeito das capitais do Brasil, prefeito ACM Neto. V. Ex.^{as} que assim o fizeram estão na contramão do que pensam os soteropolitanos.

E eu não vou aqui elencar as obras feitas pelo prefeito ACM Neto. Porque é uma tarefa que os anos de existência... Já passei dos 60 anos e a memória já não me favorece, deputada Maria del Carmen. Eu só lembro daquilo que não foi citado aqui. Aquilo que não foi citado. Foi citado aqui que as chuvas que se abatem sobre Salvador provocaram dano. É natural. E essa não foi a primeira e não será a última vez. Eu me lembro que o principal desastre provocado pelas chuvas aqui em Salvador foi no governo da prefeita Lídice da Mata, que foi nossa colega deputada, lá no Largo do Retiro, com a morte de tantas e tantas pessoas.

(Intervenção fora do microfone.)

É o que eu me lembro, Excelência. É o que eu me lembro. Esse me lembro.

(Intervenção fora do microfone.)

Foi sim. A nossa ex-colega deputada Lídice da Mata, a quem eu tenho muito apreço e não estou aqui a criticá-la. Estou dizendo que não foi a primeira e não será a última vez que vai cair sobre a cidade do Salvador uma chuva desse porte.

Mas, mesmo assim, V. Ex.^a teve a estatura, teve a coragem moral de vir aqui e elogiar a administração do prefeito de Salvador, ACM Neto. Parabéns a V. Ex.^a, deputado Euclides Fernandes. Continue perseguindo esse rastro da dignidade. Continue caminhando nesta pegada, fazendo da verdade compromisso inarredável de V. Ex.^a.

Mas quero passar para outro assunto. Alguns deputados aqui vieram para falar de um outro desastre, o desastre que aconteceu no dia de ontem nas cidades de Juazeiro e Casa Nova. Falamos deste assunto, eu e o deputado Tiago Correia – não concordando, deputado Roberto Carlos, com o que aconteceu –, falei desse assunto para trazer à memória, para corrigir e trazer a memória histórica de que o grande responsável por essa desocupação truculenta no dia de ontem não foi sequer a Justiça, que ordenou. Foi a Codevasf, que no ano de 2012 entrou, aflorou, deu entrada no remédio jurídico muito amargo contra aquelas centenas de trabalhadores que ali, como disse V. Ex.^a, deputado Roberto Carlos, não fizeram invasão e sim ocupação. E uma ocupação produtiva daquela área.

Tenho que concordar com V. Ex.^a, mas foi a Codevasf, em 2012, no governo de Lula, com Jaques Wagner governador da Bahia, que deu início a essa ação truculenta que culminou, no dia de ontem, com uma ordem judicial que havia de ser cumprida, porque ordem judicial é para ser cumprida. Além disso, o deputado Marcelino Galo trouxe a sua indignação e de igual modo também o deputado Zó trouxe aqui a sua indignação com o que aconteceu.

E quero dizer, deputado Roberto Carlos, aos Srs. e Sr.^{as} Deputadas, que de igual modo trago a minha indignação, porque é uma questão de humanidade. Ninguém pode ficar feliz com o que está acontecendo em Salvador no dia de hoje e vir para aqui atribuir a uma pessoa, a um político o desastre que está acontecendo, como eu vi aqui hoje.

Agora, não vi ainda nenhum dos Srs. Deputados atribuir a ninguém o desastre que aconteceu, não pelas mãos do Pai Celestial, que permitiu que caísse de forma concentrada essa chuva sobre Salvador. Mas ninguém ainda procurou fazer o diagnóstico de quais foram as mãos que trouxeram o desastre que culminou no grande desastre econômico da Bahia, que foi a queda do Centro de Convenções da Bahia. Mas nós temos o melhor governador da Bahia, que está corrigindo isso e fazendo... Eu passo ali todos os dias com o coração em regozijo, por ver esse jovem prefeito de Salvador, dono do maior ativo político que essa terra hospeda, apesar da sua pouca idade de 40 anos, fazendo essa grande obra que dá orgulho e deixa para a Bahia um grande legado.

Parabéns, prefeito ACM Neto!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre Líder do governo ou da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Marquinho Viana: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Marquinho Viana.

O Sr. Marquinho Viana: A questão de ordem aqui, nobre presidente, fui citado pelo discurso do nosso grande líder da Oposição, dizer o seguinte...

O Sr. Targino Machado: Se me pede um aparte, eu teria concedido a V. Ex.^a.

O Sr. Marquinho Viana: É muito fácil estar na oposição e todos os dias vir aqui na tribuna e criticar só o que está errado. É muito fácil fazer isso. Difícil mesmo é ir para cima, ver as dificuldades, o que o povo precisa, ver onde o povo está passando sede. Quero aqui dar o meu testemunho, nobre líder, que na minha região a Embasa tem feito investimentos. A exemplo: resolveu o problema de Brumado, que é uma cidade grande; resolveu o problema de Aracatu, uma cidade que represento; está resolvendo o problema de Rio de Contas, um investimento de quase R\$ 7,8 milhões, de...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., Marquinho.

O Sr. Marquinho Viana: (...) um município...

Já concluindo. Então, nobre presidente, nobre líder, é muito fácil vir aqui e criticar. É claro que nem o governador Rui Costa nem a Embasa vão resolver todos os problemas, mas faz um esforço tremendo, porque tem apenas 25 municípios que dão a capacidade de investimento e em mais de 300 apenas se troca moeda! Mas isso é um papel muito bom, que é o papel social da Embasa. Faz muito bem...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Marquinho.

O Sr. Marquinho Viana: Então, por isso eu elogiei aqui a Embasa nesse...

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem, Excelência.

O Sr. Marquinho Viana: (...) meu discurso.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falará...

O Sr. Targino Machado: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, é bom ver este Plenário funcionando, é bom ver o exercício pleno das ideias, do contraditório, a convivência em harmonia dos contrários. É o caso do deputado Marquinho Viana e do deputado Euclides Fernandes, que pensam, nesse quesito, de forma diferente, não é? Sentados, ladeados aí.

Mas eu quero dizer, quero parabenizar o deputado Marquinho Viana pelo prestígio que V. Ex.^a tem junto ao governo. Eu recomendaria a V. Ex.^a que se fizesse presente mais na região lá de Jequié e no entorno de Jequié, porque a presença de V. Ex.^a talvez levasse prestígio aos mandatos do deputado Euclides e do deputado Zé Cocá, não é? Porque, por mais que se esforcem, eles não têm tido o prestígio para alcançar essa eficácia e eficiência dessa empresa, que está sendo colocada...

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Questão de ordem, presidente. Questão de ordem!

O Sr. Targino Machado: (...) que está sendo colocada à venda pelo governo do estado.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: A sessão já acabou, presidente! Acaba 18h.

O Sr. Targino Machado: Foi prorrogada.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: A sessão foi prorrogada por 300 minutos.

O Sr. Targino Machado: Foi prorrogada!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Foi prorrogada oficialmente, deputado.

O Sr. Targino Machado: A sessão foi prorrogada, Excelência. E, se não fosse prorrogada, quem já teria brigado aqui seria eu, não é?

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: O.k.

O Sr. Targino Machado: Até porque eu não vi a prorrogação e me levantei e fui saber de Carlinhos. Foi lido, não é? E, realmente, Carlinhos me disse que, enquanto eu estava de costas, aqui, conversando com o deputado Nelson Leal, foi colocado em votação de forma “*the flash*”, não é? O deputado Adolfo Menezes o fez, não é? Então, estou aqui respeitando o Plenário desta Casa, que aprovou a prorrogação da sessão. E estou aqui cumprindo o meu dever e o meu papel, Excelência. Agora deixo aqui registrado com letras garrafais os meus parabéns ao deputado Euclides Fernandes, que trucidou aqui com os interesses de tantos aqueles que querem esconder o céu com a peneira. A Embasa, essa Embasa, na verdade, é uma tábua de pirulito, não? Cheia de furos, que escorre água por todos os cantos. Mas somente – somente! – em profusão na terra e na região do deputado Marquinho Viana. Parabéns, deputado.

O Sr. Euclides Fernandes: Sr. Presidente!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não! Não! Sr. Presidente! Vou passar...

O Sr. Euclides Fernandes: Questão de ordem, Sr. Presidente! Regimentalmente...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. Euclides Fernandes: Regimentalmente, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, pelo amor de Deus!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg já havia solicitado anteriormente, antes de V. Ex.^a pedir.

O Sr. Euclides Fernandes: Mas depois V. Ex.^a me dê a condição de fazer a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vai fazer.

O Sr. Euclides Fernandes: Por que é assunto que foi colocado por Marquinho e envolve a minha fala.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a terá o direito depois...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. presidente, a minha questão de ordem é que mantenha o curso da sessão e indique os três oradores que estão faltando, deputado Jacó, pelo tempo de 5 minutos, deputado Marcelinho Veiga, pelo tempo de 5 minutos, e a deputada Olívia, pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vamos lá, questão de ordem do deputado Euclides e logo depois eu passo a palavra. Deputado Jacó, só um pouquinho da sua tolerância. Pois não, deputado Euclides.

O Sr. Euclides Fernandes: Sr. Presidente, Adolfo Menezes, deputado Adolfo Menezes. Tendo em vista que o nosso deputado Marquinho retornou a fala elogiando a Embasa, eu gostaria de colocar, Sr. Presidente, para o nobre deputado e querido amigo Marquinho Viana que a visão do deputado tem que ser uma visão totalitária da empresa, ver o serviço prestado pela empresa dentro do contexto universal e não assunto pessoal

a uma obra que foi realizada em determinados setores e determinados setores aqui do estado.

Então, eu quero dizer, e peço ao deputado Marquinho para que ele tenha essa postura de olhar no sentido totalitário e não no sentido pontual, porque na minha região, na minha região, não só Jequié como os municípios vizinhos, lá a situação é precária, é péssima no que diz respeito à distribuição de água pela Embasa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputados.

Eu queria parabenizar o nosso governador Rui Costa, Rui “Correria”, o melhor governador do Brasil e da Bahia, e o secretário Josias Gomes e toda a equipe, a sua equipe da Secretaria de Desenvolvimento Rural, pela realização da 10ª Feira Baiana da Agricultura Familiar.

Um evento que está acontecendo ali no Parque de Exposições, um evento grandioso que tem estandes de todos os territórios da Bahia, tem vários estandes temáticos, as comunidades quilombolas ali representadas, os indígenas, ali tem a força da agricultura familiar no nosso estado, tem as mulheres, tem várias experiências interessantes que estão em exposição. Então, ali mostra a riqueza, a diversidade no nosso estado, a força da nossa cultura, a força da agricultura familiar.

E eu gostaria de saudar o secretário Josias; o presidente da CAR, Wilson Dias; a diretora da CDA, companheira Camila Batista; Tiziu, da Suaf; Célia Watanabe, da Bahiater; o ex-deputado Yulo, da Sutrag. Enfim, saudar toda a equipe da ASDR, saudar o nosso governador, por essa brilhante realização, e saudar também o conjunto de agricultores familiares, de organizações sociais que estão naquele espaço mostrando a sua força, mostrando os seus produtos, cativando a população baiana e mostrando para o povo da Bahia que a agricultura familiar é a grande força produtora de alimentos, de alimentos saudáveis, com inclusão social através da economia solidária.

Então, o meu abraço para todos os envolvidos, para todos os agentes políticos, para todos os atores e atrizes envolvidos naquela feira. Tem vários restaurantes para se degustar, tem a cerveja de umbu, tem a cerveja de licuri.

Enfim, é uma diversidade muito grande e eu convido a todos e todas que ainda não tiveram a oportunidade de participar, que participem dessa grande feira, que é a Feira Baiana da Agricultura Familiar, que está acontecendo no nosso território. E que, com certeza, nos ajuda e nos favorece.

Queria também, chamar a atenção da sociedade baiana para o que diz aqui a turma da Oposição, que Salvador tem o melhor prefeito do Brasil. E eu queria relatar aqui, dialogar com a comunidade de Salvador e da Bahia como é que se tem o melhor prefeito do Brasil. A gente vê uma cidade descuidada, que estão aí os reflexos da chuva.

Mas, também, eu queria saudar o vereador Zé Trindade, que tem feito um trabalho extraordinário na Câmara de Vereadores e campeado os postos de saúde dessa cidade para ver a situação de abandono que está submetido o povo de Salvador. Os postos de saúde não têm médicos, não têm medicamentos de pressão, não tem como

atender a população. É importante que Salvador e a Bahia saibam que Salvador é o último município do estado da Bahia. A Bahia tem 417 municípios, Salvador é o último na cobertura da atenção básica.

Das 27 capitais do Brasil, Salvador é a última em atenção básica. Salvador é a campeã nacional de sífilis congênita. Então, que prefeito é esse? O que é que nós temos a comemorar? Quem tem que comemorar é quem mora na Barra, Ondina, na beira do mar, é quem está cuidado. Mas e quem mora em Cajazeiras? Quem mora na Suburbana? Quem mora em Roma? Olha o abandono dos postos de saúde, das escolas. Demitiram mais de 400 porteiros das escolas de Salvador, de segurança. As escolas estão inseguras, os professores e os alunos com medo de estudarem à noite por falta de segurança na escola.

E ainda para completar, a *Folha de São Paulo* divulgou esse ano que nos últimos 4 anos da gestão do atual prefeito, os amigos dele, os amigos do rei receberam mais de R\$ 700 milhões em obras. A empresa ou a entidade que a mãe dele governa recebeu quase R\$ 2 milhões em transferência do município. E é isso que acontece nessa terra: é a perseguição, é a omissão, é a omissão dos meios de comunicação, que insistem em esconder da população de Salvador o que acontece. O que aconteceu que a Polícia Federal esteve na Secretaria de Saúde, apontando mais de R\$ 10 milhões fictícios encontrados, que ninguém divulga, que isso não acontece.

Então, eu queria chamar a atenção do povo dessa terra que Salvador, sim, tem um prefeito que não gosta do seu povo, que não gosta da cidade Salvador, mas que gosta de curtir, que gosta de festa, é a cidade do pão e circo.

(Não foi revisto pelo orador.)

(O Sr. Deputado Alex Lima assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra pelo tempo de 5 minutos ao deputado Marcelo Veiga.

O Sr. MARCELO VEIGA: Sr. Presidente, imprensa aqui presente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, neste dia de hoje que o saneamento básico, que a Embasa está em falta, que o deputado Euclides Fernandes, que o deputado Marquinho Viana tanto falaram e questionaram com argumentos antagônicos, eu venho falar aqui do mesmo tema, mas de forma nacional, deputado Targino Machado, que é um projeto de lei que tentam colocar amanhã, em forma de urgência, na Câmara federal, para que se altere o marco legal do saneamento básico no Brasil. Isso me assusta bastante. Então eu venho nesse mesmo tema, deputado Euclides, mas falando de forma geral, de forma nacional, porque me preocupa bastante.

Colocando esse PL em votação temos a possibilidade de privatizar o sistema de abastecimento de água em todo o Brasil. E aqui na Bahia isso me preocupa muito. Estive na Embasa, por algum tempo, fui empregado daquela empresa e sei a dificuldade, deputada Neusa, de fazer saneamento básico, de levar água num estado que tem 80% do seu território no semiárido, que sofremos secas terríveis e que temos municípios pequenos que não conseguem se garantir, se sustentar financeiramente para fazer o seu saneamento básico.

E o que esse projeto de lei altera, deputado Antônio Henrique Júnior? Ele possibilita que as empresas privadas disputem os municípios para fazerem saneamento. Mas empresa privada só pensa no lucro. Jamais vai querer um município como Antas, jamais vai querer um município como Água Fria, jamais vai querer um município como Ouriçangas. As empresas privadas apenas querem os municípios que dão lucro. E dos 417 municípios da Bahia apenas 20 são superavitários. O que é isso? Dão lucro.

Então as empresas privadas vão focar nesses municípios grandes – Salvador, Feira de Santana, Alagoinhas, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista –, mas os pequenos vão ficar isolados, os pequenos vão sofrer com mais falta d'água, com menos investimento.

Isso me preocupa muito, porque hoje o sistema de abastecimento de água é feito na forma de compensação, deputado Euclides Fernandes. Um município grande, que é superavitário, acaba ajudando o município pequeno que não consegue se sustentar para levar água para o povo mais humilde.

O Sr. Euclides Fernandes: um aparte, deputado.

O Sr. MARCELO VEIGA: Deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes: Deputado Marcelinho, é com muita satisfação que vejo V. Ex.^a assumindo esta tribuna e trazendo um tema tão importante para a sociedade brasileira.

Evidentemente que a tramitação desse projeto, o marco do abastecimento de água e saneamento para o Brasil, é um problema muito sério e que isso irá trazer muita dificuldade no que diz respeito à evolução e desenvolvimento de abastecimento de água e serviço de saneamento.

Então, V. Ex.^a muito oportunamente... O projeto está tramitando no Congresso Nacional e V. Ex.^a traz o tema aqui para essa sessão aqui na Assembleia Legislativa. Um assunto que verdadeiramente nós devemos nos debruçar para podermos resistir que esse projeto seja realmente aprovado e traga essa dificuldade.

Dentro do texto, tem até colocar hidrômetro nos poços artesianos para cobrar a água dos poços artesianos, trazendo ainda para o interior a dificuldade tremenda para o homem que mora na zona rural.

O Sr. MARCELO VEIGA: Exatamente, deputado Euclides. Nós que fazemos uma política no interior do estado sabemos a dificuldade. A gente sabe o que é o sofrimento de quem vive sem água, de quem tem dificuldade para ter acesso à água potável. E essa discussão não pode ser colocada na Câmara Federal na forma de urgência. Esse é um debate que tem que ser discutido, tem que ser debatido e não feito dessa forma de rolo compressor. A política não deve ser feita assim.

A política, realmente, quando envolve esses aspectos mais populares tem que ser debatida. E é por isso que venho a esta tribuna hoje fazer um apelo.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu sei que a Câmara Federal tem deputados combativos nesse assunto, como o deputado Marcelo Nilo, que constantemente vem debatendo e defendendo que esse discurso seja ampliado.

Nós, da Bahia, nós do Semiárido da Bahia, sabemos das dificuldades e somos contra o PL 3.261/2019.

Obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 2 minutos, a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Presidente, eu quero fazer, também, a minha saudação aos companheiros e às companheiras da 10^a Feira Baiana da Agricultura Familiar; e, especialmente, à Unicafe, esta União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Gostaria de mandar um abraço a toda a turma, a toda a equipe.

Desejo que tenha uma grande venda, que bata recorde, durante este ano, em vendas, pois os produtos da agricultura familiar e da economia solidária estão, hoje, nesta grande feira no Parque de Exposições. Isso mostra que o governo do estado, além de atender a Fenagro, o grande negócio, também, consegue dar conta e investir por uma decisão política na agricultura familiar e na economia solidária.

Quero, portanto, mandar um abraço para os companheiros, mandar um abraço para Sílvia, para Roberta, para Zé Paulo, pois essa turma toda está, lá, operando. Sílvia e Luís são pessoas muito destacadas desta frente. Há, também, diversos outros companheiros e companheiras.

Um abraço para as mulheres da economia solidária e da agricultura familiar que fizeram um grande encontro de mulheres trabalhadoras rurais, buscando ampliar sua organização e garantir, também, melhores condições de existência, de produção, crescer cada vez mais para viver do fruto do seu trabalho, pois, afinal de contas, a autonomia das mulheres passa, também, pela questão econômica, principalmente, a estratégica.

A outra questão que me traz a esta tribuna é fazer uma referência importante a esta situação absurda ocorrida na noite de ontem: o assassinato do nosso quilombola José Izídio Dias, mais conhecido como Vermelho, no Quilombo Rio dos Macacos.

Quero dizer que aquela é uma comunidade segregada. Há um litígio com a Marinha que precisa ser resolvido. Aquela área precisa ser titulada. O governo do estado, hoje, não consegue intervir com nenhuma obra, porque aquela região não foi, ainda, titulada. E é perverso viver na capital, no meio da lama, no meio do mato, sem nenhuma infraestrutura. Então é preciso que o governo federal resolva aquela questão e garanta a titularidade da terra.

Nós, também, clamamos por justiça. O secretário Maurício Barbosa já está sabendo, assim como a equipe da Polícia Técnica, no sentido de garantir a descoberta do criminoso e que se puna, exemplarmente, porque é um absurdo esse crime hediondo acontecer ao ceifar a vida de um trabalhador quilombola tão querido e que tanta contribuição dava para a sua comunidade.

É isso, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Em primeira discussão...

O Sr. Paulo Câmara: Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para discutir o Projeto de Lei n.º 21.114/2015, de procedência do deputado Marcelino Galo, que dispõe sobre a prioridade de vagas nas escolas públicas para que crianças e adolescentes, cujas mães encontram-se em situação de violência doméstica e/ou familiar no estado da Bahia.

Para discutir, o deputado Paulo Câmara pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, precisa ler o relatório.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra o deputado Paulo Câmara pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. PAULO CÂMARA: Temos tempo suficiente. Por enquanto, só temos sete pessoas inscritas para discutir. Por favor, corrijam-me caso seja o contrário.

Primeiro, parabenizo esta Casa, hoje, terça-feira desta, pois todos nós estamos debatendo, discutindo e cumprindo a nossa obrigação. Eu acho ser este o dever do Parlamento. Este é o dever do deputado, qual seja, discutir projetos importantes como este do deputado Marcelino Galo em uma tarde em que Salvador foi assolada pela chuva.

Mas, antes de falar do projeto e trazer alguns assuntos que aconteceram hoje na Assembleia, eu queria me dirigir ao meu colega Jacó, até porque eu, sempre, estive na vida pública, sempre fui oposição, situação. Mas nunca levei nada para o pessoal e nunca ataquei a dignidade ou a família de ninguém.

Quando V. Ex.^a trata do assunto e fala que a mãe do prefeito recebeu 2 milhões ou o órgão que ela está recebeu 2 milhões, V. Ex.^a não está sendo correto. Nós, até, temos casos, aqui, na Assembleia, como o do deputado Robinson, que, aliás, já foi julgado. Eu acho que a gente deve debater em alto nível, elevar o nosso mandato, elevar a discussão desta Casa, porque, senão, V. Ex.^a não vai ser coerente ao que nós estamos lendo no Diário Oficial do Estado.

Se V. Ex.^a ataca a mãe do prefeito, tem de atacar as pessoas do Estado. Eu não vou fazer isso como réplica nem tréplica, não vou atacar nem vou fulanizar ninguém. Cada um é dono da sua consciência. Cada um faça o que acha que deve fazer e responda pelos seus atos, até porque nada mais, hoje, pode ser acobertado. A televisão está mostrando, a polícia está mostrando.

Então pode-se atacar a pessoa, atacar o prefeito, atacar a gestão do prefeito, mas não fale da esposa, não fale dos filhos, não fale da mãe, não fale do pai, porque, aí, você começa a misturar uma relação. E isso não é saudável para o Parlamento.

O Sr. Jacó Lula da Silva: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO CÂMARA: Por favor, eu fiz, até, para provocar V. Ex.^a.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Isso.

Em momento nenhum, eu quis atacar a mãe do prefeito, porque é uma pessoa que eu nem conheço e não tenho relação nenhuma. Longe disso. Eu só publicizei o fato.

Veja outro exemplo, deputado. Imagine V. Ex.^a se fosse com o governador Rui Costa, pois se a mãe dele estivesse viva dirigindo uma OS, vinculada ao município, e recebesse um recurso desse sem o trâmite legal, sem a justificativa. Eu não tenho dúvida de que a sociedade ia...

O Sr. PAULO CÂMARA: Quando V. Ex.^a diz que não é legal, V. Ex.^a está dizendo que é uma coisa ilegal, e não é. Nesta Casa, aqui, já foi feito esse assunto, ou seja, este assunto foi debatido. Nós temos já discussões de deputados envolvidos que já foram noticiados...

O Sr. Jacó Lula da Silva: Isso pode até ser o trâmite legal. Mas, eticamente, a sociedade que julgue. Eu acho que o importante é saber...

O Sr. PAULO CÂMARA: V. Ex.^a deveria ter coerência e dizer o que aconteceu, agora, na publicação do *Diário Oficial* do Estado. Quanto a isso, V. Ex.^a deveria ter coerência e dizer agora. O que foi publicado no *Diário Oficial* do Estado que tem pessoas envolvidas do primeiro escalão? E V. Ex.^a não diz aqui! Então, não podem ser dois pesos e duas medidas. Não pode. Se vale para um lado, vale para o outro.

O que eu quero dizer é que nós não devemos trazer este debate para o lado pessoal, lado de família! Isso não está legal!

O Sr. Jacó Lula da Silva: Eu não quis fazer isso, deputado. Me perdoe.

O Sr. PAULO CÂMARA: V. Ex.^a disse que foi feita uma transferência ilegal! Se é ilegal, é corrupta. Se é corrupta a transferência, tem de ser punida!

O Sr. Jacó Lula da Silva: Não é não. A questão é ética. O debate é ético. O debate é para a sociedade. Qual o problema de a sociedade tomar conhecimento disso? Não pode saber? E julgar? E vim dizer?

O Sr. PAULO CÂMARA: Bem, até V. Ex.^a diz que tem empresas que faturam lá 700 milhões, fatura, no estado, um bilhão, essa mesma empresa, que é parabenizada pelo governo de V. Ex.^a em vários áudios. Então, ou V. Ex.^a está desconhecendo os fatos ou, então, me permita dizer, com toda a franqueza e respeito que tenho por V. Ex.^a, elevar o nível desta Casa.

Vamos falar do governo. Eu não falo do governador. Eu falo da gestão do governo! Eu não falo de fulanizar secretário. Eu falo da secretaria, até porque, amanhã, nós poderemos ser secretários, nós poderemos estar no Executivo e nós poderemos estar sendo penalizados injustamente.

Hoje, nós somos oposição. Amanhã, poderemos ser governo. Assim foi na prefeitura. Eu fui oposição a João Henrique durante 8 anos, pois, para mim, este foi o pior prefeito que já existiu na fase da Terra, de Salvador! Nunca fulanizei. Sempre critiquei a prefeitura, pois o seu governo foi um fiasco para a nossa cidade!

O Sr. Jacó Lula da Silva: Deputado, não sou eu que estou fulanizando, foi uma publicação do jornal *Folha de São Paulo*.

O Sr. PAULO CÂMARA: Deputado, já dei o aparte a V. Ex.^a. Mas o que eu tinha de dizer, já disse. Eu acho que a gente tem de elevar o debater nesta Casa. Acho que as pessoas esperam o posicionamento da nossa Casa e não atacar as pessoas. Ataque o gestor, mas não vá à família, porque a mãe pode ser de V. Ex.^a que esteja sendo prefeito de Irecê ou quem quer que seja.

E, falando em Irecê, vamos falar hoje do Inema. Vamos falar sobre a Portaria n.º 19.432. Para cá, veio a senhora diretora do Inema prestar os esclarecimentos.

Quero dar o início, como disse na minha fala, que tudo o que começa mal, termina mal. Trata-se de uma portaria publicada em 2 de novembro, Dia de Finados! Isso é um humor negro ou, então, está querendo esconder alguma coisa!

O deputado Antônio Henrique disse isso hoje de uma maneira muito clara, era na minha frente! Porque se não tivesse causado alvoroço que causou na região, principalmente de Irecê, nós não teríamos uma mobilização espontânea, como teve esta Casa hoje, pois milhares e milhares de pessoas vieram de Irecê, Lapão, Uibaí, Canarana, Souto Soares, Oeste da Bahia e Litoral Norte. Trata-se de uma portaria que pegou todo mundo de calça curta!

Essa portaria foi publica no dia 2 de novembro, como se quisesse esconder alguma coisa. No mínimo, não há transparência! Na fala inicial dela, ela, até, colocou que está aberta ao diálogo. Isso foi o ponto positivo! Mas se ela estava aberta ao diálogo, estava aberta a incorporar sugestões com todas as pessoas envolvidas, inclusive do Parlamento, por que não se fez audiência pública antes para debater esse assunto? Por que não trouxe o tema à Comissão de Meio Ambiente, à Comissão de Agricultura, às comissões responsáveis?

Se publica um decreto desse... E a resposta é a seguinte: “Ah!, porque já pode ser cobrado desde 1997!” Todo mundo sabe disso! Está-se falando é que se vai dar um cheque em branco para dar cobranças efetivas de Comitês de Bacia! Isso tem que ficar claro!

Então o que precisa ser discutido é, primeiro, respeitar esta Casa! Aliás, porque as comissões, poucas comissões, trabalham e funcionam. E a Comissão de Agricultura trabalha e funciona. Sequer, esse assunto foi tratado na comissão! Aí, precisa-se fazer um alvoroço, uma mobilização regional para se vir e, depois, dizer que “nós podemos, efetivamente, admitir, nós podemos incorporar sugestões”! Ora, quem quer incorporar, resolve na hora!

Ter outra discussão, outra reunião, outra audiência pública para debater o quê? Quem quer debater, quem quer discutir é quem não quer fazer nada!

Tem que se dar prazo, tem de se ter limite. Nós temos 15 dias para poder resolver. Nós vamos suspender temporariamente e incorporar. Quanto a esse tipo de discurso, eu não vi muito na comissão. Gostaria até que a minha presidente, a Jusmari, estivesse aqui.

Vejam, é esta a posição de quem defende o agronegócio, é uma comissão suprapartidária, é uma comissão que não tem nem governo e nem oposição, é uma comissão que deve defender o setor que mais produz para este estado, um setor que

responde por mais de 25% do PIB do nosso estado, que gera emprego, que gera renda, não é um decreto desse que gera insegurança para os pequenos agricultores.

A partir de agora, como se vai colocar hidrômetro? Bem, dito por Everaldo, só em Irecê, são 40 mil poços. Desses 40 mil, 20 mil pré-regulares. O que quer dizer isso? Que já tentam solicitar a outorga. E desses 20 mil, apenas 2% têm outorga, ou seja, 400 poços.

Como o Inema, sem fazer o seu dever de casa, sem cumprir a sua obrigação, quer fazer isso agora? Digo isso porque para se tirar uma outorga, o tempo é de 3 a 5 anos. Isso foi o dito lá. Ninguém contestou isso. Não tem material humano? Não tem capacidade administrativa? Não sei. Não sou eu que vou responder.

Então nós ficaríamos muito felizes e aplaudiríamos, agora, o governador e o Inema se se baixasse uma portaria administrativa determinando que a outorga tinha até 6 meses para ser liberada, sob pena de ser liberada automaticamente.

Este é o papel de quem quer agir correto. Este é o papel de quem quer ser parceiro do agricultor e do agronegócio; não é criando insegurança jurídica, não é criando incerteza para o pequeno agricultor, não criando incerteza para os grandes agricultores. Que essa portaria, a partir de agora, deputado Marquinhos, e V. Ex.^a que tem um dos melhores morangos da região da Barra do Estiva, deputado Marcos Viana, V. Ex.^a é um grande produtor de morango...

O Sr. Marquinho Viana: É café.

O Sr. PAULO CÂMARA: Café? Mas eu recebi morango, não recebi café, recebi morango. (Risos) V. Ex.^a tem de entrar neste debate, tem de estar atuante como o deputado Zé Cocá, como o deputado Zó. Acho ser este o nosso papel. Este é o nosso dever.

E quando se fala hoje de chuva, é muito fácil falar de chuva quem não conhece Salvador. Há pessoas que vêm para cá segunda, terça e quarta e volta na quinta para o seu interior. Salvador é como se fosse uma cidade dormitório.

Se você for pegar a retrospectiva de Salvador, uma chuva dessa, mais de 230 milímetros, a gente tinha que estar agora pedindo a Deus e, quem sabe, por vidas. Em uma cidade que sobrevive e sem vítimas em um dia como hoje, nós temos de agradecer, repito, agradecer.

Isso não é hora de fazer politicagem, até porque o governador de V. Ex.^{as} ligou para o prefeito para prestar solidariedade, enquanto vocês, aqui, fazem palanque político! E quantos desastres há, por aí, pelo governo afora? Este é o momento de estarmos pela cidade, principalmente quem mora aqui. E quem não conhece Salvador e vem falar, apenas, em microfone, não tem autoridade para estar fazendo isso ou a não ser que queira fazer discurso politiquero.

A cidade não aceita politicagem. Não se faz politicagem em cima da miséria dos outros. Não se faz política rasteira para aquelas pessoas que, agora, perderam as suas casas. Não se faz política rasteira para aquelas pessoas que não têm onde dormir hoje.

Este é o nosso papel. Este é o nosso dever. Critiquem depois. Façam o que quiserem. Mas, hoje, não. Hoje não é dia disso. E o governador de V. Ex.^{as} deu exemplo,

pois agiu com autoridade que lhe foi conferida ao prestar solidariedade ao prefeito e ao prestar ajuda. Ele não foi à imprensa dizer que a prefeitura não fez, até porque não pode falar, porque nós temos o melhor prefeito do Brasil por sete vezes consecutivas.

E eu quero saber qual é a mágica que se faz para resolver uma cidade como Salvador com quase 3 milhões de habitantes, sendo que 1 milhão de pessoas vive em situação de dificuldade. Hoje, temos um plano diretor de corte com mais de 400 encostas com prioridade. É fácil falar quando não conhece São Marcos, quando não conhece Castelo Branco, quando não conhece a Baixa do Dendê, a Baixa do Soronha. Não sabe nem andar, nem chegar de Uber. Vai ter de contratar um motorista para poder ir.

Agora, vir ao microfone para tripudiar em cima do dia da cidade? Não!

Eu devo a minha vida política a Salvador. Fui vereador desta cidade por quatro mandatos, fui vereador com 18.500 votos, o vereador mais votado do Norte/ Nordeste do meu partido.

E não se pode fazer politicagem com a nossa cidade. Não! Vamos tratá-la com respeito. Esta é a primeira capital da América portuguesa. Isso, a gente não pode permitir, deputado Euclides. Até porque o nosso Parlamento, que produz muito pouco para o que se tem hoje, deve dar exemplo. Deve dar exemplo de produção e de ajuda.

Aqui, não se deve fazer discursos vazios, achando que, com esse discurso vazio, vai angariar popularidade. Pelo contrário! Vai tomar uma sonora vaia. Ou, então, não estão compreendendo o que as pessoas estão fazendo aí fora ou, então, não estão assistindo à televisão. Estão brincando, efetivamente, de fazer política. Isso não é hora de fazer política, deputado Alex, presidente desta sessão.

O projeto do deputado Marcelino Galo, com muita propriedade, defendido na última sessão...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: V. Ex.^a me dá um aparte?

O Sr. PAULO CÂMARA: Por favor.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Deputado Paulo, eu concordo com V. Ex.^a. Sou um dos deputados que evito utilizar as catástrofes para me beneficiar politicamente.

Mas, nesta Casa, acho que este discurso de V. Ex.^a vale para todos, porque, no episódio de Lajedinho, houve deputados da Oposição que se utilizaram desse argumento para jogar a responsabilidade em cima do governador Rui Costa, uma vez que ele não tinha nenhuma capacidade ou condição de resolver um problema que estava fora da governabilidade, como certamente não tem o prefeito de Salvador governabilidade para limitar a quantidade de chuva na cidade de Salvador.

Então eu estou falando isso, porque V. Ex.^a questionou as falas de alguns deputados. Mas é necessário que a gente, primeiro, bote todos no mesmo patamar. Ou seja, quanto a este discurso, eu não tenho nenhum problema com ele, pois ele tem de valer para todos nós. Nós precisamos utilizar isso na nossa Casa, porque não podemos valer o discurso para o outro e não valer para nós.

Então eu só queria deixar isso registrado para que, como é um episódio que está acontecendo na cidade de Salvador e que o gestor é o prefeito ACM Neto, quando for

em uma cidade que o gestor for um aliado do governador Rui Costa, todos nós deveremos ter o mesmo procedimento em situações semelhantes.

O Sr. PAULO CÂMARA: Olhe, eu incorporo o aparte de V. Ex.^a. Tenha a certeza de que o meu comportamento será o mesmo.

Eu não posso responder pelos outros. Eu chamo a atenção para este fato ocorrido hoje. Todo mundo é maior e é responsável por si. Este é o meu comportamento. É assim que eu prego na minha vida pública. Eu acho que este discurso é muito fácil para quem quer fazer esta política rasteira. Não dá. Não cabe mais no momento.

Não se pode brincar mais até porque, depois que inventaram isso, acabou, repito, acabou. Não adianta estar achando que vai para o seu interior, que vai fazer aquilo, vai tomar vaia ou vai ser expulso, porque a nossa classe política não está bem vista.

Se nós não tivermos postura e respeito com aqueles que nos colocaram dentro, nós não somos merecedores de ter o nosso mandato, porque não se brinca com as pessoas, principalmente, com a vida das pessoas.

Retomando o assunto, Líder Rosemberg, esta é uma cidade como hoje, com quase 400 encostas, com sentido de prioridade zero no Plano Diretor de Encostas. Muitas famílias, hoje, vão dormir em casas de parentes. Aqueles que não têm parentes, que não têm onde dormir, vão ficar do lado de fora ou, então, vão ter de ser acolhidos em outros lugares. Aqueles que não estão em situação de risco, mas moram próximos às encostas, vão ficar fazendo vigia. É um fazendo vigia para o outro, porque não sabe se vai dormir, não sabe se vai acordar.

Isso não pode ser discurso para atacar a administração, a não ser que não conheça a realidade, a não ser que viva em um paraíso ou, então, em um mar de rosas. Aliás, este não é o caso do nosso estado até porque o nosso estado, diga-se de passagem, tem muito sofrimento e muita desigualdade social. Salvador não é diferente.

Então, precisa-se ter a responsabilidade com o nosso mandato, cumprir com o dever, com independência, mas, acima de tudo, com respeito àqueles que nos colocaram aqui.

É isso que sempre preguei na minha vida pública. É isso que faço da minha condução de vida, porque só assim a gente pode ter a dignidade de vir aqui e defender um projeto. Deve-se ter a cabeça erguida, sair por esta porta, entrar por esta porta e deixar, sempre, aberta. Mas ninguém vai falar da nossa condução e do nosso comportamento, porque quanto ao oportunismo rasteiro e barato, não adianta, deputado Adolfo, não dá certo, não só como em Lajedinho, mas, também, como em Salvador.

Então, Sr.^{as} e Srs. Deputados, são esses dois temas que eu gostaria de trazer à luz da discussão. São dois temas que nós precisamos refletir, principalmente, esse da portaria que acho que é um acinte ao que foi feito de maneira sorrateira e de maneira a não querer divulgar e pegar todos de surpresa. Deputado Antônio Henrique, V. Ex.^a é do Oeste, e defende aquela região. Estavam, aqui, a Aiba (Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia) e a Abapa (Associação Baiana dos Produtores de Algodão).

Ninguém é contra. Pelo contrário. Aquele que não utilizar de maneira responsável tem de ser penalizado. Mas não pode pegar as pessoas de calça curta

achando que vai meter um decreto goela abaixo, porque, aí, gera dúvida, gera incerteza, perde a credibilidade. E quando não se tem credibilidade num ato, numa ação, esfarela tudo, vai tudo por água abaixo.

E nós, aqui, vamos ser cobrados em nossas bases pelos nossos posicionamentos; aliás, já fomos hoje. Houve um deputado lá que não saiu bem não, não saiu bem não, deputado Alex. Quem andou pela galeria ali, viu que quem não se posicionou, mesmo de maneira respeitosa, não ficou bem.

Isso não é hora de afrontar governo. Foi o que eu disse. Isso é hora de refletir. Já que a diretora do Inema tem este propósito de acolher sugestões, que ela reflita, decida, escute a população, escute os pequenos e médios agricultores, não faça goela abaixo, porque, aí, quem perde é o governo do estado, quem perde são os agricultores, quem perde é aquela população que votou maciçamente no governador Rui Costa.

É só pegar a votação da macro e microrregião da Bacia do Irecê. Se eu estiver falando alguma coisa errada, me corrijam. Mas é preciso haver reflexão e é preciso haver posicionamento acima de tudo da Comissão de Agricultura, porque aquele que não se posicionar, efetivamente, estará corroborando e aceitando este decreto.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa noite, amigos, amigas da Assembleia Legislativa da Bahia.

Bom, o deputado Paulo Câmara falou muito bem da questão de Salvador. E eu reforço as palavras do deputado Paulo Câmara. Claro, cada um tem a sua posição política, cada um tem o seu entendimento de mundo, de estado.

Mas, em questões importantes, como foi esta chuva, realmente extraordinária, fora de prumo, ocorrida em Salvador, no dia de hoje, a Assembleia Legislativa da Bahia, por toda a sua história, por toda a sua importância para o nosso estado, não pode ser palanque de coisas menores, de coisas pequenas. Esta foi uma chuva totalmente atípica.

A cidade está suportando bem. Como bem lembrou o deputado Paulo Câmara, em tempos passados, a capital da Bahia, com uma chuva como esta, com certeza, seria notícia nacional muito por conta das mortes e dos péssimos acontecimentos.

Mas investimentos importantes foram feitos. E a cidade, graças a Deus, está suportando muito bem. Como Paulo Câmara falou, foi uma postura muito correta, a do governador, ao prestar solidariedade ao prefeito, até porque o prefeito de Salvador é o prefeito de todos e o governador é o governador de toda a Bahia.

Bem, eu pude participar, na semana passada, como bem foi lembrado pelo deputado Euclides Fernandes, da 23ª Conferência da Unale, ocorrida em Salvador. De todo o país, estiveram presentes deputados e mais de 16 ou 18 presidentes de

Assembleias Legislativas estaduais. Houve grandes palestras. Grande foi a troca de conhecimento.

E a Bahia foi brindada pela eleição da deputada Ivana Bastos, a quem faço a minha homenagem e parabenizo pelo mérito que ela tem, pela habilidade de conversar com todo o Brasil, com todos os parlamentares, mostrar as bandeiras dela, mostrar o que ela defende, o trabalho dela nesta Casa, a trajetória política de anos que a deputada Ivana Bastos tem dialogando com a sua região e dialogando no Parlamento do estado da Bahia.

Parabéns, Ivana! Parabéns a todos aqueles que participaram da organização desse grande evento nacional que foi o congresso da Unale.

Algo me chamou a atenção. E, agora, já adentrando ao terceiro assunto, na semana passada, houve um tema votado na Comissão de Finanças, Orçamento e Controle desta Casa, presidida pelo deputado Robinho, pois fazem parte do cenário da Oposição, eu e o deputado Tiago Correia.

Na semana passada, foi votada a prestação de contas do governador do estado do ano de 2016. Cabem algumas pontuações. Claro, o deputado Tiago Correia irá, também, desenvolver esse ponto de uma forma mais técnica e regimental, como foi debatido naquela sessão muito bem presidida pelo deputado Robinho.

Vejamos, eu fiz parte da CCJ desde o mandato passado, na legislatura passada. Sempre que chega um projeto de lei à comissão, no âmbito das comissões, para debate, esse projeto tem de ser debatido. Abre-se o prazo para vista dos membros daquela comissão para eles poderem estudar com mais atenção e para eles apresentarem as suas emendas ou, até mesmo, a retirada de alguns artigos inconvenientes ou inconstitucionais. Mas isso não aconteceu na sessão passada na Comissão de Finanças.

Aconteceu que, na abertura dos trabalhos da comissão, nós, eu e o deputado Tiago Correia, nos deparamos com um parecer já publicado. Não foi, Tiago? O parecer já havia sido publicado. Evidentemente, o parecer publicado não faculta ao parlamentar o pedido de vista. Já que está publicado, aí já está entendido. Esse ponto foi até superado.

Mas não compreendo. Entendo ser esta uma das mais importantes comissões nesta Casa, qual seja, a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Não entendo o dispositivo de se furtar ao debate. Por quê? Com o projeto de lei publicado, claro, evidentemente, vamos dizer assim, as prioridades ou as possibilidades do parlamentar ficam restritas.

E foi esse o grande argumento levantado por mim e pelo deputado Tiago Correia. E está na pauta, está sobrestada a pauta. Há dois projetos de autoria de deputado. Depois, vêm as contas do governador. Mas, do ponto de vista meu e, com certeza, irão me acompanhar os companheiros da nossa bancada de Oposição, isso está errado.

O processo legislativo, específico de apreciação das contas do governador, no âmbito da Comissão de Fiscalização e Orçamento, está totalmente equivocado, porque é suprida do parlamentar ou membro daquela comissão uma atuação integral, podendo pedir vista e apresentar emendas no que for realmente possível.

Fica, aqui, o nosso protesto.

Entendemos como indevido esse procedimento. Se tiver de mudar o Regimento da Casa, que se mude e se que torne de uma forma mais democrática esse debate.

Estas são as minhas considerações para este dia de hoje.

Agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao deputado Pedro Tavares pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Até 20.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Até 20 minutos.

O deputado Pedro Tavares está ausente.

Concedo a palavra ao deputado Tiago Correia pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Até 20.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, aqui já cumprimentei todos os colegas quando falei agora há pouco.

Após, entrarei em análise ao Projeto de Lei n.º 21.114, de 2015.

Mas, antes, reforço o tema trazido, há pouco, a esta tribuna, pelo meu colega Luciano Simões, Sr. Presidente, quanto à metodologia utilizada na tramitação das contas do governador na Comissão de Orçamento.

Vejo esse assunto com muita preocupação, porque entendo que a tramitação está viciada, então, o processo legislativo está viciado, e é uma matéria muito importante, que inclusive pode interferir diretamente na elegibilidade do governador do estado.

Então, entendo que tal projeto deva tramitar como traz o Regimento desta Casa, como regem as normas legislativas, as boas normas e entendo que não foi observado o Regimento, a sua tramitação. Usaram uma manobra que outrora já foi utilizada nesta casa, e esse foi um dos argumentos que trouxeram: “Ah, isso já foi feito em outros momentos.”, mas não é porque se errou em algum momento que nós vamos permanecer no erro, principalmente quando temos as normas trabalhadas, bem trabalhadas, explicadas no nosso Regimento. O que pode, como eu falei, viciando esse processo, torná-lo sem efeito. E por ser uma matéria muito importante, Sr. Presidente, as contas de um governador, eu acho que nós deveríamos ter todo o cuidado, principalmente pelos efeitos que pode essa matéria, tendo vício na sua tramitação, trazer ao nosso gestor, ao governador do estado Rui Costa.

No artigo 68 do nosso Regimento Interno, Seção II, Da Direção, quando nós vamos tratar de como proceder o trâmite dos processos nas comissões: (Lê) “*São atribuições dos Presidentes das Comissões Permanentes, Especiais e de Inquérito, além de outras admitidas neste Regimento:*”. E nós vamos lá no inciso XV: “promover, quando julgar conveniente,...” – Sr. Presidente, quer dizer que ele pode ou não – “(...) *a publicação das atas da Comissão, bem assim de documentos por ela apreciados...*”

Então, são documentos apreciados pela comissão, no caso, algum parecer formulado por algum membro, depois de apreciado pela comissão, poderá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo.

Ocorre, Sr. Presidente, que a publicação do parecer de um dos membros ocorreu no Diário Oficial sem antes ser apreciado pela comissão. Ora, se o papel da Comissão, que é um colegiado, é justamente formular um juízo de valor acerca de determinada matéria, no momento em que um membro pega o seu parecer e publica, primeiro, que a comissão não cumpriu o seu papel e segundo que essa publicação foi de uma matéria que não foi apreciada pelo colegiado. Então, o que foi publicado não foi um parecer da comissão, foi o parecer de um membro que não foi apreciado pela comissão. Sabemos que o voto que vale não é o voto do membro, é o voto da comissão, do colegiado que após analisar o parecer de um que foi escolhido relator se manifesta. Então, como você pega o parecer de um membro que não foi apreciado pela comissão e publica como o parecer da comissão? Aí está o primeiro erro.

E aí, Sr. Presidente, podem arguir que, por ser matéria específica, por ser contas, ela tenha um trâmite diferente e aí nós podemos... E aqui no Art. 210: *“Encaminhado à Assembleia o processo de prestação de contas do Governador, o Presidente, independentemente de leitura, mandará publicá-lo com os anexos, inclusive o parecer do Tribunal de Contas.”* Art. 211: *“A partir da publicação, o processo permanecerá por 10 (dez) dias, na Secretaria da Mesa, à disposição dos Deputados, que poderão solicitar, neste prazo, informações ao Executivo e ao Tribunal de Contas.”* Aí vem o Art. 212: *“Os pedidos de informação serão encaminhados pela Presidência, aguardando-se o seu atendimento por 15 (quinze) dias.”* Art. 213: *“Findo o prazo previsto no artigo anterior, o processo será remetido à Comissão de Finanças,...”* – e aí nós voltamos lá ao nosso artigo 68 – *“(...) que, em 15 (quinze) dias, emitirá parecer,...”* – da Comissão de Finanças, não é o parecer de um relator, é parecer da comissão – *“(...) concluindo por projeto de decreto legislativo.”* Ora, Sr. Presidente a Comissão não emitiu parecer, porque ela nem sequer apreciou o voto do seu relator e esse voto foi publicado no *Diário Oficial*.

É um vício claro ao Regimento Interno desta Casa. Nos preocupa muito que o governador possa ter o processo de apreciação das suas contas julgado nulo por conta desse vício ao Regimento Interno. Estudamos, inclusive, impetrar um mandado de segurança para que seja suspensa a tramitação desta matéria nesta Casa, até que ela atenda o que determina o Regimento Interno e pedimos, meu nobre colega Sandro Regis, conclamo aos colegas que preservemos as nossas competências. As comissões existem para apreciar os projetos. Nós não podemos atropelar e usurpar as competências das comissões, inventando interpretações e manobras que usurpem o poder de pedir vistas de qualquer um dos membros que entenda que deve analisar com mais propriedade, usurpando mesmo assim a capacidade de arguir contrariamente àquela proposição feita pelo relator. E se formos manter esse expediente, eu acho que podemos dissolver todas as comissões, porque elas perdem seu sentido, nós vamos pegar os relatórios dos membros que foram escolhidos para relatar e publicar diretamente e atropelamos todo o processo legislativo. Então é muito importante que fiquemos atentos ao que traz o Regimento Interno. É muito importante que fiquemos

atentos a esses vícios de tramitação, principalmente nas contas do governador do estado, do chefe de Estado que pode ter esse processo de avaliação considerado nulo justamente pela presença de vícios.

Atendendo ao pedido do nosso Líder aqui da Bancada da Maioria, Rosemberg, vou ser um pouco breve, não vou falar os 20 minutos, mas ainda tenho que discutir o projeto em tela, de nº 21.114, de 2015, ainda esse projeto, do ilustre deputado Marcelino Galo, que (Lê) *“Dispõe sobre a prioridade de vagas nas escolas para crianças e adolescentes cujas mães encontram-se em situação de violência doméstica e/ou familiar, no Estado da Bahia.”* Deputado Marcelino Galo, esse é um projeto de extrema relevância, nós aprovamos na Câmara de Vereadores um projeto semelhante, projeto esse que surgiu...

O Sr. Targino Machado: Deputado Tiago, com a sua licença...

O Sr. TIAGO CORREIA: Um aparte para o deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, Sr. Presidente, a chuva...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson leal): Deputado Targino Machado...

O Sr. Targino Machado: (...) fez um grande mal! Agora já tiraram, ó! Estava ali como orador “deputado Targino Machado”. Estão embaralhando tudo aqui nesta Casa hoje. Eu não pude ir ao meu gabinete, porque está cheio de água!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson leal): Vou providenciar, urgentemente consertar tudo!

O Sr. Targino Machado: (...) tive que cancelar uma reunião da bancada, porque inundou tudo! E, chega aqui, a água também comprometeu o sistema elétrico aqui no painel.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson leal): Já está lá consertado: “orador Tiago Correia.”

O Sr. Targino Machado: Agora compense, por gentileza, Excelência, o tempo do deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson leal): V. Ex.^a aqui é sempre bem atendido.

O Sr. TIAGO CORREIA: É uma honra ser confundido com V. Ex.^a, deputado Targino, que tão bem defende os interesses do nosso estado.

Mas, deputado Marcelino Galo, como eu dizia, é uma matéria de extrema importância. Nós aprovamos um projeto semelhante no município de Salvador, oriundo da reivindicação de mães que eram agredidas no seio familiar e que muitas vezes se mudavam para a casa de parentes, se mudavam para a casa de amigos, em bairros distantes, e tinham que diariamente retornar ao bairro onde moravam anteriormente e foram agredidas, para levar os seus filhos nas escolas. E, muitas vezes, encontravam os agressores nas ruas, encontravam os agressores nas proximidades e muitas dessas mães deixavam os seus filhos sem frequentar a escola, perdendo todo o ano letivo para justamente evitar a proximidade com a região onde o agressor vivia. Então, uma matéria de extrema relevância, não só para as mães, mas também para as crianças que tinham, muitas vezes, a impossibilidade de concluir o seu ano letivo.

Quando nós pensamos, principalmente no estado inteiro, quantas mães agredidas, quantas mulheres agredidas voltam ao interior para a sua cidade natal, ou muitas vezes

buscam mudar de cidade, também para fugir dos agressores, e as crianças novamente são penalizadas. Então, é um projeto de extrema relevância. Não sei como esse projeto ficou aqui de 2015 até hoje, 2019, sem ser apreciado. Com certeza é um projeto que vai trazer um impacto superpositivo às famílias do nosso estado, às mães do nosso estado, garantindo a elas a segurança e garantindo às suas crianças a possibilidade de concluir os seus anos letivos sem serem prejudicadas.

Parabenizo V. Ex.^a pela iniciativa. Inclusive, vou pedir licença ao Líder Targino para, em nome da nossa bancada, como vice-líder da bancada, orientar a nossa bancada pela aprovação dessa matéria à unanimidade, com a licença do nosso Líder da Bancada, mas com certeza é uma matéria que vai ajudar muito essas mães que foram agredidas. Queria parabenizá-lo e pedindo licença ao nosso Líder Targino orientar a nossa Bancada para que aprove essa matéria tão importante, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Antes, porém, apresentar os meus protestos, porque o acertado não é caro nem barato. Foi acertada a fala do deputado Pedro Tavares, foi acertada a fala do deputado Sandro Régis e eu vou fazer uma questão de ordem aqui para ver se eu ainda consigo alcançar a alma do meu amigo, dileto amigo, Sandro Régis, e ele muda de ideia.

E essa questão de ordem que eu quero dirigir a V. Ex.^a regimentalmente é para solicitar de V. Ex.^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão e eu faço na forma regimental o mais amplo possível.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Já que V. Ex.^a falou da forma regimental mais ampla possível eu irei atendê-lo como manda o nosso Regimento.

Além de nós fazermos aqui a nossa verificação, marcaremos já os 15 minutos, porque ficou acertado, deputado Rosemberg Pinto, que já está aí querendo pedir pela ordem, que todas as vezes que tivesse questão de ordem de verificação de quórum, os 15 minutos sempre serão obedecidos até para ficar mais correta essa questão regimentalmente perfeita. Vamos dizer assim.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, na realidade é só para já pedir e alertar a todos os deputados e deputadas para que se façam presentes aqui para atender à verificação de quórum do deputado Targino, para que todos possam aqui ouvi-lo, será o próximo orador e eu sei que ele gosta de falar com a Casa cheia. Então, estamos todos aqui ansiosos para ouvir o deputado Targino. O deputado José de Arimateia já chegou aqui para ouvir o deputado Targino e por conta disso vamos pedir e marcar os 15

minutos e atender ao nobre deputado no pedido de verificação de quórum para a continuidade.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a também será atendida.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum formulado pelos deputados Rosemberg Pinto e Targino Machado Pereira. Eu convido a todos os deputados que estejam em quaisquer dependências deste Poder, para que se façam presentes no plenário.

Zerem o painel e marquem os 15 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, para dar ciência a V. Ex.^a...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, para dar ciência a V. Ex.^a que o deputado Sandro Régis será o próximo orador e não eu obedecendo a ordem de inscrição e como é praxe nesta Casa que o líder de bancada...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não.

O Sr. Targino Machado: (...) Como é praxe nesta Casa que o líder de bancada seja sempre o último a falar, eu quero comunicar a V. Ex.^a que há uma inscrição também do deputado José de Arimateia, que, seguindo essa praxe, falará antes de mim.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): A troca é permitida. V. Ex.^a será atendido, deputado.

Srs. Deputados, eu convido todos para que se façam presentes no plenário, onde há um pedido de verificação de quórum formulado pelos deputados Targino Machado e Rosemberg Pinto. É importante que V. Ex.^{as} se façam presentes aqui no plenário.

Ainda falta um, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Reestabelecido o quórum. Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, Sr. Presidente, nesta terça chuvosa a nossa Casa faz um debate importante para o estado da Bahia e para os baianos. Escutei atentamente o discurso desse jovem deputado preparado, Tiago Correia, no qual abordou a questão da legitimidade das comissões.

E é importante, deputado. As comissões são onde o projeto se prepara para ser votado e vir ao plenário. Eu quero, aqui, ressaltar o papel da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa da Bahia. A Comissão de Agricultura vem debatendo, fazendo audiências públicas de todos os assuntos que abordam ou se referem à agricultura do nosso estado.

Temos tido um nível de engajamento de todos os deputados que fazem parte dessa comissão, uma forma muito unida, e fazemos aqui debates importantíssimos sobre os diversos temas que preocupam, que afligem ou, muitas vezes, temas esses que vêm a esta Casa para termos conhecimento deles.

Existe agora um assunto, deputado Adolfo Menezes, que vai atingir, principalmente, os pequenos produtores da região semiárida, que é a questão do hidrômetro nos poços artesianos, decreto esse do Inema do governador Rui Costa.

Hoje produzir está muito difícil. Muito mal, os pequenos irrigantes conseguem pagar a conta de energia, imaginem vocês terem que pagar agora também a água consumida nos poços artesianos. A Comissão de Agricultura, juntamente com a Comissão de Infraestrutura, fez um debate amplo hoje sobre essa situação, e podemos sentir a preocupação dos pequenos e médios irrigantes, deputado Marquinho Viana, sobre essa cobrança, essa possível cobrança, do uso da água dos poços artesianos.

Com essa vontade de arrecadar, o governo não está percebendo que irá trazer um grande prejuízo a quem produz no campo, deputado Targino Machado. É inadmissível esse decreto do governador Rui Costa de taxar a água dos poços artesianos.

Aí eu quero ver o deputado Marquinho Viana, que é um grande representante de diversos municípios do Semiárido, que se diz, deputado Adolfo Menezes, um deputado que vive o dia a dia dos municípios que representa, que vai para festa de boneca, que vai para batizado, que faz um discurso, caro deputado... que faz um discurso de parlamentar que defende os municípios. Quando esse projeto vier, eu quero ver se o deputado Marquinho Viana vai ficar a favor dos pequenos e médios produtores, deputado Luciano Filho, ou vai ficar a favor dessa vontade insana do governo do estado de arrecadar.

Aí nós vamos conhecer, deputado Jurailton, quem realmente faz o debate, quem realmente faz o discurso e quem realmente defende o povo. Nós vamos saber agora! Porque fazer discurso bonito todo mundo faz. Jogar para a galera todo mundo joga, mas na hora de ir contra o interesse do chefe e ficar a favor do povo, nós vamos ver como esta Casa irá se comportar, deputado Pedro Tavares, V. Ex.^a que hoje liderou o debate na comissão.

O meu amigo Zé Cocá já me disse: “Eu defendo o governo, mas não vou deixar os pequenos produtores de Jequié, de Lafaiete pagarem esse absurdo que o governador quer!” Aí nós vamos ver, deputado Alex Lima, deputado Eduardo Salles, que é o grande defensor da agricultura da Bahia, que se diz, deputado Rosemberg, o defensor e faz grandes discursos na comissão! Eu quero ver como é que o deputado Eduardo Salles vai se portar! Se ele vai ficar a favor dos produtores ou vai ficar a favor da cobrança de água dos poços artesianos. Aí, deputado Targino Machado, eu quero ver.

O deputado Rosemberg Pinto, querendo *hackear* meu celular! Como é que pode um negócio desse, deputado Alex Lima?! V. Ex.^a, que já foi o presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Não pode!

Mas, para finalizar, nobre presidente deputado Nelson Leal...

O Sr. Tiago Correia: Um aparte, deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Quem pediu? V. Ex.^a tem o aparte.

O Sr. Tiago Correia: Deputado Sandro Régis, é importante frisar que o governo do estado vai além. V. Ex.^a, com muita propriedade, discutiu um tema importante,

principalmente para os pequenos produtores, mas ficou restrito apenas aos poços artesianos! Essa ação do governo vai além, deputado Sandro Régis!

O Sr. SANDRO RÉGIS: Não me diga!

O Sr. Tiago Correia: É qualquer captação de água, seja em barragens, em rios, açudes, aguadas e/ou poços artesianos. Então veja onde vai a maldade com “g” de “governo”. Vai precarizar a produção de alimentos, principalmente hortifrúti, que precisa de água, basicamente de água, para a sua produção, principalmente de pequenos produtores, e a gente não sabe aonde é que o governo quer chegar. Então, com muita propriedade, você traz esse assunto.

A Comissão de Agricultura desta Casa está de parabéns, não sou membro, mas sempre que possível tento participar das discussões, e com certeza ela está com um olhar muito atento para os produtores pecuaristas e agropecuaristas do nosso estado, principalmente os pequenos, que são os que mais precisam.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Deputado Tiago, eu quero ver como é que vai ficar a bancada aqui que se diz defensora da agricultura familiar. Porque esses eram os mais atingidos! Quanto menor, deputado Targino, e mais... aquele que mais necessita é que vai tomar esse golpe do governo.

Com a palavra o nosso Líder Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Querido deputado Sandro Régis, muito obrigado pela concessão do aparte, honra-me muito fazê-lo para contribuir humildemente com o belo pronunciamento que V. Ex.^a faz, abordando um tema palpitante. Mas eu quero chamar a atenção de V. Ex.^a para um fato: é pública e notória a intenção do governo de privatizar a Embasa.

O Sr. SANDRO RÉGIS: É verdade.

O Sr. Targino Machado: O que o governo quer, com esse decreto, é aumentar o ativo, as possibilidades de sobrepreço para a Embasa, com essa perspectiva de novos negócios, melhorar o preço para a venda. É lamentável que em tudo em que esse governo se mete, tem trapaça no meio. E o mercado precisa ficar de olhos abertos para isso, até porque, deputado, a água subterrânea é propriedade da União.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Verdade.

O Sr. Targino Machado: Não é? Então esse é um decreto natimorto, ele só está fazendo isso para tentar melhorar os ativos da Embasa para em seguida vendê-la.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Para finalizar, Sr. Presidente, eu tenho certeza, Líder Targino, que esse não vai passar, porque aqui os deputados que defendem a agricultura, os deputados que defendem a agricultura familiar, os deputados aqui... Hoje a Comissão de Agricultura, presidente, V. Ex.^a pode fazer uma pesquisa, é uma das comissões mais presentes e mais atuantes da história deste Parlamento, a deputada Jusmari vem conduzindo a comissão de uma forma muito isenta. Na comissão, nós não temos bandeira partidária, o nosso interesse é defender o produtor, ficou muito claro isso.

Então tenho certeza que um deputado do Sertão, como Marquinho Viana, um deputado ligado à terra, como Eduardo Salles, os deputados da base da agricultura

familiar, vão alertar o Ex.^{mo} Sr. Governador Rui Costa, vão dizer: “Governador, não faça isso, não termine de matar os pequenos da Bahia.”

Muito obrigado e boa noite a todos.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado José de Arimateia pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, se eu fosse atualizar a minha pauta de assuntos relevantes, 20 minutos seria insuficiente.

Mas, Sr. Presidente, hoje eu participei dessa discussão sobre mais uma tarifa tributária que o governo do estado está implantando nas costas do trabalhador rural, eu não entendo, Sr. Presidente. Ontem mesmo nesta Casa, na tribuna, eu vi o senador Jaques Wagner e outras autoridades falando da importância da agricultura familiar, deputado Jurandy Oliveira, a importância que é a agricultura familiar. Como é que se vai fazer a agricultura familiar sem a água, sem água? Os agricultores, pequenos agricultores, serão os mais prejudicados com essa medida de colocar o medidor em cada região, em cada localidade. É assim. Para o governo fazer isso, ele tem que rever as outorgas que foram liberadas, as outorgas que foram liberadas para o uso da água, principalmente ali na Pedra do Cavalo, na barragem. Quantas bombas estão ali sem um controle? O Inema, que é um órgão fiscalizador, que é um órgão que tem uma equipe de profissionais técnicos que estão “se virando nos 30”, não consegue fiscalizar. Se o governo não reestruturar os órgãos ambientais da Bahia o governo não vai ter o controle para querer cobrar, como quer fazer, de uma forma perversa.

Controlar é uma coisa. Tem que controlar? Tem. Mas não pode ser para um e esquecer o outro; não pode ser para o pequeno e esquecer o grande. É isso que o governo quer fazer.

E hoje eu falei isso lá, na hora, deputado Targino Machado, quando eu participei, passei e dei a minha contribuição.

Na semana passada, nós discutimos na Comissão de Meio Ambiente a situação das bacias hidrográficas do estado da Bahia. Nós discutimos.

Falaram também do Rio Utinga. Existe no Rio Utinga... são duas... o Rio Utinga do alto e o Rio Utinga de baixo. Hoje, no Rio Utinga, só quem está no alto está sendo privilegiado, quem está no baixo não está sendo privilegiado. Por falta de quê? De fiscalização dos órgãos competentes.

Então, Sr. Presidente, neste momento em que estamos aqui para aprovar um importante projeto do deputado Rosemberg Pinto e do deputado Marcelino Galo...

Inclusive, deputado Rosemberg Pinto, eu vou ficar de olho quando esse projeto for aprovado, porque esta Casa tem aprovado vários projetos de deputados, mas o nosso governador, o governo do Estado, ele desfaz dos projetos dos deputados, ele não obedece.

Esse projeto diz o seguinte: “Institui o dia 27 de outubro como o Dia de Combate ao Câncer de Mama”. É importantíssimo. Importantíssimo esse projeto.

Agora, a pergunta é: será que quando chegar o dia 27 de outubro o governo vai, pelo menos, anunciar dentro da programação institucional, o que é lei? Ou, como tem feito com os outros, não dará sequer uma atenção. Eu digo isso porque tenho um projeto...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Um aparte?

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Pois não, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Deputado José de Arimateia, primeiro, esse projeto meu passou por todas as comissões, junto com o do deputado Marcelino, por isso que ele está sobrestando a pauta.

A outra coisa, eu queria dar uma informação, é que a regulamentação do Inema é apenas para dizer qual o tipo de equipamento que deve ser colocado na utilização das outorgas que foram dadas, e não prevê cobrança. A lei que prevê a cobrança da água que é retirada do subsolo é de 1997, quando o governador era o nosso querido Paulo Souto. Então, não foi o governador Jaques Wagner, nem o governador Rui Costa quem instituiu a lei, que foi aprovada nesta Casa, que regulamenta a cobrança dos recursos hídricos no Estado da Bahia.

Essa regulamentação do Inema é apenas para dizer qual o tipo de hidrômetro que deve ser utilizado.

E os pequenos agricultores que utilizam até 50 metros cúbicos de água estão dispensados da utilização desse equipamento.

É apenas só para explicar direitinho, para não parecer que a cobrança está sendo instituída nessa regulamentação.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Deputado, eu espero que o governo cumpra a fiscalização, porque quando eu estava visitando as barragens que a ANA pontuou que estavam em área de risco quando nós chegávamos a cada município, deputado Jurandy Oliveira, e perguntávamos sobre o órgão fiscalizador, que era o Inema, todo mundo desconhecia. A Câmara de Vereadores desconhecia, o prefeito da cidade desconhecia. E quando fui cobrar da ANA quem era o fiscal, a ANA disse que era o Inema.

Eu disse: então, está tendo algum... a conversa não está batendo! Porque o Inema passava para a ANA a informação obtida por telefone. Sabe por quê? Por falta de estrutura, de material humano, que não tem. Os órgãos do governo na área ambiental estão, realmente, com o mínimo de funcionários, que não correspondem. Não por falta de competência, não! São todos competentes. Os representantes do Inema, da Embasa são todos competentes profissionais, mas são insuficientes para atender à demanda. E o governo não se preocupa em revitalizar o quadro funcional, principalmente para poder valorizar e cuidar do meio ambiente no estado da Bahia.

Mas, Sr. Presidente, o outro projeto que... eu gostaria, também, de parabenizar o deputado Marcelino Galo. Muito importante o projeto que dispõe sobre a prioridade de vaga nas escolas para crianças e adolescentes cujas mães encontram-se em situação de violência doméstica ou familiar no estado da Bahia, importantíssimo. Aí, eu volto à

mesma pergunta, deputado Marcelino Galo: o governo vai cumprir essa lei? Espero em Deus que ele venha a cumprir.

O outro assunto, Sr. Presidente, e eu chamo a atenção dos Srs. Deputados, porque muitos de vocês nem sabem do que vou falar aqui, é outro problema grave, o que o governo está fazendo com os idosos da Bahia, deputado-professor José Raimundo: o Fundo Estadual do Idoso ainda não foi implantado.

E eu fiz um levantamento no Conselho Nacional do Idoso: no estado da Bahia, com 417 municípios, hoje, só existem sete municípios que têm, em que funciona, em que foi implantado o Fundo Municipal para o Idoso. Em nível de estado, zero. No Ceará, com 184 municípios, existem 16 municípios que possuem, em que foi implantado o fundo municipal. E o fundo estadual, o Ceará tem. O estado do Ceará já implantou o Fundo Estadual para o Idoso. O Distrito Federal não possui ainda o fundo estadual; e o fundo municipal, não. No Espírito Santo, 78 municípios, só oito municípios têm implantado o fundo municipal, e o estado não implantou. Goiás, 246 municípios, só em 11 municípios foi implantado o fundo municipal, e não tem o fundo estadual.

Aqui, eu estou apresentando aos Srs. Deputados que, dos 27 estados, nós temos dois, quatro, seis, oito, 10, 12, 14, 16, 18 estados, a maioria, que não implantou o Fundo Estadual para o Idoso.

Então, isso mostra, Sr. Presidente, que, realmente, as políticas públicas para os idosos não estão sendo obedecidas, não estão sendo implantadas. Por falta de quê? De compromisso das câmaras de vereadores, de compromisso das assembleias, de compromisso do próprio governo do estado.

E esse governador que aí está, governador Rui Costa, mostra mais uma vez que não cumpre as políticas públicas para o idoso, porque até hoje não regulamentou e não mandou para esta Casa para que seja implantado o Fundo Estadual para o Idoso

Sr. Presidente, para concluir, eu gostaria de dizer que amanhã, na Comissão do Meio Ambiente, nós estaremos recebendo a Secretaria Municipal da Saúde do município de Salvador para apresentar a implantação do hospital público veterinário, que vai resolver, esperamos que sim, a situação dos animais abandonados, dos animais que estão nas ruas de Salvador, que são mais de 200 mil. A gente espera que isso se resolva com essa brilhante ação do governo municipal, do prefeito ACM Neto, que vai estar implantando logo em breve o hospital público veterinário.

Então, Sr. Presidente, era isso que eu gostaria de deixar registrado.

E, mais uma vez, parabenizar o deputado Marcelino Galo pela proposta, e também o deputado Rosemberg Pinto.

Espero, sim, e vou ficar de olho para ver se o governo vai cumprir a lei de V. Ex.^{as}, porque as dos demais deputados o governo que aí está não tem cumprido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, sequer iniciei a minha fala. Peço para recompor o meu tempo, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. TARGINO MACHADO: Estou aguardando.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Por favor, recomponham o tempo do deputado Targino.

O Sr. TARGINO MACHADO: Não tenho pressa. Pronto, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, senhores da imprensa que ainda restam aqui, senhores funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*.

Sr. Presidente, eu vou aguardar e gostaria que V. Ex.^a mandasse trancar o meu tempo. Sr. Presidente, eu sou bradipsíquico, sou lento pensando, raciocinando, e não consigo falar com a plateia de costas. Então, V. Ex.^a recomponha o plenário e eu volto a falar.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Targino, não tem nada no Regimento que nos oriente a respeito do posicionamento dos Srs. Parlamentares quando estão no plenário da Casa...

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu até concordo com V. Ex.^a, cada um...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) tem sobre quando estiverem perturbando a ordem, mas infelizmente ainda não tivemos a oportunidade de debater sobre o posicionamento físico. Acho, inclusive, que V. Ex.^a está correto e garanto que vou levar essa proposição para a nossa Comissão do Regimento, que poderá se posicionar a esse respeito.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, agradeço a V. Ex.^a e concordo com V. Ex.^a. Porque cada um disciplina a posição que gosta de ficar, e pelo jeito a turma aí gosta de ficar de costas. Então, não vou respeitar as costas e vou falar.

Agora, o Líder Rosemberg Pinto, por não prestar atenção no que se faz e no que se diz, às vezes leva alguma bola nas costas. Nós estamos com um problema sério. Acho que agora está caindo a ficha do governo, creio que o deputado Rosemberg Pinto achava que o Regimento determinava que bastava se abrir, se convocar uma sessão extraordinária e que se votava o segundo turno. Aquilo foi porque eu me antecipei a V. Ex.^a em todos os momentos e abri mão do interstício regimental, que é o prazo de 5 dias que se abre para o oferecimento de emendas ao projeto.

Isso... Até porque não acredito que o governo tenha quórum de votação hoje. A Bancada do Governo estará hoje em uma saia justa, com muita dificuldade. Mas venho a esta tribuna na noite de hoje, Sr. Presidente, para dizer, numa linguagem do sertanejo, que nunca vi plantar melancia e colher abacaxi. Porque o que prospera é a semente que se atira ao chão, que se rega, que se cuida, e ela vai produzir os seus frutos.

Digo isso, Sr. Presidente, para dar ciência a esta Casa... Deputado Sandro, vossa atenção, por favor! Digo isso para dar... Silêncio no plenário, Excelência! Presidente Nelson Leal, peça silêncio, por favor. Que eles queiram ficar de costas, fiquem...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Há um orador na tribuna, Srs. Deputados.

O Sr. TARGINO MACHADO: Quer ficar de costas, fique, problema de cada um. Mas o silêncio é um respeito ao orador que está na tribuna. Quero dar ciência a esta Casa de que precisamos agir tendo a ética, deputado Paulo Rangel, como farol sinalizador. Porque existem coisas e circunstâncias na vida que precisam estar submetidas aos princípios éticos e morais, existem limites, deputado Jurandy Oliveira.

E porque eu respeito esses limites, deputado Jurandy Oliveira – gostaria que V. Ex.^a me ouvisse –, é que dou ciência a esta Casa, deputado Sandro Régis, que no dia 22 de novembro, 22 passado, saiu uma publicação no *Política Livre* que diz o seguinte: “Agência de esposa...” Deputado Sandro Régis! Diz o seguinte, no *Política Livre* do dia 22: “Esposa...” Olhem a gravidade disso: “Agência da esposa de secretário deve vencer licitação...”

Deputado Sandro Régis! Tenho certeza de que V. Ex.^a não tomou ciência disso. Olhe a gravidade disso: “Agência da esposa de secretário deve vencer licitação para cuidar da publicidade do governo baiano”. A matéria traz o retrato do secretário e diz que é dada como certa nos bastidores a presença da agência de publicidade Rocha Comunicação na relação dos quatro vencedores da nova licitação para gerir a conta do governo do estado.

O *Política Livre* avisou isso e o resultado estava previsto para ser publicado nessa sexta-feira 22, no *Diário Oficial do Estado*, segundo a coluna Satélite do jornal *Correio da Bahia*. O fato é que o *Política Livre* avisou e o *Diário Oficial* homologou a Rocha Publicidade como vencedora. A Oposição poderia ter vindo a esta tribuna, poderia ter repercutido na mídia esse fato, até porque é a esposa do secretário da Casa Civil do Governo do Estado cuja agência de publicidade – da esposa dele – já é dona de uma das maiores contas de publicidade do estado, que é a da Embasa, e ganha mais uma. Mas nós não o fizemos. E só estou tocando nesse assunto hoje, deputado Rosemberg, para pacificar a todos e cada um sobre o que V. Ex.^a pugnou, que precisamos ter limites. Precisamos ter limites.

Narrei a V. Ex.^a um fato hoje e disse à pessoa que me trouxe a denúncia que ele denunciasse, porque não quero saber da vida pessoal de ninguém e não quero envolver família de ninguém, por uma razão só, deputado Jurandy Oliveira: somos incendiários até os 40 anos. Passados os 40 anos, temos obrigação de nos transformarmos em apagadores de fogo, em bombeiros. E é assim que vejo emanar da sua fisionomia, é o exemplo que vi o tempo todo nesta Casa do deputado Reinaldo Braga, também decano nesta Casa. E o farol sinalizador da gente precisa ser a sabedoria que exala de V. Ex.^a, exala de Reinaldo Braga. E falo isso para dizer, deputado Rosemberg Pinto, que cada um dá o que tem e retribui exatamente o que é. Não julgue o outro, cada um dá o que tem, uns, ódio, outros, amor.

Alguém já disse que a fala sai como quiser, meu bem. E é no fazer que cada um dá o que tem. Nós demos, com esse fato da esposa do secretário de Estado, o que temos,

espalhamos dignidade. Não é certo trazer para aqui ou para acolá o nome da esposa, da mãe, do parente, como fez aqui hoje, de forma recorrente, o deputado Jacó. Lamento profundamente que isso tenha acontecido, ou seja, que ele tenha trazido, de novo, esse assunto sobre a genitora do prefeito ACM Neto.

Não vou dar aparte a V. Ex.^a. Se quiser falar, ainda há inscrição, venha e se inscreva, porque não quero contaminar o meu pronunciamento com a indignidade que V. Ex.^a perpetrou aqui hoje.

Quem tem mãe respeita mãe! Agora, quem não sabe o valor de uma mãe, faz como V. Ex.^a fez. Desculpe-me lhe apontar o dedo. V. Ex.^a não tem a coragem de dizer isso na frente do prefeito ACM Neto. Não tem! Porque o tamanho da sua coragem, eu não conheço, mas conheço o tamanho da coragem do prefeito ACM Neto. V. Ex.^a precisa respeitar este Parlamento. Não podemos transformar esta Casa nessa pequenez trazida por V. Ex.^a.

Cada um contribua segundo o propósito do seu coração e da sua alma. Não por tristeza ou por necessidade, porque Deus ama quem dá alegria. V. Ex.^a, hoje, não escreveu o seu nome espraiando amor, alegria, generosidade. V. Ex.^a veio de forma torpe, covarde, se escudando no manto da imunidade parlamentar, que não é um manto para acobertar fraquezas humanas. A imunidade parlamentar não é do deputado, é da função que ele exerce.

Não sei qual foi o serviço que V. Ex.^a prestou aqui hoje. Porque eu tenho certeza de que o seu chefe, o governador Rui Costa, e também o ex-governador Jaques Wagner não concordam com o que V. Ex.^a fez aqui. Isso é pequeno demais! Envergonha não a mim, não ao Parlamento, mas envergonha V. Ex.^a.

Desculpa é bom, mas não é para ser usada em sede de Justiça. Lamento ter de falar disso aqui hoje, mas me orgulho e tenho orgulho da Oposição, deputado Rosenberg, porque não cedeu ao comportamento fácil de vir para cá colocar nome de mulher, de esposa de quem quer que seja. Isso não é digno, não é correto! Garanto a V. Ex.^a que nunca vai me ver praticando esse tipo de barbaridade. Já pratiquei barbaridade nesta Casa, mas nominando e na defesa das minhas ideias e dos meus ideais. Nunca me utilizando da imunidade parlamentar para atacar a família de ninguém.

Srs. Deputados, me desculpem, por favor, mas eu precisava fazer esse desabafo.

Utilizarei os 20 minutos que me foram dados – que é uma prerrogativa para discutir projeto – para tratar de uma proposição de autoria do deputado Marcelino Galo, que tenho a satisfação de ler.

(Lê) *“Art. 1º - Fica garantida a prioridade de vagas nas escolas para crianças e adolescentes cujas mães encontram-se em situação de violência doméstica e/ou familiar, no âmbito do Estado da Bahia, nos termos da lei e que mudaram de domicílio, a fim de garantir-lhes segurança e condições de recomeço de vida educacional...”*

Só por isso, só pela leitura do art. 1º, eu já me animo a recomendar aos deputados da Oposição o voto favorável a projeto de tamanho alcance social, deputado Marcelino Galo.

“(...) Art. 2º - A prioridade de vaga dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - Cópia do Boletim de Ocorrência expedido pela Delegacia Especializada da Mulher ou, na falta desta, por outra Delegacia de Polícia.

II - Termo de Medida Protetiva expedida pela autoridade competente.

III - Comprovante de residência na Comarca onde foi deferida a medida protetiva.

Art. 3º - As crianças e/ou adolescentes que tiverem garantida a prioridade de vagas nas escolas, conforme previsto no caput do Art. 1º desta lei, deverão ser encaminhadas para o Programa Social de Média Complexidade dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), para acompanhamento especializado e individualizado, contínuo e articulado.

Parágrafo único - Caso os profissionais de saúde dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) prescrevam a necessidade, as crianças e/ou adolescentes poderão permanecer em período integral para atividades de reforços pedagógicos.

Art. 4º - Será mantido em total sigilo qualquer dado referente à criança e ao adolescente em questão sendo divulgado somente apenas com ordem judicial.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de março de 2015.”

Fiz essa leitura com absoluto prazer, deputado Marcelino Galo. Concluí lendo o art. 5º e a data que V. Ex.^a deu entrada nesse projeto, com absoluta tristeza, já que é a prova de que esta Casa precisa trabalhar mais, precisa discutir mais, precisa se aproximar mais da população e dos interesses maiores da população.

Porque um projeto desse naipe, dessa envergadura, desse alcance social, não deveria e não poderia, se esta Casa fosse mais atenta... não digo célere, porque não gosto da expressão célere. Esta Casa não precisa ser célere, como a Justiça não precisa ser célere. As decisões desta Casa precisam, sim, ser tradutoras de bem-estar para a população. E o projeto de V. Ex.^a é um farol sinalizador dessas coisas que acabo de dizer.

Parabenizo e me solidarizo com V. Ex.^a. Se fosse eu o parecerista desse projeto, o faria com absoluto...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) regozijo do coração e da alma.

Parabéns, deputado Marcelino Galo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Jacó.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, como as inscrições já se encerraram, logo depois da fala do deputado Jacó nós vamos para a votação do primeiro turno dos dois projetos...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Do primeiro projeto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) Desculpe, o primeiro turno do primeiro projeto. Depois nós vamos para o segundo. Aí eu queria pedir ao deputado Targino que pudéssemos já fazer o segundo turno, convocando uma sessão extraordinária. Caso contrário, depois iremos para as duas urgências que estão na mesa de V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a está corretíssimo. Depois de votarmos o primeiro turno dos dois projetos, a pauta ficará desobstruída e poderemos...

O Sr. Targino Machado: Excelência, a pauta não será desobstruída.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Será, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Não.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Será sim. A partir do momento que os dois projetos forem votados, a pauta será reaberta.

O Sr. Targino Machado: Reabre a pauta por 5 dias.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Reabre.

O Sr. Targino Machado: Então pronto. Cada dia com sua agonia. Vamos inicialmente votar o primeiro projeto; para isso, ele terá de colocar aqui os 31 deputados necessários para que se possa votar. Depois conversaremos sobre isso.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Jacó pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, subo a esta tribuna para esclarecer o meu posicionamento político no dia de hoje, já que, para minha surpresa, esse posicionamento gerou tanto incômodo nos deputados da Oposição.

Quero dizer para a Bahia e para o público que eu não tenho nada contra a mãe de ninguém. Não conheço a mãe do prefeito, não tenho relação nenhuma com o prefeito e respeito todas as pessoas e todas as famílias. O debate que estou colocando aqui é político; a crítica que estamos fazendo aqui é política. E cabe ressaltar que a Câmara de Vereadores, o conjunto de vereadores, entrou com uma ação no Ministério Público para que ele tome as devidas providências em relação ao que argumentei aqui.

Em momento algum eu ataquei mãe de ninguém, ofendi a mãe de ninguém, até porque esse não é o meu feitio. Meus pais me ensinaram, desde criança, a respeitar os mais velhos e a respeitar as diferenças. E também peço que respeitem as opiniões divergentes, porque aqui é um Parlamento. Este deputado aqui não vai se sujeitar nem vai comer pressão de ninguém, porque eu cheguei a esta Casa da mesma forma que todo mundo chegou.

Aqui, o debate é político, não há nada pessoal. Não distratei a mãe de ninguém, não o ofendi, nunca abri a minha boca para falar mal, pessoalmente, do prefeito. Ele é

uma pessoa com quem não tenho relação, não o conheço. Por isso, não tenho condição de fazer julgamento da vida pessoal dele ou da família dele. Eu o respeito. Ele tem a família dele, eu tenho a minha, agora, o debate que a gente faz aqui é sobre política.

Quem não quer ter seus parentes envolvidos no debate da política não traga seus parentes e amigos para a política, porque se você traz para a política, você está sujeito a ter questionamentos na dimensão da política. Se você não quer que seus amigos não tenham questionamentos na política, não bote seus amigos para ganhar todas as concorrências das obras do município, porque nós podemos questionar isso na política.

E esse fato que eu citei aqui ele foi questionado não por mim, ele foi questionado e divulgado pelos meios de comunicação, nós repercutimos aqui o que os jornais, os blogs repercutiram e o que nós estamos fazendo aqui é um debate na política. Tenho o maior respeito, o maior carinho por todos os colegas aqui deputados. Respeito o posicionamento de todo mundo, de boa, mas queria deixar esse esclarecimento aqui que não foi a minha intenção.

E eu não fiz isso de querer ofender a mãe do Sr. Prefeito, que é uma pessoa que eu não conheço, uma pessoa mais velha do que eu e que tem todo o meu respeito, não é esse o debate aqui a mãe do prefeito, o debate aqui é na política, porque eu não tenho dúvida de que se fosse o contrário o governador Rui Costa estaria aqui nesta tribuna apanhando igual a mala velha. Então, nós temos que ter coerência nas nossas falas e é por isso que eu me posiciono.

Quero agradecer a oportunidade e me sinto na posição de ter esclarecido os fatos.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, eu quero pedir uma verificação de quórum. Antes, porém, eu quero reafirmar o que já disse: pé de mamão não dá abacaxi, cada um dá exatamente o que tem. E é dessa forma que a Oposição se comportou com a esposa do secretário da Casa Civil do governo. Me orgulho muito de ter pilotado essa defesa da família do secretário que não deve ter trazido para aqui. Não houve nada de ilegal. E eu sou daquele deputado Nelson Leal, que defende que não podemos aplicar um remédio amargo para os parentes dos agentes públicos.

Essa história de o meu filho não pode participar da licitação, o filho do deputado Rosenberg não pode participar de uma licitação, porque está eticamente impedido? O que importa de fato é se a empresa da esposa do secretário da Casa Civil tinha, como tem, e a licitação determinou isso condições de ganhar como ganhou. E saiu no *Diário Oficial*. O *Política Livre* antecipou que ela ganharia e o *Diário Oficial* trouxe o fato, a vitória da agência dela. E ela já tem uma conta importante, uma conta importante do governo na Embasa. E nós não especulamos nada disso.

Tem outros fatos envolvendo parentes de membros desta Casa que serão por mim poupados sempre, porque isso é o que acredito, que defendo, que família é um bem sagrado, não é para estar na boca de qualquer cidadão abjeto que não se respeita.

Então encerro esse assunto, não tratarei mais, porque isso me traz asco, me traz arrepio pensar que alguém é capaz de, aproveitando-se do imprevisto e da imunidade de função, trazer essa afronta a qualquer familiar, seja de quem for.

Sr. Presidente, quero solicitar de V. Ex.^a uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão e o faço na forma regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Targino, queria só ponderar para V. Ex.^a que nós estamos encerrando a discussão. Como nós vamos entrar em um processo de votação eu sugeriria a V. Ex.^a que eu anunciasse...

O Sr. Targino Machado: Não foi anunciado ainda, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Sim, mas em 2 minutos eu vou fazer e a gente já faria a verificação de quórum.

O Sr. Targino Machado: Então, Excelência, é um direito meu assim proceder, mas em atenção...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido em sua plenitude.

O Sr. Targino Machado: (...) em atenção a V. Ex.^a eu retiro a minha questão de ordem e aguardo V. Ex.^a anunciar a votação para pedir a verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu agradeço sensibilizado a V. Ex.^a.

Encerrada a discussão.

Em votação.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, disse há pouco a V. Ex.^a que Cícero, há 135 anos, antes de Cristo, disse coisas belíssimas. E eu disse aqui hoje aos deputados que eu não tinha, me lembrando de Cícero, condição de negar nada a V. Ex.^a, porque Cícero disse: “Não há dever maior do que o da gratidão.” E eu sou grato a V. Ex.^a. V. Ex.^a é meu credor e eu me senti aqui, hoje, em saia justa por ter que negar um pedido seu. Gratidão é algo que precisa ter assento em qualquer mesa e não é para ser exercida no anonimato, não. Eu não tenho nenhum problema em dizer quem são os meus credores. E V. Ex.^a é meu credor. Agradeço a V. Ex.^a, é uma forma de lhe agradecer falando aqui da tribuna e dizer a V. Ex.^a que V. Ex.^a não precisa me agradecer nada. Tudo que eu fizer por V. Ex.^a ainda é pouco.

Sr. Presidente, quero solicitar a V. Ex.^a uma verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a, deputado Targino, é extremamente generoso. Guardarei suas palavras com muito carinho, com muita alegria e tenho a felicidade de ter herdado do meu pai essa grande amizade. Tenha a certeza absoluta que nós, apesar de estarmos em lados opostos, sempre nos respeitamos, sempre tivemos uma convivência extremamente harmônica e eu quero lhe retribuir dizendo que a gratidão que tenho também por V. Ex.^a é impagável.

Então, já que nós dois estamos nos devendo, vamos daqui a muitos e muitos tempos fazer um encontro de contas para ver se a gente ajusta essas dívidas.

Mas eu vou passar a palavra ao nosso querido Líder Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, a minha questão de ordem vai no sentido de garantir o Regimento, que o próprio deputado Targino já solicitou e V. Ex.^a tem utilizado exatamente isso nos pedidos de verificação de quórum. Mas eu quero aproveitar este momento para que a gente possa superar esse debate do ponto de vista da personificação dos debates.

Eu acho que aqui é uma Casa da disputa das ideias. E, na disputa das ideias, eu acho que nós deveremos começar a exercitar muito. Eu acho que esse é um caso que, na minha opinião, tem sido exceção nesses últimos tempos. Nós começamos aqui, eu tenho pelo menos mais de um ano que nós estamos debatendo todas as questões no campo das ideias, respeitando as divergências e tal... Entendo aqui, e acho que não houve, por parte do deputado Jacó, a intenção de fazer a colocação à pessoa da mãe do prefeito da cidade de Salvador, mas é lógico que eu acho que são visões.

Acho que a gente deve superar essa questão, evitar que a gente utilize adjetivações, e também a utilização na personalização do debate. Ir para o debate das ideias, porque eu acho que isso ajuda o Parlamento, ajuda o debate. Eu acho que todas as pessoas têm o direito de dizer o que querem. Mas não custa nada, eu acho que o deputado Targino fez uma colocação nesse sentido de evitar que a gente personifique o debate. Eu também quero ir nessa linha junto com os deputados e deputadas aqui nesta Casa, superar essa questão, e a gente, obviamente, dar continuidade naquilo que eleva a Casa, que é o debate das ideias, respeitando as posições de cada um.

Então, eu queria que V. Ex.^a marcasse os 25 minutos. Estou até preocupado com o horário e com a chuva, porque os deputados ficaram aqui, até às 18 h estavam todos aqui em função... São 20h25min. Com tanta chuva, vamos verificar em que situação nos encontramos para votarmos esses projetos e as duas urgências que são os projetos de interesse do governo do estado, que é com relação aos REDAs e com relação ao ICMS.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a também será atendido.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum, formulado pelos deputados Targino Machado e Rosemberg Pinto. Eu convido todos os deputados que estejam em quaisquer dependências deste Poder...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para que se façam presentes no plenário.

Queria que zerassem o painel o marcassem os 25 minutos.

Eu espero que V. Ex.^a seja atendido nas suas colocações, deputado Rosemberg. Acho que a gente precisa agora focar muito nesse trabalho, deputado Targino, porque nós estamos vivendo um momento extremamente produtivo e positivo na Assembleia.

É muito interessante nós vermos que estamos tendo dificuldade para marcar uma sessão especial. Esse ano já não tem. No ano que vem já temos sessões marcadas para o mês de fevereiro, mês de março, mês de abril. As comissões estão produzindo muito, elas estão dando o resultado que a nossa sociedade espera daqui da Casa.

Essa legislatura tem sido extremamente diferenciada. E eu espero que a gente continue trilhando esse caminho. E aqui nós temos tido a felicidade de ter uma convivência extremamente harmônica.

Até a presente data, nós só votamos uma urgência. Estamos chegando já ao final do ano. Isso demonstra maturidade.

Eu tive a oportunidade desse encontro que foi realizado aqui, da Unale, e nós estávamos conversando com os deputados dos outros estados, os presidentes das assembleias dos outros estados e mostramos como nós estamos tendo um trabalho diferenciado. Isso é motivo de orgulho, porque eu sempre tenho colocado isso: que aqui nós temos posicionamentos – ideologicamente, obviamente, é normal, é natural cada um se posicionando de forma muito enérgica para defender os seus interesses e defender os interesses dos seus grupos políticos –, mas que nós nos convergimos quando o interesse da Bahia está em jogo.

E eu tenho certeza absoluta que esse ano nós vamos ter a oportunidade de ter uma produção muito acima da média. E eu fico feliz e espero que esse clima que se instalou permaneça, porque ele é fundamental. Afinal de contas, eu sempre gosto de dizer que em uma democracia consolidada tem que ter antes disso um Parlamento forte. E é isso que estamos fazendo.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Aproveito para convidar, antes de passar a palavra à deputada Fátima Nunes, os Srs. Deputados. Já temos a presença de 20 Srs. Deputados. Ainda falta a presença de 11, para podermos deliberar. E quero aproveitar também, deputada, hoje eu tive a felicidade de receber aqui as representantes das deputadas, lá na nossa sala: deputada Fátima Nunes, deputada Olívia Santana, deputada Neusa Cadore, Fabíola Mansur, Ivana Bastos e Maria del Carmen. E aproveito para convidá-los, porque na próxima quinta-feira vai ter aqui o Parlamento Feminista, aqui na nossa Assembleia. E apesar de ser um debate onde vão ter mulheres não apenas aqui do nosso estado, mas de todo o Brasil, de boa parte do mundo vão estar presentes, eu convido os homens também para se fazerem presentes. Quero aproveitar a oportunidade também para parabenizar a nossa querida deputada Ivana Bastos, que foi aclamada como a presidente da Unale, uma honra aqui para o estado da Bahia. É, sem sombra de dúvida, uma parlamentar aguerrida que vai representar com muita dignidade todos os parlamentares brasileiros.

Com a palavra, a deputada Fátima Nunes.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Deputado presidente, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas aqui presentes e deputados, vou aproveitar esses minutinhos aqui da questão de ordem para registrar também a nossa tristeza e o nosso repúdio à ação governamental do governo federal, do órgão Codevasf e outros envolvidos, que praticaram tamanha tragédia social lá no município de Casa Nova.

E me somo aqui aos pronunciamentos dos pares já feitos aqui na Casa e à deputada Neusa e outras deputadas, eu também me somo a isso. Estamos nos preparando, nos organizando para prestar a nossa solidariedade de perto, mas também tomar atitudes em relação a buscar os direitos daquela população tão sofrida, porque já

era uma luta grande para permanecer na terra, para produzir, para sustentar a sua família. E agora para onde vão?

Cada vez que a gente fala nesse tema, que a gente relembra a situação das famílias, a gente imagina como é que as pessoas deixam de ser produtoras, que eram até ontem, para, a partir de hoje, estar precisando de ajuda, de caridade, como já recebi aqui no meu *Whatsapp* um número de uma conta bancária para a gente se solidarizar. Ou seja, quem produzia agora passa a viver como pedinte. Isso não é possível. Por isso a gente tem que repudiar e lutar para que as famílias voltem para a terra e voltem para produzir.

Queria também lembrar que nesse debate da questão das chuvas aqui em Salvador, eu até achei interessante quando o deputado Paulo Câmara falou que, realmente, essa cidade é uma cidade desigual. Foi a única das frases que eu posso aprovar da fala dele.

E a outra é que hoje as famílias, muitas, não terão a condição de dormir com sossego por conta das chuvas. Mas não são todas. Pergunto eu: será que as famílias da Barra, da Pituba, da Graça, da beira-mar, como disse a deputada Olívia Santana no seu pronunciamento... E a gente tem visto muito, observado bastante essa cidade: da Paralela para lá, o lado da praia, e da Paralela para o lado do interior, para onde nós vamos para as nossas cidades, como é diferente o trato, a infraestrutura, a condição de trafegabilidade. Todas essas dificuldades essas pessoas passam já no seu dia a dia, para poder ir para o trabalho. Mesmo o nosso governador Rui Costa tendo melhorado consideravelmente, com a construção das novas vias, com o metrô, com a possibilidade de integração entre metrô e ônibus, mesmo assim a gente sabe o quanto é sofrida a vida de quem acorda muito cedo, de madrugada, para pegar os trabalhos. E geralmente os trabalhos com menor ganho, que são os porteiros, que são os vigilantes, que são as mulheres que ajudam nas casas, nos condomínios. E tudo isso é uma luta constante para que as pessoas possam sobreviver e viver com dignidade, deixando os seus filhos, muitas vezes, sozinhos em casa. Em alguns lugares não tem sequer a creche, que é uma obrigação do governo municipal. Então não tem como a gente, num momento desse... Isso não é fazer a politicagem, isso é mostrar que existe a falta de uma política pública, que, de fato, seja mais igualitária e que, de fato, cuide mais e melhor da vida das pessoas.

Portanto, essa aqui é a minha preocupação também com a cidade de Salvador. E me incorporo às outras companheiras que estão aqui. Não é que a gente por ser do interior não conheça Salvador. Todos nós que estamos nesta Casa somos do interior, mas somos da capital porque moramos aqui e trabalhamos aqui também.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Obrigada, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Antes de passar a palavra, pela ordem, para a deputada Maria del Carmen, eu queria, mais uma vez, convocar todos os deputados que estejam em quaisquer das dependências deste Poder para que se façam presentes no Plenário, onde há um pedido de verificação de quórum de votação.

Convido os deputados que estejam em quaisquer das dependências deste Poder para que se façam presentes no Plenário, onde temos a presença, no momento, de 27

Srs. Parlamentares, faltando, portanto, a presença de mais cinco, para que a gente possa votar esse importante projeto de lei, justo projeto de lei do deputado Marcelino Galo, que prioriza o atendimento na hora da matrícula escolar para os filhos de mães que foram agredidas. É um projeto de cunho social importantíssimo.

Eu gostaria que todos os deputados que estejam aqui na Assembleia viessem aqui para o Plenário para que a gente possa votar o mais rápido possível, lembrando que nós ainda temos, hoje, o projeto do deputado Rosemberg Pinto, que versa sobre o dia comemorativo de combate ao câncer de mama e mais duas urgências: uma do projeto que já está aqui há algum tempo, na Casa, do REDA, e a do ICMS.

Com a palavra a deputada Maria del Carmen, querida amiga.

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Sr. Presidente, eu queria também me associar aos diversos pronunciamentos que foram feitos aqui nessa tarde/noite no nosso Plenário. Primeiro, sobre o que aconteceu e as consequências da retomada de áreas que vinham sendo ocupadas e cultivadas por diversos trabalhadores da agricultura familiar, pequenos proprietários. Um absurdo que o procedimento seja esse que foi adotado.

Permite-se que essas áreas sejam utilizadas, sejam elas áreas públicas, e depois se utiliza da força e de atitudes equivocadas, levando a tristeza para famílias, como dizia aqui a deputada Fátima, que viviam do seu trabalho, do seu suor e que agora se transformam em pessoas que não têm como sobreviver passando por enormes dificuldades.

E a outra, gostaria de parabenizar o deputado Marcelino Galo pela iniciativa do projeto. Acho que nós mulheres ficamos... É bom que os homens, os deputados, colegas nesta Casa, tenham a preocupação, também, com projetos que dão prioridade às mulheres, projetos que atendam às mulheres. Então, portanto, parabenizá-lo.

Queria me referir a esta situação que a cidade de Salvador vivencia neste dia. Eu, já, por duas vezes, lá atrás, tive a felicidade e a infelicidade, naquele momento triste, de momentos como este que está acontecendo agora, por duas gestões na prefeitura de Salvador.

Uma foi com o prefeito Fernando José, quando eu era secretária de Ação Social; e uma outra, uma segunda delas, foi com a prefeita Lídice da Mata, quando era secretária também de Infraestrutura, primeiro, de Superintendente de Manutenção e Conservação da cidade e, depois, secretária de Infraestrutura.

Vivi momentos de enorme angústia com situações como esta que hoje está passando a cidade. As terras deslizaram. Houve diversas vítimas. Isso demonstra claramente que a nossa cidade não está preparada para uma situação como esta. Naquele momento, lá atrás, as dificuldades eram enormes. Os recursos, inclusive, no caso da prefeita Lídice da Mata, foram impedidos de chegar. A força política que governava Salvador e que, de novo, governava o estado da Bahia, digo, e que hoje estão governando a prefeitura de Salvador, não aceitavam que a prefeita Lídice, mulher, de esquerda, assumisse a direção desta cidade. Fizeram tudo o que era possível para dificultar a sua gestão.

Mas, mesmo assim, nós conseguimos realizar muitas coisas. Muitas das encostas, hoje, permitem que as famílias possam dormir sossegadas, pois foram realizadas àquela época.

Mas eu acho que a decisão, o problema de hoje, que aconteceu hoje, que já não é a primeira vez, passa por uma decisão política de onde aplicar os recursos. Se os recursos são aplicados para garantir embelezamento da cidade, que é necessário, que é bom, mas que não é a prioridade em determinados momentos. Ao invés de utilizar esses recursos para trabalhar a macrodrenagem, para garantir que possa haver escoamento nos nossos canais e tomar a decisão, por exemplo, de não cobrir determinados canais.

O prefeito ACM Neto acabou de dar, na semana passada, ordem de serviço para execução da cobertura, inclusive, segundo as informações que a gente obteve, nós não vimos o projeto, não foi debatido, pelo menos, a gente não tomou conhecimento desse debate, dessa discussão, de cobrir o canal do Paraguari.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Imagina, nós, lá atrás, no governo da prefeita Lídice da Mata, fizemos a macrodrenagem da parte final do Rio Paraguari. Imaginem se, com essa chuva, nós tivéssemos com o canal encoberto? Porque cobrir canal não resolve o nosso problema. A Centenário é um exemplo disso, o canal da Centenário foi coberto e a Centenário continua alagando. Na Barra, ali, onde chega o canal, continua alagando. Na área da Centenário, hoje, ninguém podia sair de casa pela dificuldade de se locomover. Então, nós precisamos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Não tem plano de drenagem, não tem plano diretor de drenagem. Pelo menos, eu não tomei conhecimento, em nenhum momento, do debate, da discussão sobre a aprovação desse plano tão importante para melhorar as condições de escoamento das águas desta cidade.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu queria reforçar a participação dos parlamentares. Nós estamos com 28 presenças aqui. Lógico, hoje foi um dia atípico na cidade em função das chuvas. Sei que todos os parlamentares, também, têm suas preocupações, os seus familiares e tal.

Mas insisto para a gente poder votar esses projetos que, ainda, continuam na pauta deste semestre. Nós temos algumas sessões. A ideia é que a gente possa votar todos os projetos até o dia 18 de dezembro. Para isso, nós precisamos criar um procedimento de votação de todos os projetos.

Eu queria aproveitar este momento para solicitar uma reunião aos líderes e vice-líderes a ser realizada amanhã, a fim de discutir este calendário. Certo? Obviamente, estou falando dos Líderes e Vice-Líderes do Governo, para a gente tirar uma estratégia e, depois, obviamente, dialogar com o Líder da Oposição. Então, amanhã, às 11h da manhã, na Liderança do Governo, haverá uma reunião de líderes e vice-líderes no

intuito de a gente debater este calendário que nos resta para atender aos projetos que estão tramitando na Casa.

Aproveito, também, amanhã, para a gente poder discutir uma forma de debater os projetos de iniciativa dos deputados, também, as honorarias, para a gente criar um formato para que, no decorrer da próxima semana, até o dia 18, possamos votar todos os projetos de interesse da sociedade baiana e de iniciativa tanto do Executivo, do Judiciário e dos deputados.

Têm dois projetos importantes do Poder Judiciário que tramitam. Um projeto é a elevação das comarcas judiciárias da cidade de Serrinha e da cidade Cruz das Almas. Então é importante para o melhor atendimento da comunidade dessas duas regiões. Então, esses projetos, também, estão tramitando na Casa. Há, também, um projeto de iniciativa do Poder Judiciário com relação à diferença entre juízes de primeiro, segundo e os desembargadores. Isso é algo para debater e equalizar isso da forma que se pratica, hoje, no cenário nacional.

Para isso, eu volto a insistir no chamamento dos deputados e das deputadas. Chamo os deputados Alan Sanches, Antônio Henrique, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Salles, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimateia. O deputado Eduardo Salles está presente. Continuo a chamada dos deputados: Eduardo Alencar, Júnior Muniz, Juraliton Santos, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte de Vando, Luciano Simões, Marcell Moraes. Estamos todos com saudades dele. Continuando: Niltinho, Pastor Isidório, Pastor Tom, Paulo Câmara, Pedro Tavares, Robinho, Rogério Andrade Filho, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo e Vitor Bonfim.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Obviamente, se nós não votarmos hoje, vamos debater, deputado presidente Nelson Leal, o calendário para a gente poder, obviamente, até o dia 18 de dezembro, fazer uma força-tarefa para votar os projetos que estão tramitando na Casa Legislativa da nossa querida Baía de Todos os Santos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, eu quero convidar todos os parlamentares que estejam em quaisquer dependências deste Poder para se fazerem presentes no plenário, pois há um pedido de verificação de quórum formulado pelos deputados. Há um pedido de quórum de votação. Nós precisamos ter as presenças de 32 parlamentares. Os pedidos foram formulados pelos deputados Targino Machado e Rosemberg Pinto. É fundamental que todos os parlamentares estejam no plenário.

Nós temos, apenas, o tempo de 3 minutos e 20 segundos.

Gostaria de reforçar o convite para todos os parlamentares virem ao plenário. Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum formulado pelos deputados Targino Machado e Rosemberg Pinto. Eu convido todos os parlamentares, que estejam em quaisquer dependências deste Poder, para se fazerem presentes, de imediato, no plenário.

Nós temos, ainda, 2 minutos e meio. Necessitamos, ainda, das presenças de quatro Srs. Parlamentares.

Convido os deputados Alan Sanches, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcell Moraes, Niltinho, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Pedro Tavares, Robinho, Rogério Andrade Filho, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo e Vitor Bonfim.

Srs. Deputados, volto a solicitar as presenças de todos os senhores. Já temos mais uma presença do nosso amigo Antônio Henrique Júnior. Estão faltando, apenas, as presenças de mais dois Srs. Parlamentares. Nós estamos convidando todos os parlamentares, que estejam em quaisquer dependências deste Poder, para se fazerem presentes em plenário, pois há um pedido de quórum de votação. Com a chegada dos deputados Antonio Henrique Junior e Pastor Isidório Filho, só há a necessidade das presenças de mais dois Srs. Parlamentares.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, há um pedido de verificação quórum formulado pelos deputados Targino Machado e Rosemberg Pinto. Convido todos os parlamentares, que estejam nas dependências deste Poder, a se fazerem presentes em plenário. Há um pedido de verificação de quórum formulado pelos deputados Targino Machado e Rosemberg Pinto.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. Targino Machado: Encerrada a sessão!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não existe quórum.

Como não há quórum suficiente, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.

